



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CASSIANO EUSÉBIO

**CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES
NACIONAIS EM MOÇAMBIQUE DE 2004 A 2014**

BELÉM / PARÁ

2021

CASSIANO EUSÉBIO

**CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES
NACIONAIS EM MOÇAMBIQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, da Universidade federal do Pará, como parte dos
requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre em
Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Gustavo César de Macêdo Ribeiro

BELÉM

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

E91c Eusébio, Cassiano.

CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES NACIONAIS EM
MOÇAMBIQUE (2004 a 2014) / Cassiano Eusébio. — 2021. 110 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Gustavo César de Macêdo Ribeiro

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de
Pós-graduação em Ciência Política, Belém, 2021.

1. Participação Eleitoral. 2. Eleições Nacionais. 3. Fundamentos de Nível Individual. 4. Surveys. 5.
Moçambique. I. Título. CDD 320.04

CASSIANO EUSÉBIO

**CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES
NACIONAIS EM MOÇAMBIQUE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade federal do Pará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo César de Macêdo Ribeiro

Data de avaliação: 01/03/2021

Conceito: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gustavo César de Macêdo Ribeiro - PPGCP-UFPA
(Orientador)

Prof. Dr. Rodrigo Dolandeli dos Santos - PPGCP-UFPA
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Gabriel Avila Casalecchi - PPGPOL/UFSCAR
(Examinador externo)

Profª. Dra. Eugenia Rosa Cabral - PPGCP/IFCH/UFPA
(Suplente)

DEDICATÓRIA

Para minha mãe, Maria Cassiano Sungussa, que me apoia incondicionalmente e imensuravelmente nos meus sonhos e nas minhas realizações acadêmicas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida, saúde e a sua benção nessa jornada da vida pessoal e acadêmica. Acredito na benção de Deus na minha vida porque diante de muitas limitações, surgiram acontecimentos sequenciados, e por vezes, um com efeito no outro, que permitiram que eu chegasse e terminasse a pós-graduação, por isso, mais uma vez, muito obrigado, Senhor! Faz sentido estender meus agradecimentos neste parágrafo especial, a uma pessoa muito especial, minha mãe, Maria Cassiano Sungussa, pela sua luta incansável e apoio imensurável para a realização desta pós-graduação e para a realização dos meus sonhos.

Momentos como esse, é fundamental reconhecer e re agradecer pessoas que diretamente influenciaram-me nesta formação. Desde o ensino médio, mano Edmar Aquíca dizia: “*Cassiano tu vais longe*”, essas palavras inspiram-me até hoje. No meado e fim da graduação, mano Zito Pedro e Fidel Terenciano, passaram a ser e ainda são, minhas fontes de inspiração. A minha inspiração neles tem muito a ver com a trajetória acadêmica que eles traçam e me fazem acreditar que eu também posso traçar meu percurso acadêmico. A vocês que diretamente me inspiram, meu muito obrigado.

De modo especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Gustavo César de Macêdo Ribeiro, pela didática e a forma simples e humilde, no processo de ensino e aprendizagem de forma geral e especificamente no tema em análise. Extensivamente, agradeço aos excelentes professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (PPGCP-UFGPA), pela didática e visão crítica dos fenômenos sócio-políticos. Pela receptividade e comodidade, agradeço as colegas da secretaria do PPGCP (Delice e Beatriz); estendo igualmente os meus agradecimentos aos funcionários e técnicos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), e aos profissionais do Restaurante Universitário (RU). De igual modo, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)- código de financiamento 001, pelo apoio financeiro durante esse período de formação.

Nesta curta jornada de pós-graduação, conheci pessoas incríveis como Amanda Souza e sua família, Vicente Chicumbi e a sua família, que me acolheram e me integraram como membro das suas famílias; esse gesto lindo me fez lembrar que família não se limita apenas em laços sanguíneos. Portanto, estas são as minhas famílias do Pará-Brasil, que sempre levarei na memória. A vocês, meu muito obrigado pelo amor, respeito e admiração. A minha família de Moçambique, que desde o começo do processo seletivo me apoiam, me acompanham por

videochamadas, tenho a dizer, muito obrigado pelo suporte; a vossa presença, mesmo à distância fez muita diferença nesta caminhada.

Aos meus queridos e queridas colegas de turma do PPGCP-2019; meus companheiros moçambicanos e de outras partes do mundo que nos conhecemos em Belém que estiveram comigo nesta jornada, agradeço pelas belíssimas convivências e experiências. E por último, porém não menos importante, a todos e todas, que direta ou indiretamente apoiaram-me nessa jornada do mestrado, meu muitíssimo obrigado.

RESUMO

O presente estudo, analisa os condicionantes da participação eleitoral nas eleições nacionais em Moçambique a partir de fundamentos de nível individual. Notamos que, teórica e empiricamente, existe uma lacuna de pesquisas sobre a participação eleitoral no nível individual em Moçambique, dado que, as pesquisas prévias de comportamento eleitoral em Moçambique centram-se maioritariamente na explicação dos fatores da abstenção eleitoral do que propriamente dos fatores da participação eleitoral nas eleições nacionais. Assim sendo, para suprir essa lacuna, recorreremos na revisão da literatura, fundamentos da participação eleitoral no nível individual coadjuvada por uma série de dados de surveys de 2005 a 2015, disponibilizadas no site do Afrobarômetro. A complexidade do fenómeno da participação eleitoral, fez com que relacionássemos fatores históricos, institucionais e a participação nas eleições nacionais em Moçambique com a finalidade de perceber como esses fatores, possivelmente, serviam de pano de fundo para compreender a participação eleitoral. Por meio de dados descritivos e regressão logística, concluímos que: indivíduos que participam de associações voluntárias ou de desenvolvimento comunitário, e discutem assuntos políticos frequentemente ou ocasionalmente com amigos ou familiares, participam mais nas eleições nacionais, assim como, as chances de participar nas eleições nacionais aumentam também para indivíduos que se sentem identificados pela FRELIMO nas eleições nacionais de 2009 e 2014. Também notamos que, indivíduos que percebiam que as eleições serviam bem para remoção dos governantes nos seus postos, participaram mais nas eleições nacionais de 2014.

Palavras-chave: participação eleitoral; eleições nacionais; fundamentos de nível individual; surveys; Afrobarômetro; Moçambique.

ABSTRACT

The present study analyzes the electoral participation constraints in national elections in Mozambique from the grounds of individual level. We note that, theoretically and empirically, there is a research gap on electoral participation at the individual level in Mozambique, given that previous surveys of electoral behavior in Mozambique focus mostly on explaining the factors of electoral abstention rather than factors of electoral participation in national elections. Therefore, in order to fill this gap, we resorted to the literature review, fundamentals of electoral participation at the individual level aided by a series of data surveys from 2005 to 2015, available on the Afrobarometer website. The complexity of the phenomenon of electoral participation, made us to relate historical, institutional factors and participation in national elections in Mozambique in order to understand how these factors possibly served as a background to understand electoral participation. Through descriptive data and logistic regression, we conclude that: individuals who participate in voluntary or community development associations, and discuss political issues frequently or occasionally with friends or family, participate more in national elections, as well as, the chances of participating in elections increases for individuals who feel identified by FRELIMO in the 2009 and 2014 national elections. We also note that individuals who realized that national elections served well for the removal of government officials from their posts, participated more in the 2014 national elections.

Keywords: electoral participation; national elections; fundamentals of individual level; surveys; Afrobarometer; Mozambique.

LISTA DE TABELA

Tabela 2.2 - Percentagens da Participação Eleitoral nas Eleições Presidenciais e Legislativas em Moçambique (1994-2019)	52
Tabela 3.2 - Eleições de Referência, Rodadas/Surveys Seleccionadas e Excluídas	65
Tabela 3.3 - Síntese das Variáveis Analisadas	70
Tabela 4.3.1 – Regressão Logística dos Condicionantes da Participação Eleitoral nas Eleições Nacionais de 2004.....	83
Tabela 4.3.2 Regressão Logística dos Condicionantes da Participação Eleitoral nas Eleições Nacionais de 2009	86
Tabela 4.3.3 – Regressão Logística dos Condicionantes da Participação Eleitoral nas Eleições Nacionais de 2014	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1 - Percentual da Participação Eleitoral Autorrelatada nas Eleições Nacionais em Moçambique, 2004 a 2014	73
Gráfico 4.1.1- Percentual de Indivíduos que discutem assuntos políticos em Moçambique, 2004 a 2014.....	74
Gráfico 4.1.2 - Percentual de Indivíduos com Eficácia Política em Moçambique, 2004 e 2014.....	75
Gráfico 4.1.1.1.1 - Percentual de Indivíduos com Identificação Partidária Pela FRELIMO e por Outros Partidos Políticos em Moçambique, 2004 a 2014	76
Gráficos 4.2 - Percentual de indivíduos que Participam e Não Participam de Associações Voluntárias ou de Desenvolvimento Comunitário em Moçambique, 2004 a 2014.....	77
Gráfico 4.1.1.2 - Percentual de Indivíduos que Discutem Assuntos Políticos e Participam nas Eleições Nacionais em Moçambique, 2004 a 2014	78
Gráfico 4.1.1.2 - Percentual de Indivíduos com Eficácia Política e Participam nas Eleições Nacionais, 2004 e 2014.....	80
Gráfico 4.3 - Percentual de Indivíduos que participaram nas Eleições Nacionais com Identificação Partidária pela FRELIMO e por Outros Partidos Políticos, 2004 a 2014	81
Gráfico 4.1.3 - Percentual de Indivíduos que Participam e Não Participam de Organizações não Partidárias e Participação Eleitoral nas Eleições Nacionais, 2004 a 2014	82

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

AGP- Acordos Geral de Paz;

AR – Assembleia da República;

ASS- Sub-Saharan African

AWEPA - Association of European Parliamentarians with África;

CAP- Centre for Policy Analysis;

CEDD- Centro de Estudo de Democracia e Desenvolvimento

CNEP- Comparative National Election Project

CPGD- Centre for Research on Governance and Development;

D- Desproporcionalidade;

EISA- Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África

ENP- Effective Number of Parties

EUI- Economist Intelligence Unite

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique;

IDEA- Institute for Democracy Electoral Abstence

INSEE - Institut National de la Statitique et des Études Économiques

MDM- Movimento Democrático de Moçambique;

PIB- Produto Interno Bruto

RENAMO- Resistência Nacional de Moçambique;

RP- Representação Proporcional;

SMDs- Single-Member District;

TIR - Relatório de Informações Técnicas

UEM - Universidade Eduardo Mondlane

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
LISTA DE TABELAS	v
LISTA DE GRÁFICOS	vi
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	vii
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1	25
1.1 ESTADO DE ARTE: PARTICIPAÇÃO, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL	25
1.1.2 SÍNTESE DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS SOBRE O ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL	28
1.1.3 FUNDAMENTOS DE NÍVEL INDIVIDUAL DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL ...	30
1.1.4 FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS	30
1.1.5 ENGAJAMENTO PSICOLÓGICO COM A POLÍTICA	34
1.1.6 TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL	40
1.1.7 TEORIA DA MOBILIZAÇÃO	43
CAPÍTULO 2	46
FATORES HISTÓRICOS, INSTITUCIONAIS E A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE	46
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES NACIONAIS EM MOÇAMBIQUE.....	46
2.3 FATORES INSTITUCIONAIS E A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE	53
2.3.1 DO SISTEMA ELEITORAL À PARTICIPAÇÃO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE.....	54
2.3.2 DO SISTEMA PARTIDÁRIO À PARTICIPAÇÃO ELEITORAL MOÇAMBIQUE	60
CAPÍTULO 3	63
DESENHO DE PESQUISA	63
3.1 DESCRIÇÃO E CONSTRUÇÃO DA BASE DE DADOS	63
3.1.1 AFROBARÔMETRO.....	63
3.2 ELEIÇÕES DE REFERÊNCIA E OS SURVEYS	64
3.3 OPERACIONALIZAÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE E DE CONTROLE.....	66

3.4 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA.....	70
CAPITULO 4	72
DESCRICHÃO E ANÁLISE DE DADOS	72
4.1 PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES NACIONAIS EM MOÇAMBIE ..	72
4.1.1 INTERESSE POR POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE.....	73
4.1.2 EFICÁCIA POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE	74
4.1.3 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA EM MOÇAMBIQUE.....	75
4.1.4 ORGANIZAÇÕES NÃO PARTIDÁRIAS EM MOÇAMBIQUE	76
4.2 PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL ENTRE AS CATEGORIAS DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES	77
4.2.1 INDIVÍDUOS COM INTERESSE POR POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES NACIONAIS.....	77
4.2.2 INDIVÍDUOS COM EFICÁCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES NACIONAIS EM MOÇAMBIQUE.....	78
4.2.3 INDIVÍDUOS COM IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA PELA FRELIMO E POR OUTROS PARTIDOS POLÍTICOS E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES NACIONAIS	80
4.2.4 INDIVÍDUOS QUE PARTICIPAM E NÃO PARTICIPAM DE ORGANIZAÇÕES NÃO PARTIDÁRIAS E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES NACIONAIS	81
4.3 MODELOS DE REGRESSÃO LOGISTICA	82
4.3.1 ELEIÇÕES NACIONAIS DE 2004	83
4.3.2 ELEIÇÕES NACIONAIS DE 2009	85
4.3.3 ELEIÇÕES NACIONAIS DE 2014	88
4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	92
4.5 IMPLICAÇÕES DOS RESULTADOS	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
APÊNDICE	104
ANEXOS	105

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, intitulada Condicionantes da Participação Eleitoral nas Eleições Nacionais em Moçambique, enquadra-se no campo da ciência política, especificamente nos estudos sobre o comportamento eleitoral. Historicamente, pesquisas acadêmicas de comportamento eleitoral são datadas antes dos meados do século XX; porém essas pesquisas se concentravam em uma metodologia ecológica, ou seja, uma análise de dados agregados. A partir dos anos 40, as pesquisas de comportamento eleitoral conheceram novas diretrizes com a publicação da obra *The People's Choice*, desenvolvida por Lazarsfeld et al. (1944). Esse estudo para além de ter utilizado uma metodologia de inquérito por amostragem, lançou as bases do Modelo Sociológico do comportamento eleitoral¹. Desde então, cientistas sociais estudam o comportamento eleitoral nos mais variados contextos sociais e políticos, usando diferentes fontes e metodologias; o resultado deste esforço pode ser condensado em três linhas de investigação: i. Teoria psicológica de explicação do comportamento político, difundida na literatura como Modelo de Michigan; ii. Teoria da escolha racional, que tem por base o modelo downsiano, em alusão ao seu criador, Anthony Downs e o iii. Neoinstitucionalismo² (FIGUEIREDO, 2008; SILVA, 2016).

Apesar de tamanho interesse em descortinar a complexidade que envolve a escolha do eleitor na participação eleitoral, estudos que objetivaram compreender tais determinantes abordaram abundantemente as realidades das democracias industriais desenvolvidas e negligenciaram as democracias recentes, de terceira onda (HUNTINGTON, 1994). Na mesma linha de raciocínio, porém em perspectiva diferente, Silva (2016), observa que dentro do grande campo do comportamento eleitoral se consolidou uma linha acerca do comparecimento eleitoral. Inicialmente, o desenvolvimento de tais estudos, também se deu, focando nas democracias industriais desenvolvidas, Europa e América do Norte, e mais recentemente, nas democracias presidencialistas da América Latina e, nos países da África Subsaariana. Como pilares teóricos, tem-se a influência dos modelos do comportamento eleitoral, porém, aplicados ao caso específico do comparecimento eleitoral.

Trabalhos acadêmicos iniciais sobre o comportamento eleitoral em Moçambique, a título de exemplo (MAZULA et al., 1998; MAZULA, 2006), concentraram-se antes, na

¹ Freire (2001).

² A pesquisa não teve a pretensão de descrever ou analisar modelos de comportamento eleitoral. Porém, apoiou-se de alguns fundamentos teóricos destes modelos para compreender o fenômeno em análise.

abstenção eleitoral do que propriamente na participação eleitoral em si, ou seja, nos fatores que condicionavam os indivíduos a comparecerem às urnas. Estudos subsequentes, seguiram a mesma linhagem ignorando-se aqui, de certo modo, as razões do comparecimento eleitoral. Talvez isto esteja ligado à dinâmica da competição política na qual os partidos políticos comportam-se de forma regionalizada. Na medida em que abstenção eleitoral foi aumentando, algumas pesquisas de inquérito nacional e provinciais pós-eleitorais de (BRITO et al., 2005; BRITO, 2008; CHICHAVA, 2008) foram desenvolvidas de modo a entender como os fatores demográficos, socioeconômicos, conhecimento político, informação política sobre campanha eleitoral, avaliação da democracia, etc., estavam associados a abstenção eleitoral e porquê algumas regiões a abstenção era alta ou baixa.

Teórica e metodologicamente, as pesquisas de comparecimento eleitoral dividem-se em três grupos: os primeiros, utilizam fundamentos de nível individual, recorrendo a fatores socioeconômicos como educação, renda, etc., ou fatores atitudinais como interesse por política, identificação partidária, eficácia política, etc. analisados por meio de dados produzidos por inquérito ou surveys; o segundo grupo, são pesquisas que utilizam fundamentos de nível macro com dados agregados³ e, recorrendo a variáveis macro - como contextos políticos, instituições políticas etc. e por fim, o último grupo de pesquisa, combina os fundamentos e dados do primeiro e o segundo grupo de pesquisa analisados no mesmo modelo estatístico.

A despeito de não darem atenção no comparecimento eleitoral, algumas pesquisas de comportamento eleitoral em Moçambique (VITORINO E SOUZA, 2016a; VITORINO E SOUZA, 2016b; VITORINO et al. 2017), utilizam dados agregados longitudinais e variáveis macro com intuito de analisar a influência do nível de escolaridade, pobreza e as suas variações no comportamento do eleitorado; ou associando as condições socioeconômicas e a geografia da alienação eleitoral em Moçambique. No nível individual, a participação eleitoral nas eleições nacionais foi analisada de forma muito resumida por Thomas Isbell (2017), no seu artigo “*A no-confidence vote? Mozambicans still vote, but faith in democracy is slipping*”, por meio de dados do Afrobarômetro. Notar que este artigo não dá ênfase na explicação da participação eleitoral nas eleições nacionais, daí que não fundamenta teoricamente porquê os indivíduos participavam ou quem são os indivíduos que participam nas eleições nacionais⁴. Portanto, a observação constatada, é que existe uma lacuna na literatura moçambicana sobre estudos de

³ Normalmente são usados dados oficiais de eleições.

⁴ O artigo compõe questões ligadas a qualidade das eleições, qualidade do impacto da participação eleitoral, liberdade e transparências nas eleições, suporte ao regime democrático, eficácia política, etc.

comportamento eleitoral com ênfase nos fatores/condicionantes da participação eleitoral nas eleições nacionais em perspectiva longitudinal, e também pesquisas que analisam este fenômeno a partir de dados de nível individual ou de dados agregados.

Deste modo, seguindo a linha do comparecimento eleitoral, a presente pesquisa tem como objetivo de analisar os condicionantes da participação eleitoral nas eleições nacionais, a partir de fundamentos de nível individual. Para materializar esse objetivo, a pesquisa conta com uma compilação de dados surveys realizados em Moçambique, de 2005 a 2015, sistematizados e disponibilizados no banco de dados de Afrobarômetro. Neste sentido, a pesquisa contribui não apenas teoricamente, mas também empírica/metodologicamente, visto que dos poucos estudos que existem e que usam informações da base de dados do Afrobarômetro, não direcionaram diretamente à questão dos condicionantes da participação eleitoral nas eleições nacionais em Moçambique⁵.

Embora, o foco seja em fundamentos de nível individual, a pesquisa procurou agregar no segundo capítulo, elementos históricos - institucionais de modo a auxiliar a interpretação dos resultados da pesquisa. Isso porque, a partir de dados agregados, nota-se que as taxas de participação eleitoral são altas nas primeiras eleições nacionais de 1994 e 1999, com cerca de 88,03% e 69,51% respetivamente. Assim, espera-se que as explicações histórico-institucionais sirvam de pano de fundo para entender a participação eleitoral nas eleições nacionais. Um desses exercícios ligados a fatores históricos-institucionais, seria por exemplo, entender a partir das nossas variáveis de interesse de nível individual como eficácia política ou identificação partidária, “impactaram” nas taxas de participação eleitoral nas eleições nacionais de 2004, dado que, historicamente, os resultados oficiais mostram que são as eleições com percentual mais baixo (36,42%,) de participação eleitoral.

PROBLEMA DE PESQUISA

A literatura sobre o comportamento eleitoral em Moçambique concentra-se no fenômeno da abstenção eleitoral desde as primeiras e as mais recentes pesquisas como foi colocado na seção anterior. Algumas pesquisas de inquérito de comportamento eleitoral (BRITO, Op.cit; RIBEIRO, 2010), concentram-se nos aspetos mais gerais sobre o comportamento eleitoral dos moçambicanos. A pesquisa de inquérito sobre as atitudes políticas

⁵ Sobre pesquisa que usam a base de dados do Afrobarômetro, ver Perreira et al. (2002); Perreira et al. (2003); Mattes e Shenga (2007); Isbell (2017).

dos indivíduos relacionadas a participação eleitoral, desenvolvida por Ribeiro (2010), merece a nossa atenção devido as diversas temáticas que compunham o inquérito, desde questões relacionadas ao período colonial, ao processo de transição para independência e ao período pós-colonial.

Um conjunto de avaliações coloca a participação eleitoral numa clara continuidade em relação ao autoritarismo do regime monopartidário socialista que formalmente vigorou em Moçambique entre 1974/5 e 1990/4, uma vez que uma parte dos entrevistados considera que a ida às urnas é uma obrigação imposta pelas autoridades, tal como antes, no tempo do socialismo, era obrigatória a participação cívica. Outro conjunto aponta para avaliações da participação eleitoral que se podem considerar próprias de um sistema político participativo de tipo ocidental, isto é, uma parte dos entrevistados considera que o ato de votar é um direito dos cidadãos para que, em liberdade e em consciência, escolham os seus governantes entre diferentes forças políticas legitimamente candidatas, direito formalmente institucionalizado em Moçambique pela constituição de 1990 e posto em prática desde as primeiras eleições (1994). Por último, um terceiro conjunto de avaliações atribui significados muito específicos às eleições, sendo-lhes conferidos atributos que visam, de modo muito incisivo, manter o que existe (RIBEIRO, 2010, p.198).

Todavia, as conclusões de Ribeiro (2010), mostram que o ato individual de participar nas eleições em Moçambique, em síntese, estavam associados a “ideia de que a ida a urnas é obrigatório”, “o ato de participar é um direito do cidadão” e “indivíduos participavam para manutenção do partido no poder”. Todavia, o autor centrou-se apenas nas atitudes dos cidadãos sendo que a participação eleitoral é um fenómeno multifatorial. Outro ponto sobre esses achados, tomamos com ressalva porque as conclusões foram feitas a partir do princípio de indução, ou seja, partem de conclusões particulares de um estudo realizado em algumas províncias, para todo o país.

Não obstante, historicamente, as maiores taxas de participação eleitoral são registadas nas primeiras eleições nacionais (1994 e 1999, com cerca de 88,03% e 69,51% respetivamente), onde teoricamente, o contexto e as instituições democráticas passavam por um processo de democratização e consolidação, assim como o processo de reestruturação dos programas de desenvolvimento socioeconómicos, por outro lado, a taxa de participação eleitoral mais baixa (36,42%) é registada nas eleições nacionais de 2004, num contexto onde as instituições políticas assim como a sociedade no geral, tinham experiências dos processos eleitorais anteriores. Essas observações, embora não sejam as razões principais, exigem aos pesquisadores certas explicações relacionadas aos fatores da participação eleitoral nas eleições nacionais em Moçambique.

Teoricamente, as explicações sobre participação eleitoral nas eleições nacionais em Moçambique, respondem a questão e os fatores da abstenção eleitoral. A perspectiva adoptada nesse estudo é diferente, ou seja, objetivamos entender os condicionantes da participação eleitoral. Assim sendo, formulou-se a seguinte questão: quem participa das eleições nacionais em Moçambique?

HIPÓTESES, FUNDAMENTOS TEÓRICOS E OPERACIONALIZAÇÃO DAS HIPÓTESES

Esta subsecção tem como objetivo apresentar as hipóteses em função da literatura que será apresentada posteriormente. Para além disso, pretende-se apresentar de forma sintetizada fundamentos da literatura que possam servir de suporte para as nossas hipóteses. Portanto, a sequência segue primeiro, a fundamentação teórica e em seguida a anunciação da hipótese (para destacar são apresentadas em itálico), e por último mostramos a forma como foi selecionada cada variável no banco de dados e a sua operacionalização para o presente estudo.

HIPÓTESES

A primeira hipótese formulou-se a luz da teoria de mobilização. A definição dos pressupostos da teoria de mobilização e operacionalização desta, envolve uma amplitude maior de questões e que por vezes diferentes. Por exemplo, tentando responder a pergunta “*who vote*”, a definição do conceito de mobilização, de Rosenstone e Hansen (1980), incluem questões ligadas aos apelos de campanha, ligações de um partido ou organização pedindo para votar em próximas eleições, bem como conversas informais com amigos e familiares que podem despertar o interesse pela política, e argumentam que a natureza e a frequência dessas interações ajudam a explicar por que as taxas de participação variam conforme o tempo e o lugar. Existem também outros estudos, que quando se refere a questão de mobilização, atribuem o papel importante as organizações. No seu *artigo beyond Ses: A Resource model of Political participation*, Brady, Verba e Schlozman (1995), observam que a participação em organizações e atividades voluntárias aumenta as habilidades cívicas das pessoas, o que leva as pessoas a terem uma maior propensão a participar politicamente. Além disso, Kuenzi e Lambright, (2005, p.4), argumentam que “é provável que os grupos da sociedade civil estejam vinculados a partidos políticos, que então vinculam os cidadãos à esfera política. Ou seja, as organizações da sociedade civil podem servir como força de mobilização política” - inclusive na participação eleitoral.

Portanto, o entendimento dos pressupostos da mobilização ou da teoria de mobilização adotado para o presente estudo, vai de acordo com as pesquisas que dão ênfase no papel das organizações na mobilização dos cidadãos nas eleições nacionais. Como as organizações são várias, e algumas estão ligadas diretamente com a política (como partidos políticos, comissões partidárias), e outras não têm uma ligação direta com a política (Associações voluntárias ou de Desenvolvimento Comunitário), por conveniência designamos estas últimas de “*organizações não partidárias*”. Não obstante, reconhecemos que os partidos políticos também desempenham o papel na mobilização dos eleitores em Moçambique, no entanto, tomando em consideração a realidade moçambicana – onde há centralidade da FRELIMO, na vida dos cidadãos, preferimos testar outra hipótese separada desta (sobre identificação partidária), que levará em consideração os partidos políticos. Assim sendo, chegamos a seguinte hipótese:

Hipótese 1: “Indivíduos que pertencem ou participam de organizações não partidárias tem mais chances de participar em eleições nacionais, do que aqueles que não participam destas organizações”.

Para operacionalização desta hipótese, selecionamos na base de dados, a variável “membro ou participante de organizações diferentes”. O Afrobarômetro apresenta uma lista de organizações nos quais as pessoas se juntam ou participam. Esta variável, nos questionários do Afrobarômetro, é formulada a partir da seguinte pergunta: *para cada uma organização, você poderia me dizer se você é um “líder oficial”, um “membro ativo”, um “membro inativo” ou “não é um membro”?* As respostas dos indivíduos seguem as sugestões apresentadas, se é um “líder oficial”; “um membro ativo”; “um membro inativo” ou; “não é membro”. Relativamente as organizações não partidárias, selecionamos aquelas que têm em comum em todas as rodadas em análise. Aquelas que não constam nestas rodadas como - associação profissional ou empresarial, sindicato ou associação de agricultores, foram excluídas. Deste modo, recodificamos as respostas desta variável em uma variável binária, nos seguintes termos: 0 = para quem não é membro/não participa, e 1= para quem é membro/participa destas organizações.

A segunda hipótese tem embasamento teórico no engajamento psicológico com a política, especificamente, na eficácia política. Segundo Sheerin (2007), uma das contribuições mais significativas da escola de pensamento psicológico foi a teoria da eficácia política. A eficácia foi identificada pela primeira vez como uma influência no comportamento da participação eleitoral por (CAMPBELL; GURIN; MILLER, 1954). Segundo estes autores, a

eficácia política, era o sentimento de que a mudança política e social é possível e de que o cidadão individual pode desempenhar um papel na realização dessa mudança. Na verdade, como Ho et al., descreveram, “de todos os condicionantes de atitude da participação política, a crença eficaz dos eleitores individuais é provavelmente a variável mais saliente e mais estudada das ações políticas” (HO et al., 2001, apud SHEERIN, 2007, p. 26). Analisando, as diferentes formas de participação política - escolha política, engajamento cívico e eficácia política, Ikeda, Kobayadhi e Hoshimoto (2008), mostram que a eficácia política pode ser um incentivo – para aqueles que se sentem bem representados politicamente e com isso os cidadãos podem assim como não participar nas eleições ou pode ser um desincentivo – para aqueles que não se sentem bem representados politicamente e com isso podem se sentir motivados a participar nas eleições. Destes argumentos, surge a seguinte hipótese:

Hipótese 2: “A probabilidade de participar nas eleições nacionais em Moçambique tendem a ser mais para indivíduos que percebem que o seu voto é eficaz, do que aqueles que percebem que o seu voto é menos eficaz para remoção dos governantes nos seus postos”

Para testar esta hipótese, selecionamos na base de dados a seguinte variável: “*eleição permite ao eleitor remover os líderes*”. Esta variável, nos questionários do Afrobarômetro, é formulada a partir da seguinte pergunta: *Pense em como as eleições funcionam na prática neste país. Quão bem as eleições permitem que os eleitores removem do cargo os líderes que não fazem o que as pessoas querem?* Em resposta a esta pergunta, são apresentadas as seguintes opções: “nem um pouco bem”; “não muito bem”; “bem”; “muito bem”; “não sei”; e “recusou-se a responder”. Mantivemos as categorias originais e recodificamos, as duas últimas respostas (“não sei”, “recusou-se a responder”), como “*missings*”. Não obstante, essa variável não se apresenta em todas as rodadas da nossa base de dados, apenas encontra-se disponível na rodada III (eleição de 2004) e rodada IV (eleição de 20014), e não contém na rodada V (eleição de 2009). Portanto, como julgamos importante para o presente estudo, apresentamos modelos alternativos para eleição de 2004 e 2014 – utilizando a variável eficácia política.

A terceira hipótese está relacionada com o interesse por política. Desde os estudos clássicos (Lazarsfeld, Berelson, Gaudet, 1944; Campbell et al. 1960; Brady, Verba, Schlozman, 1995), têm mostrado consistentemente que altos níveis de interesse político são fundamentais para a participação eleitoral. Segundo Sheerin (2007, p. 24), “este argumento parece fazer sentido. Na verdade, é mais provável que um cidadão vote se estiver interessado em política, discutir o assunto com sua família e amigos e acompanhar notícias políticas em

jornais, televisão ou outras formas de mídia”. Em relação a essa questão, estudos anteriores em Moçambique, embora não tenham relacionado diretamente a participação eleitoral, mostram resultados que suscitam a necessidade de se estudar este fenômeno.

De acordo com Brito (2005), a média nacional dos que tinham dito ter pouco ou nenhum interesse pela política num inquérito pós-eleitoral, na eleição de 2004, era de 31%, com um valor correspondente para as mulheres de 36%, contra 26% para os homens. Segundo o autor, uma tendência preocupante do ponto de vista do exercício da cidadania e que pode suscitar uma série de interrogações é o facto dos jovens de 18 a 24 anos terem apresentado um desinteresse pela política (33%) superior à população geral (31%), não obstante disporem de um nível educacional bastante superior à média. Com intuito de testar essa variável nas eleições nacionais em Moçambique, formulou-se a seguinte hipótese:

Hipótese 3: “Indivíduos que discutem assuntos políticos frequentemente, tem mais chances de participar nas eleições nacionais em Moçambique, do que aqueles que nunca discutem ou discutem assuntos políticos ocasionalmente”.

A variável selecionada na base de dados para operacionalizar essa hipótese é “*discussão política*”⁶. Espera-se que os indivíduos que discutem assuntos políticos tenham interesse por política e conseqüentemente, participem das eleições nacionais em Moçambique. Essa variável no questionário do Afrobarômetro apresenta-se da seguinte maneira: *Quando você se reúne com seus amigos ou familiares, você diria que discute assuntos políticos?* Para esta pergunta, são apresentadas no questionário, as seguintes respostas: “nunca”, “ocasionalmente”, “frequentemente”, e “não sabe”. Para captar maior variação desta pergunta, dado que as respostas têm dimensões diferentes, mantivemos a codificação e apenas recodificamos a resposta “não sabe” - para “*missings*”.

A quarta hipótese tem a ver com a identificação partidária. A teoria psicológica usa a identificação partidária como um dos pressupostos teóricos para explicar tanto a participação eleitoral assim como as preferências partidárias (Campbell et al. 1960). Segundo Figueiredo (2008, p.40), “a identificação partidária corresponde a fatores endógenos que podem impulsionar ou rechaçar os indivíduos a participar das eleições”. Existem poucos estudos em

⁶ Notar que existia na base de dados a variável “interesse por assuntos públicos (política e governo)”, porém não foi utilizada essa variável porque seguimos a tendência da literatura (KUENZI, LAMBRIGHT, 2005; SILVA, 2016, que comumente usam a “discussão política” para medir interesse por política.

Moçambique que analisam a identificação partidária. Um dos estudos de Brito (2005, procurou medir a identificação partidária nas eleições de 2004, e os resultados suscitam algumas dúvidas relativamente a sinceridade das respostas dadas pelos cidadãos no que tange as suas preferências partidárias. Deste modo, visando suprir essa lacuna, pretendemos testar a variável “identificação partidária” a partir da identificação partidária pela FRELIMO, e por outros partidos políticos.

Hipótese 4: “Indivíduos que se sentem identificados pela FRELIMO, tem mais chances de participar nas eleições nacionais, do que aqueles que se sentem identificados por outros partidos políticos”

Para operacionalizar essa hipótese, o questionário do Afrobarômetro apresenta duas perguntas: *Você se sente próximo de algum partido político em particular?* E em seguida, outra pergunta, *qual é esse Partido Político?* Tomamos em consideração a segunda pergunta e não a primeira. Para a segunda pergunta, os indivíduos são apresentados uma lista de partidos políticos: “FRELIMO”, “RENAMO”, “MDM (Movimento Democrático Moçambicano)”, “PDD (Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento)”, PIMO (Partido Independente Moçambicano)”, “Outros”, “*recusou de responder*”, “não sabe”. Recodificamos os valores originais para uma variável com valores binários: um (1) para indivíduos que se sentem identificados pela “FRELIMO”, e zero (0) para indivíduos que se sentem identificados por “Outros” partidos políticos. As opções de resposta “Outros” e “recusou de responder”, “não sabe” foram recodificados como “*missings*”.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação, para além da seção introdutória é composta por quatro capítulos e uma seção de considerações finais. O primeiro capítulo, centrou-se na revisão da literatura destacando alguns conceitos gerais ligados ao fenómeno da participação, participação política, participação eleitoral. De igual modo, destacamos os fundamentos teóricos e empíricos da participação eleitoral, com ênfase em quatro perspectivas: variáveis sociodemográficas, engajamento psicológico com a política, teoria da escolha racional e teoria da mobilização. No segundo capítulo, agregamos fatores históricos, políticos e institucionais, dado que algumas pesquisas de participação utilizam essas variáveis para entender os efeitos na participação. Porém, o nosso objetivo foi usá-las como pano de fundo para entender a relação das configurações institucionais, políticas e participação eleitoral nas eleições nacionais. No

terceiro capítulo, elaboramos o desenho de pesquisa, destacando a descrição da base de dados, os critérios da seleção dos surveys e eleições de referência, operacionalização das variáveis e, os procedimentos técnicos da pesquisa. No quarto capítulo, reservou-se a descrição e análise de dados, destacando a validação ou a refutação das hipóteses de pesquisa. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

CAPÍTULO 1

O presente capítulo analisa a participação eleitoral a partir de fundamentos de nível individual em Moçambique. Apoiando-se na literatura especializada, a revisão da literatura buscou combinar pressupostos teóricos gerais e específicos sobre a participação eleitoral em Moçambique. Assim sendo, a primeira seção apresenta um debate conceitual sobre a participação, participação política e participação eleitoral. Nas seções seguintes, para além de apresentar os fundamentos do estudo da participação eleitoral, consideramos quatro (4) perspectivas teóricas que têm sido associadas aos estudos tanto do comportamento eleitoral assim como da participação eleitoral. A primeira baseia-se nos *fatores sociodemográficos* - que aponta a relevância de variáveis como escolaridade; idade; renda; gênero; local de moradia (localidade); a segunda dá ênfase ao *engajamento psicológico com a política* – ressaltando a importância de questões como interesse por política; eficácia política; informação política e identificação partidária; a terceira é *a teoria da escolha racional* que busca mensurar a relação entre a avaliação das condições econômicas pessoal e nacional e a predisposição dos cidadãos participarem nas eleições; e por último, a *teoria da mobilização* que exalta diversas formas de mobilizar os eleitores a participarem nas eleições.

1.1 ESTADO DE ARTE: PARTICIPAÇÃO, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

Referindo-se ao seu carácter histórico, Pateman (1992), destaca que a palavra participação se tornou parte do vocabulário político popular nos finais da década 60. Ademais, com a intensificação de movimentos populares em prol de maior participação, colocou uma questão crucial para teoria política: qual seria o lugar da participação numa teoria de democracia moderna e viável? Essa questão, teoricamente “polarizou” o debate da participação na teoria democrática em duas dimensões: primeira dimensão são autores que defendem maior participação político-eleitoral - como ideal da democracia (BENTHAM,1843; ROSSEAU,1968; BERELSON,1954; MILLS,1910; COLE, 1920); e a segunda dimensão são autores que observam a função participativa dos cidadãos como sendo secundária - isto é, de seleccionar os representantes por meio do voto, ou de garantir a estabilidade do sistema político

ou pré-condições para assegurar a estabilidade democrática (SHUMPETER,1961; DAHL 1989; SARTORI, 1962).

A despeito das dimensões acima colocadas, a participação foi sendo cada vez mais importante nas democracias contemporâneas. Dahl (1997) na sua obra “Poliarquia”, observa que nenhum sistema no mundo real é plenamente democratizado e, o que diferencia um sistema do outro está nas duas dimensões teóricas de democratização, nomeadamente: Liberalização (contestação pública) e Inclusividade (participação). Segundo Dahl (1997, p.28), “quando um regime garante o direito de voto em eleições livres e idôneas a alguns dos seus cidadãos, ele caminha para uma maior contestação pública. Mas, quanto maior a proporção de cidadãos que desfruta do direito, mais inclusivo é o regime”.

Entretanto, importa referir que a participação que Dahl se refere é a participação política, cujo “o pressuposto básico da democracia é a continua responsividade do governo às preferências dos seus cidadãos, considerados politicamente iguais” (DAHL, 1997, p.25). Seguindo essa linha de pensamento, a participação política tem sido usada como um dos indicadores para avaliação do nível de democracia das sociedades contemporâneas. A título de exemplo, a Economist Intelligence Unite - EUI (2019), utiliza cinco categorias no seu índice de democracia (processo eleitoral e pluralismo; o funcionamento do governo; participação política; cultura política; e liberdades civis), e com base em suas pontuações em uma série de indicadores dentro destas categorias, cada país é então classificado como um dos quatro tipos de regime: “democracia plena”, “democracia falhada”, “regime híbrido” ou “regime autoritário”.

Todavia, as questões que envolvem a participação política são obviamente diferentes em democracias emergentes e nações não democráticas. De acordo com Dalton (2007), em novas democracias, o desafio é engajar a cidadania em participação significativa após anos de engajamento ritualizado ou proibições de participação. Em alguns casos, esta experiência é uma imagem espelhada de antigas democracias: em antigas democracias, os cidadãos estão mudando do convencional para política não convencional⁷. Em novas democracias, os cidadãos frequentemente derrubaram regimes autoritários por convulsões e agora tem que aprender as rotinas da participação convencional.

⁷ Participação política convencional é encarada dentro de uma lógica representativa, onde os cidadãos escolhem uma elite política para representá-los nas fatias do poder; ao passo que, a participação política não convencional é caracterizada pelo engajamento em espaços fora da arena tradicional (Nicoletti, 2013, p.58).

A lógica do processo de transição de participação política convencional para não convencional em novas democracias, apresentada por Dalton (2007), não condiz parcialmente com os achados de Bratton, Mattes e Gyiamah-boadi (2005), os quais pressupõem que embora a democracia inclua o direito de voto, a liberdade de expressão e participação direta, as eleições são atribuídas menos centralidade na construção democrática no contexto africano. Destas divergências teóricas, parece-nos conveniente, focar-se apenas na discussão sobre a participação política versus a participação eleitoral que, embora sejam aparentemente conceitos distintos, por vezes, a não distinção no uso destes conceitos podem causar interpretações inapropriadas. Assim sendo, segue nos próximos parágrafos a definição do conceito de participação política, participação eleitoral, a distinção destes dois conceitos e, por último, o conceito ou sentido de participação eleitoral adotado para presente estudo.

De acordo com Verba, Nie e Kim (1978, p.46), a participação política são “atividades jurídicas de cidadãos privados que visam mais ou menos diretamente influenciar a seleção de funcionários do governo e as ações que tomam”. Por sua vez, Burns, Schlozman e Verba (2001, p.04), entendem a participação política como simplesmente à “atividade que tem a intenção ou efeito de influenciar a ação governamental - seja diretamente, afetando a formulação ou implementação de políticas públicas, ou indiretamente, influenciando a seleção de pessoas que fazem aquelas políticas”.

Na mesma linha de pensamento, porém analisando o contexto africano, Bratton, Mattes e Gyiamah-boadi (2005), atribuem a participação política à característica multidimensional que transcende o ato de participar nas eleições para outras questões políticas que envolvem ações coletivas, contato com representantes políticos, e explosões de protestos na rua. Dado que, os principais aspectos do comportamento político em África acontecem informalmente, expandem a definição de participação política para abrir espaço para o envolvimento dos indivíduos nos assuntos da comunidade e seus contatos com patronos - como líderes tradicionais, figuras religiosas ou líderes empresariais - que não necessariamente ocupam cargos na hierarquia formal do Estado.

Deste modo, entendendo as eleições como uma pedra angular da governança democrática e da estabilidade política, o exercício da participação política permite não apenas à eleição dos governantes, mas também, a responsabilização pelos seus desempenhos nos cargos. A problematização teórica surge quando a participação eleitoral (uma das principais formas que os cidadãos participam politicamente), no contexto africano, é atribuída menos

centralidade na governança democrática, como foi colocado antes por (BRATTON; MATTES; GYIAMAHA-BOADI, 2005).

Para o Intitute of Democracy and Electoral Abstence - IDEA (1999), participação eleitoral é a única forma de participação em que cada cidadão tem uma palavra igual (uma pessoa, um voto), tornando-se deste modo, um grande equalizador na influência política para aqueles que participam nas eleições. Constitui também, apenas um elemento de um repertório muito mais amplo de participação política. Ao passo que, para o Institut National de la Statitique et des Études Économiques-INSEE (2020), participação eleitoral é um indicador do envolvimento dos cidadãos nas instituições e nos principais debates públicos, que permite monitorar o comportamento eleitoral das pessoas inscritas nas listas eleitorais de um ou dois turnos de uma eleição e entre diferentes eleições sucessivas.

Segundo Franklin (2001, p.02), “a participação eleitoral é a força vital da democracia, que envolve diferentes números de pessoas em diferentes atividades em momentos diferentes”. Também, é entendida como um processo pelo qual uma ou grupo de pessoa expressa uma opinião formal ou oficialmente, com intuito de escolherem candidatos a cargos públicos (KAY J, 2015).

Concluindo, é possível notar a diferença entre os conceitos de participação política e participação eleitoral; enquanto o primeiro conceito se refere a um conjunto de ações legais tomadas por cidadãos com objetivo de influenciar na seleção dos funcionários e das políticas públicas tomadas por estes, a participação eleitoral corresponde uma dessas atividades, limitando-se apenas no momento em que os cidadãos são chamados a exercer o seu dever cívico através do seu voto.

1.1.2 SÍNTESE DOS FUNDAMENTOS TEORICOS E EMPÍRICOS SOBRE O ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

Segundo Franklin (2004), tradicionalmente, estudos sobre participação eleitoral têm se estruturado em duas grandes variedades de questões: a primeira variedade são questões relacionadas com a “participação eleitoral em si”, entre elas: por que as pessoas se preocupam em votar? Por que a participação eleitoral é relativamente estável ao longo do tempo (comparado com as enormes diferenças entre os países)? Por que diminui, onde diminui? E por que (em alguns países) não diminui de forma alguma – ou até aumenta? A segunda variedade de questões tem a ver com “como estudar a participação eleitoral”. Por exemplo: a participação é um fenômeno de nível agregado ou individual? podemos entender melhor estudando as

mudanças da participação no tempo? Estudando as diferenças de participação entre os países ou estudando por que algumas pessoas votam outras não? O que podemos aprender com o fato de que a participação varia mais entre as recentes coortes e menos entre coortes estabelecidas?

Kettilson e Anderson (2011), apontam duas dimensões teóricas que as pesquisas de participação eleitoral se orientam: a primeira é o nível individual (*individual level*), onde grande parte da literatura estabelece que, fatores como recursos, redes sociais e atitudes sobre as eleições e o sistema político são fortes indicadores de se os eleitores votarão no dia da eleição. Como frequentemente, pesquisas de participação eleitoral no nível individual se concentram em países e eleições individuais, estas pesquisas colocam o ônus da participação nos próprios cidadãos - como eles vêm o custo do voto - mas menos ênfase em como o contexto político pode facilitar ou dificultar a participação; ao passo que, a segunda dimensão, no nível macro (ou transnacional) - uma variedade de estudos enfoca como o contexto político, e as instituições eleitorais especificamente, chegam a impor custos aos cidadãos na decisão de votar. No entanto, esses estudos são tipicamente incapazes de elucidar as bases da votação em nível individual ou situar os efeitos que fatores de nível individual têm no contexto eleitoral e institucional mais amplo.

Empiricamente, a participação eleitoral pode ser operacionalizada de diferentes formas dependendo do objetivo da pesquisa. Para mostrar essa diversidade na operacionalização, Geys (2006), no seu artigo *Explaining electoral participation: a review of research at the aggregate level*, analisa 86 estudos sobre a participação eleitoral, mostrando a forma como cada um destes operacionaliza a participação eleitoral. Essa análise mostra três (3) formas de operacionalizar a participação eleitoral - população em idade de votar; parte da população que pode votar e o número de pessoas registradas para votar.

Em primeiro lugar, 36 estudos dividem o número de eleitores pela **população em idade de votar** (“a população em idade elegível”). O denominador, portanto, deixa de fora aqueles que ainda não atingiram a idade em que é legalmente permitido e ou, em alguns casos, obrigado a votar (18 anos na maioria dos países ocidentais). Provavelmente, o uso frequente desse índice se deve à facilidade com que pode ser obtido (ou calculado) a partir de estatísticas oficiais. Em segundo lugar, 13 estudos consideram apenas a **parte da população que pode votar**. Isso não apenas desconsidera os indivíduos abaixo da idade legal para votar, mas também aqueles que perderam seus direitos cívicos devido, digamos, a uma condenação criminal ou que são colocados em um estado prolongado de imaturidade, e assim por diante. Finalmente, 23 estudos usam o **número de pessoas registradas para votar** (isso inclui Rosenthal e Sen, 1973; Perea, 2000, que usam taxas de abstenção em vez de taxas de participação como variável dependente). Até que ponto isso difere da população elegível pode ser um ponto de discussão. Claramente, uma pessoa deve estar registrada para ser elegível para votar e ser capaz de se registrar, ela deve cumprir todos os outros elementos de elegibilidade (por exemplo, idade, direitos cívicos). No

entanto, parece valer a pena fazer uma distinção, pois em alguns países as pessoas são livres para se registrar (por exemplo, Estados Unidos), enquanto em outros são legalmente obrigadas a fazê-lo (por exemplo, Austrália) ou o governo assume a responsabilidade pelo processo de registro (por exemplo, Bélgica). Portanto, o não registro pode ser uma escolha política em alguns países, caso em que os não registrados também devem ser contabilizados na taxa de participação investigada (GEYS, 2006, p.639)

Destacados os fundamentos teóricos e empíricos sobre a participação eleitoral, e seguindo a linha do comparecimento eleitoral, importa destacar novamente que, o presente estudo tem como objetivo analisar os condicionantes da participação eleitoral nas eleições nacionais, a partir de fundamentos de nível individual. Analisamos a participação eleitoral como sinônimo de comparecimento eleitoral, isto é, participação eleitoral autorrelatada nas eleições nacionais.

1.1.3 FUNDAMENTOS DE NÍVEL INDIVIDUAL DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

1.1.4 FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS

Estudos clássicos com vertente sociológica e psicológica do comportamento eleitoral mostram que as diferenças nas características individuais – idade, educação, gênero, renda, local de moradia (urbano versus rural) etc.- estão associados de forma diferente na participação eleitoral. A relação entre a idade e a participação é um dos achados mais consolidados na literatura sobre a participação eleitoral; não obstante, essa relação tende a apresentar flutuações do que uma relação linear. Isto porque, de acordo com Campbell et al. (1960), geralmente os cidadãos mais velhos têm maior probabilidade de votar do que os membros da geração mais jovem. “Uma das hipóteses mais suportada na literatura, que sustenta a relação acima colocada, é o fato de que a participação aumenta constantemente com a idade até atingir um pico na meia-idade e, em seguida, diminui gradualmente com a velhice” (MILBRATH; GOEL, 1977, p.114).

Embora haja essa relação, dificilmente pode-se estabelecer uma relação causal entre a idade e participação eleitoral, podendo esta variar de contexto para contexto, como colocam Niemi e Barkani (1987), os eleitores estabelecidos em países desenvolvidos, o comparecimento às urnas tem uma relação curvilínea familiar com a idade. Em novos eleitorados [em países em desenvolvimento], no entanto, a falta de experiência e suposta resistência a novos comportamentos entre os eleitores de meia-idade sugere que a participação pode ser maior entre os jovens.

Tomando em consideração a questão do contexto, a expectativa de que os mais jovens participem mais em países em desenvolvimento não se mostra consistente no contexto moçambicano; estudo realizado por Brito (2005), sobre a formação do voto e comportamento eleitoral dos moçambicanos, analisando a relação entre a idade e participação eleitoral declarada na eleição nacional de 2004, mostra que os jovens de (18 – 24 anos) participam menos que os mais velhos de (45 e mais anos), a diferença variando aproximadamente de 15%. Estudos posteriores, constatam que “existe uma clara tendência para a diminuição da taxa de abstenção à medida que a idade avança. Apenas o grupo etário dos mais velhos (55 anos e mais) apresenta uma tendência para a subida dessa taxa, mas sem chegar a atingir os valores das categorias etárias mais jovens” (BRITO, 2016, p.10).

De acordo com Terenciano (2020), o nível de participação dos eleitores em Moçambique depende de vários fatores e sem dúvida a escolaridade constitui um desses fatores. A relação entre a escolaridade e a participação político eleitoral é também um dos achados mais consolidado na literatura sobre o comportamento eleitoral. Campbell et al., (1960), observam que a pessoa educada é distinta da menos educada, não apenas no número de fatos sobre a política a seu comando, mas também na sofisticação dos conceitos que emprega para manter um senso de ordem e significado em meio à enxurrada de informações. Segundo Schlozman, Bardy e Verba (2018, p.54), “a educação aumenta a participação mais ou menos diretamente, desenvolvendo habilidades que são relevantes para a política [...]. A educação também transmite informações sobre governo e política e incentiva atitudes, como um senso de responsabilidade cívica ou eficácia política, que predispõe o indivíduo ao envolvimento político”.

Essa relação aplica-se para a realidade moçambicana. Analisando as eleições gerais de 2014, Terenciano, Socorro e Souza (2016), notam que a mudança nas escolhas eleitorais foi resultante das mudanças estrutural das condições socioeconômicas, com destaque para aumento da escolaridade na região central de Moçambique, ou seja, o aumento de nível de escolaridade mensurado com base no número de escola de ensino secundário do 2º ciclo existentes em cada província de Moçambique, teve um impacto significativo no aumento da consciência cívica dos cidadãos nas regiões com altas taxas de escolaridade.

Segundo Brito (2016), o nível de educação tem habitualmente uma influência no comparecimento às urnas em Moçambique. Para o autor, quanto maior o nível de escolaridade menor é abstenção eleitoral em Moçambique, havendo diferença de taxas de participação

daqueles que têm o nível de educação primária comparativamente com aqueles que têm o nível secundário ou superior. Não obstante, parece-nos interessante apontar a problematização levantada por Nhantumbo (2018), no seu artigo “analfabetismo político entre os moçambicanos alfabetizados: digitalização e erosão da participação”.

Nhantumbo (2018), analisa participação eleitoral como a afluência às urnas e a digitalização. Apoiando-se à uma revisão crítica da teoria da modernização associando-a fatores que impulsionam a participação eleitoral como educação, idade e exposição aos media, conclui que a alfabetização não conduz a uma alta participação política. Com uma média de 30 e 32 anos, respectivamente para Matola e a cidade de Maputo, os alfabetizados têm estado, de certa forma, a participar como *oficiais públicos em sistemas de partido único*; participam em determinados acontecimentos políticos ou são jovens envolvidos apenas por laços familiares. Nestes locais, os níveis de alfabetização, participação política em geral e especificamente a afluência às urnas tomam sentidos contrários aos pressupostos da modernização. Embora a problematização seja interessante, as conclusões deste estudo precisam ser tomadas com cautela porque para além de ter sido realizado em dois municípios (cidade de Maputo e Matola), o estudo tem uma amostra probabilística muito inferior (115 indivíduos, para cada município) comparativamente a população total dos dois municípios.

De acordo com Inglehart e Norris (2000), a participação do gênero nas eleições, chamou atenção pelo fato das mulheres apresentarem um desalinhamento eleitoral em 1980, diferentemente dos homens que mantinham o alinhamento eleitoral desde as eleições de 1950 nos Estados Unidos. Essa diferença observada no comportamento eleitoral fez com que surgisse duas perspectivas de análise, onde a primeira focou-se em aspectos estruturais e/ou culturais que afetam a participação das mulheres nas sociedades modernas e a segunda focou-se na transformação dos papéis do gênero. Campbell et al. (1960), observaram que o aumento da participação das mulheres com escolaridade era mais que os homens. Embora as taxas de participação fossem mais altas para ambos os sexos em cada nível de educação, a mulher com baixa escolaridade tinha menos probabilidade de votar do que sua contraparte masculina.

Em Moçambique, a pesquisa de Brito (2005), não apresenta com clareza os níveis e diferenças de participação eleitoral entre os homens e mulheres, apenas mostra dados sobre o voto declarado para partidos políticos, entre homens e mulheres nas eleições nacionais de

2004⁸. Outra pesquisa de inquérito pós eleitoral, desenvolvida por Brito (2016, p.08), “sobre os fatores da participação/abstenção eleitoral nas eleições nacionais de 2014, concluiu que houve maior abstenção no seio das mulheres (22%) do que entre os homens (18%)”. Algumas considerações são necessárias para estes achados: primeiro, o autor não diferencia os fatores da participação e da abstenção eleitoral, ou seja, toma-os como iguais, sendo que, nem sempre os fatores que explicam a participação eleitoral são iguais aqueles que explicam abstenção eleitoral; e segundo, este inquérito carece de uma amostra estatisticamente representativa a nível nacional⁹.

Noutra perspectiva, tem a renda que, enquanto um fator que influencia à participação eleitoral não é uma medida de fácil correlação. Segundo Galbraith e Hale (2008, p. 888) “a desigualdade não é algo que os eleitores observam diretamente, e menos ainda fazem julgamentos comparativos consistentes a respeito. É, antes, uma condição do eleitorado; mas, a questão é, como a desigualdade de renda pode afetar a escolha dos eleitores? Esse é um problema mais sutil”.

Para Brady (2003), uma ligação possível é que a desigualdade econômica afeta os recursos, especialmente a renda, disponível para participação das pessoas, para que as pessoas mais ricas tenham mais recursos e as pessoas mais pobres tenham menos. Outra conexão possível é que a desigualdade de renda motiva a participação, para que os pobres sejam mais motivados do que os ricos a se agitarem em favor de políticas redistributivas. O primeiro mecanismo baseia-se na renda como uma capacidade pessoal que apoia a capacidade de participar, enquanto o segundo envolve a desigualdade econômica como um fato social, uma característica da sociedade como um todo, que anima reações daqueles cujos interesses são em jogo. Ambos os mecanismos envolvem a tentativa de influenciar a ação do governo.

Nem sempre é fácil mensurar a renda, principalmente em pesquisas de inquérito ou surveys. Algumas pesquisas como de Kuenzi e Lambright (2005), usam como proxy da variável renda “a frequência que o indivíduo passou o dia sem ter acesso a comida” outros usam como

⁸ E mesmo assim, Brito (2005), chama atenção a sinceridade ou veracidade das respostas dadas sobre o voto declarado para partidos políticos. Pois segundo ele, para além das diferenças incongruentes do apoio partidário declarado, não seria de esperar que a FRELIMO apresentasse um apoio partidário feminino e rural e a RENAMO um apoio concentrado nos homens e no contexto urbano.

⁹ O inquérito realizou-se em três distritos (Beira, Manjacaze e Murrupula), e as conclusões são generalizadas com a justificativa de que, os três locais selecionados dado a sua diversidade e tipicidade (cobrindo áreas rurais e urbanas e abrangendo áreas de forte influência dos três principais partidos, distribuídas pelas três grandes regiões do país) permitem obter resultados muito próximos dos que seriam produzidos por um inquérito a uma amostra representativa da população nacional.

proxy da variável renda a “atividade ou a ocupação profissional dos indivíduos”. Relativamente a esta última variável – ocupação profissional, Brito (2016, op. cit.), concluiu que nas eleições nacionais de 2014 em Moçambique a participação foi menor entre os trabalhadores informais e desempregados (24%), seguindo-se depois os estudantes, com 21%, os camponeses e agricultores, com 19% e, finalmente, os que menos se abstêm, os empresários e trabalhadores assalariados, com 13%.

Para concluir a relação entre os fatores sociodemográficos e a participação eleitoral, as clivagens urbanas versus rural tem-se associado de maneira diferente ao comparecimento às urnas em diversos contextos. Nas democracias consolidadas, a partir dos anos 40, Lazarfeld, Berelson e Guadet (1944), encontraram a relação entre a o local de residência e a participação eleitoral. Embora os achados estejam relacionados a direção do voto, os autores, concluíram que cidadãos residentes no meio rural eram predispostos em votar em partidos republicanos, em contrapartida, os indivíduos localizados no meio urbano eram predispostos em votar nos democratas. Young (2004), observa que, a urbanidade também é saliente em muitos países, embora sua expectativa dependa do contexto local. Em muitos países, a divisão urbana / rural é uma divisão significativa e, conseqüentemente, afetar a forma como os partidos fazem campanha e mobilizam os eleitores que antecederam as eleições.

Para o contexto moçambicano, analisando as eleições municipais de 1998 e nacionais de 1999, a Association of European Parliamentarians with África (AWEPA) (2003), concluiu que houve baixa afluência as urnas nos centros urbanos comparativamente aos centros rurais. Essa tendência confirmou-se nas eleições nacionais em 2004, através da pesquisa de inquérito pós-eleitoral realizado por Brito (2005). Portanto, pode-se concluir que os indivíduos localizados nas zonas rurais participam mais do que aqueles localizados nas zonas urbanas em Moçambique.

1.1.5 ENGAJAMENTO PSICOLÓGICO COM A POLÍTICA

A questão colocada por Brady, Schlozman e Verba (2018), “*por que as pessoas não participam?*”, remeteu a seguinte resposta: “os indivíduos não participam porque não podem”, “porque eles não querem participar” e por último “porque ninguém lhes pediu para participar”. O segundo ponto desta resposta (porque eles não querem participar) está relacionado com a ausência do *engajamento psicológico com a política* – interesse por política ou conhecimento mínimo de assuntos políticos, a crença que a sua participação pode fazer uma pequena diferença

ou não, pouco ou nenhum conhecimento sobre os processos políticos ou outras prioridades. Mas, por várias razões, os autores agem com cautela ao considerar o envolvimento psicológico com a política como uma causa de participação, pois ser politicamente interessado, ter conhecimento ou ser eficaz pode aumentar a probabilidade de que um indivíduo seja ativo; mas, reciprocamente, ser ativo pode aumentar o interesse, a informação e a eficácia. A causalidade pode ir do ativismo ao engajamento, bem como do engajamento ao ativismo. Seguindo a abordagem desenvolvida pelos autores no modelo de voluntarismo cívico, analisamos quatro variáveis nomeadamente: Interesse por política, informação política, eficácia política e a identificação partidária.

Interesse Político. Segundo Campbell et al., (1960), os indivíduos desenvolvem níveis de interesse político e envolvimento em assuntos políticos que variam largamente entre os indivíduos e são estáveis em campanhas eleitorais sucessivas. Na visão de Brady, Schlozman e Verba (1995; 2018), indivíduos interessados em política, que acompanham a política, se preocupam com o que acontece e se preocupam com quem ganha ou perde as eleições – são mais politicamente ativos. O interesse nestas questões faz com que a participação eleitoral seja um ato fortemente impulsionado por interesse por política.

A despeito, as pesquisas que mostram a relação entre interesse por política e a participação eleitoral, Deny e Doyle (2005), chamam-nos atenção pelo fato desta relação ser problemática e, portanto, não ser causal, mas sim serem determinados por alguns fatores adicionais. Apoiando-se em algumas pesquisas¹⁰ que fazem relação entre o conhecimento político e interesse político, e o impacto da “paciência” na participação eleitoral, estes estudos mostravam um efeito unidirecional do interesse para o conhecimento, em que maior interesse pela política levava a maior o conhecimento sobre as questões políticas e a causalidade não ia na direção oposta, assim como, a “paciência” estava relacionada tanto ao interesse político quanto ao comparecimento eleitoral, entretanto, quando ambos foram incluídos em um modelo de participação eleitoral. Com base nestas evidências, os autores concluíram que o interesse político e a participação eleitoral são ambos construtos da mesma medida e, portanto, nenhum determina o outro.

Em Moçambique, informações sobre interesse por política, a partir de dados de surveys, é possível encontrar num dos primeiros surveys realizados pela equipe do Afrobarometer em

¹⁰ Tilley, Sturgis e Allum (2004); Fowler (2004).

2002. Embora tenha sido em perspectiva comparada e de dados agregados, mostrava que o interesse por política em Moçambique (72%) estava acima da média agregada (70%) e, era significativamente maior do que no Botswana (59 por cento) e no Mali (33 por cento) (Perreira et al., 2003). Ainda no contexto moçambicano, a pesquisa de inquérito pós-eleitoral a nível nacional de Brito (2005), mostrou que em relação ao interesse por política declarado pelos indivíduos, havia em termos provinciais alguns desvios significativos em relação à média nacional (28% não interessados e 71% interessados por política). Houve quatro províncias (Manica, Niassa, e, sobretudo, Tete e Cabo Delgado) que se destacavam por apresentarem valores de interesse por política superiores à média, enquanto inversamente as províncias de Sofala e Inhambane evidenciaram por valores superiores à média em termos de falta de interesse por política.

Informação Política. Segundo Brady, Schlozman e Verba (2018), os cidadãos variam substancialmente em suas informações ou conhecimentos políticos. Essas informações podem ser de vários tipos - desde o “quem” dos indivíduos ativos na política e no governo até o “o quê” das atuais controvérsias políticas, desde o funcionamento real do sistema político até os princípios constitucionais subjacentes ao governo. A informação política difere dos outros componentes do engajamento político por ser tanto objetiva (conhecimento de representantes políticos – como Presidente da República, membros da Assembleia da República, etc.) assim como subjetiva (conjunto de informações fornecidas pela mídia e os líderes políticos).

Para dispor de indicadores mais precisos sobre o nível de informação política dos cidadãos, o inquérito desenvolvido por Brito (2005), incluiu uma série de questões sobre o conhecimento de alguns membros do governo e outras personalidades políticas. As conclusões deste inquérito, sugerem em primeiro lugar, considerando as personalidades do governo central, apenas o Presidente da República beneficiava de um conhecimento nacional elevado (94%). Personalidades políticas como Primeira Ministra, apresentava valor médio relativamente alto (74%), e o Ministro da Educação, apesar de ocupar pasta governamental que se presta ao reconhecimento público, tinha um valor muito baixo (38%). Com estas indicações concluiu que os membros do governo são pouco conhecidos pelos cidadãos. Em segundo lugar, registou que apenas metade dos cidadãos conhecia os dirigentes dos seus governos locais (provincial e distrital), o que era mais uma indicação do fraco grau de informação política no seio da população. Em terceiro lugar, em relação ao grupo de personalidades dirigentes de partidos da

oposição, notou que o Presidente da RENAMO dispõe de uma popularidade próxima do Presidente da República.

Estudo comparativo de surveys, incluindo países como Moçambique, Mattes e Shenga (2007), concluíram que- os moçambicanos desconhecem relativamente vários outros factos políticos importantes. Por exemplo, apenas um em cinco (20 por cento) - o mais baixo de todos os 18 países do Afrobarômetro - foi capaz de dizer quantos mandatos o presidente está autorizado a servir (dois mandatos), com o nível caindo para 16 por cento nas áreas rurais. Em contraste, nove em cada dez namibianos e Batswana foram capazes de fornecer a resposta correta para seu país. E apenas 8% (4% no campo) foram capazes de dizer que a responsabilidade dos tribunais era de garantir a legislação constitucional.

Destas conclusões, podemos observar um certo déficite na informação política no seio dos moçambicanos quer do ponto de vista de conhecimento de órgãos públicos ou de outros fatos políticos. Um dos fatores associado a esse desconhecimento, julgamos ser a o acesso à informação. Mattes e Shenga (2007), observam que embora o país tenha maior pluralismo na mídia do que antes, poucas as pessoas têm acesso a jornais. Segundo o Banco Mundial, Moçambique a partir de 2000 tinha apenas 3 jornais diários por 1.000 pessoas, significativamente mais baixo do que a média (12) dos países da África subsaariana; além disso, muito poucos eram distribuídos fora das capitais provinciais, deixando muitas cidades, bairros e áreas rurais sem qualquer acesso à mídia impressa. Enquanto uma em cada cinco cidades os moradores (23%) lia jornais regularmente, apenas 5% dos cidadãos rurais o faziam. Assim, 44 por cento das pessoas em áreas urbanas áreas diziam que recebiam notícias da televisão regularmente, em comparação com apenas 9 por cento no campo. A audiência também era limitada pela disponibilidade de conjuntos acessíveis: apenas 19 por cento dos moçambicanos afirmavam ter uma televisão e a maioria dessas pessoas estava localizada nas cidades (32 por cento vivem em áreas urbanas, em comparação com 9 por cento nas rurais).

Contudo, dificilmente pode-se assumir uma relação de causalidade entre a informação política e participação eleitoral. Uma das justificativas apresentada por Lassen (2005), consiste na problemática de aquisição de informação, ou seja, a aquisição de informação é endógena e, portanto, a decisão de participar nas eleições ou informar-se sobre questões políticas podem ser causadas por um terceiro fator. No entanto, existem evidências empíricas com diferentes medidas da informação política que relatam a correlação entre os indivíduos informados

politicamente e a propensão destes em participar nas eleições e, esperamos que os nossos resultados alinhem neste sentido.

Eficácia Política. A eficácia política é o senso individual de quão eficaz o voto de alguém será em influenciar o processo político. Em termos simples, é a resposta à pergunta: seu voto é importante? Pessoas com alto senso de eficácia política acreditam que o seu voto fará a diferença na política. Pessoas com baixo senso de eficácia política acreditam que seu voto não tem o poder de provocar mudanças (CJONSON, 2018)¹¹.

Powell (1986), estende a compreensão da eficácia política a questões governamentais e entende a eficácia política como a influência que o indivíduo acredita que tem nas decisões governamentais. Também, é associada a crença de que poderia fazer diferença se alguém se envolvesse (BRADY; SCHLOZMAN, VERBA, 2018). Deste modo, a teoria da eficácia compreende dois componentes diferentes: eficácia interna, que se refere a crença sobre a própria competência para compreender e participar efetivamente na política; e eficácia externa, que se refere às percepções sobre os políticos e as eleições como uma resposta às demandas dos cidadãos (SHEERIN, 2007).

No contexto moçambicano, Perreira et al., (2003), concluíram que um número significativo de moçambicanos afirmava estar confiante na sua capacidade de participar e fazer a diferença no processo de formulação de políticas. Seis em cada dez (59 por cento) achavam que, se fosse necessário, seriam capazes de “se reunir com outros para fazer os representantes eleitos ouvirem suas preocupações”. No entanto, é importante observar que, embora as pessoas estivessem otimistas sobre as possibilidades de ação coletiva, não se consideravam necessariamente atores políticos individuais eficazes.

Segundo o inquérito levado a cabo por Isbell (2017), sobre as percepções dos moçambicanos em relação a forma como as eleições servem os fins a que destinam, concluiu que as percepções dos indivíduos inqueridos estavam divididas sobre a forma como as eleições funcionam para garantir que a Assembleia da República reflète as opiniões dos eleitores: 42% diziam que as eleições cumprem esta função “bem” ou “muito bem”, enquanto 42% diziam que o fazem “não muito” ou “nada bem”. Similarmente, a percepção de que as eleições funcionam “bem” ou “muito bem” de forma a permitirem às pessoas comuns retirarem os líderes com mau desempenho do seu gabinete diminuiu de 48% para 32% ao longo da última década.

¹¹ <https://billofrightsinstitute.org/political-efficacy-voter-turnout/>

Identificação Partidária. De acordo com Brady, Schlozman e Verba, (2018, p.60), “a identificação partidária ocupa um lugar especial no estudo do comportamento político do público americano”. Embora seja normalmente usado para prever a direção da votação, também tem demonstrado desempenhar um papel na participação eleitoral. Para Almond e Verba (1963), a questão que se coloca é o tipo de identificação partidária que é consistente com uma democracia estável e funcionando efetivamente. Pois para os autores, o partidarismo democrático implica sentimento político, e não indiferença. Implica também uma qualidade particular de sentimento, onde o tom da vida política é tão supressor do sentimento partidário; ou onde os impulsos partidários são tão negativos e hostis a ponto de exigir supressão, as condições efetivas necessárias para um sentimento partidário aberto e moderado não estão presentes. Assim, o partidarismo varia em atitudes relacionadas ao próprio partido e a outros partidos.

A identificação partidária em Moçambique, medida pelo “apoio partidário” por Brito (2005), mostrou discrepância entre o apoio partidário declarado para a FRELIMO (91,5%), a RENAMO (7,6%) e menos de (1%) para outros partidos. Estes números suscitam dúvidas, pois, considerando os resultados eleitorais obtidos historicamente pelas duas forças políticas em questão, seria de esperar uma distribuição bastante diferente da apurada. A única explicação plausível para este tipo de resultados é que uma parte importante dos cidadãos simpatizantes da RENAMO tiveram receio de assumir e expressar publicamente as suas preferências políticas.

Segundo Mattes e Shenga (2007), os moçambicanos são relativamente bem cientes da identidade do maior partido político do país: 68 por cento conseguiram apresentar o nome da FRELIMO como o maior partido. No entanto, embora 73 por cento daqueles que se identificam com FRELIMO possam fornecer esta informação, apenas 56 por cento dos eleitores independentes (aqueles que não se identificam com nenhum partido político) e ainda menos 46 por cento dos que se identificam com os partidos da oposição são capazes de o fazer. Portanto, apoiando-se ao argumento de Almond e Verba (1963), com os achados de Brito (2005), pode-se afirmar que talvez no contexto moçambicano, os indivíduos tenham medo de declarar apoio partidário aos partidos da oposição, o que de certo modo acaba gerando indiferença política no seio dos cidadãos.

1.1.6 TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL

Estudos pioneiros de Anthony Downs (1957) - *An economic theory of democracy*, e de Mancur Olson (1965) - *Lógica da ação coletiva*, deram abertura há um campo teórico que se consolidou como a teoria da escolha racional. Segundo Downs (1957), os cidadãos agem racionalmente em política, isso implica que cada cidadão vota no partido que acredita que lhe proporcionará mais benefícios que qualquer outro. Ainda de acordo com Downs (1957), a participação eleitoral tem uma componente racional na medida que, todo eleitor toma suas decisões quanto ao voto através da comparação de variados fluxos reais e hipotéticos de renda de benefício. Para decidir qual o impacto de cada ato governamental sobre sua renda, ele o avalia como bom ou mau à luz de sua própria visão da “boa sociedade”. Para descobrir qual partido é esse, ele compara as rendas de utilidade que crê que receberia, caso cada partido estivesse no poder. A diferença entre essas duas rendas de utilidade esperadas é o diferencial partidário esperado do cidadão. Se for positivo, ele vota nos ocupantes do cargo; se for negativo, vota na oposição; se for zero, se abstém.

Segundo Sheerin (2007), as vertentes teóricas da escolha racional, portanto, explicam a motivação do eleitor em termos de maximização da utilidade dos indivíduos e olham para a lei eleitoral e as instituições políticas para explicar os níveis de participação. De acordo com uma análise de escolha racional de votação, se os eleitores em potencial acharem que seu voto provavelmente fará diferença, a participação eleitoral será alta, e se eles perceberem que seu voto provavelmente não fará diferença, a participação eleitoral será baixa. Entre os teóricos da escolha racional, há um amplo consenso de que a competitividade (ou seja, o nível de competição entre os partidos), a proporcionalidade eleitoral (ou seja, a tradução de votos em cadeiras), o multipartidarismo (ou seja, o número de partidos que formam um governo) e o número de legisladores as câmaras são fatores importantes para determinar a participação eleitoral.

Do ponto de vista do modelo economicista do voto, Kramer no seu artigo *Short-form of fluctuation in U.S voting behavior* – (1896 – 1964), afirma que a decisão do voto de um indivíduo em uma eleição nacional representa uma escolha ou julgamento entre “equipes” de governo alternativas. Apesar das flutuações das variáveis econômicas consideradas como desemprego e a taxa de inflação, a renda pessoal real mostra-se importante nas eleições. No que diz respeito às variações de curto prazo no comportamento da votação a decisão do eleitor segue o seguinte raciocínio: se o desempenho do partido governante for “satisfatório” de acordo

com algum padrão simples, o eleitor vota para manter em exercício o partido governante, para que possa continuar com suas políticas atuais; enquanto que, se o desempenho do titular “não for satisfatório”, o eleitor vota contra o titular, para dar ao partido da oposição a chance de governar (KRAMER, 1971).

Segundo Terenciano (2020), a literatura do voto econômico não mostra argumentos convincentes para a reeleição repetida da FRELIMO em Moçambique que, mesmo com níveis elevados de pobreza, desemprego e descontentamento econômico, venceu nas seis (6) eleições nacionais consecutivas 1994-2019. A título de exemplo, as eleições de 1994, ocorreram num período em que os níveis de pobreza e o comportamento do PIB real, não correspondia a possibilidade de sustentar programas e políticas públicas como saúde, educação, transporte, mas mesmo assim as populações votaram e teve uma participação eleitoral acima de 80%.

Todavia, analisando indicadores como comportamento do PIB, índice da pobreza urbana e a participação eleitoral, de 2009 a 2014, Terenciano (2020), observa que apesar da estabilidade dos indicadores supracitados, mostrou-se que houve uma tendência de subida aceitável dos níveis de participação eleitoral em Moçambique comparando com a média da participação eleitoral (55 a 65%) nos países de democracias consolidadas.

As conclusões apontadas por Terenciano (2020), desafia-nos a aprofundar a relação entre a teoria econômica do voto e participação eleitoral em Moçambique, dado que, o autor limitou-se em variáveis de nível macro como PIB e índice de pobreza urbana. Estudos de participação eleitoral no nível individual tendem mensuram a relação entre o voto econômico e a participação eleitoral por meio da variável “avaliação econômica nacional ou pessoal”. Ou seja, a relação teórica que se procura mostrar é se os indivíduos que avaliam positivamente as condições próprias e do seu país, comparecem nas eleições ou o contrário. Não obstante, os indivíduos que avaliam o estado econômico nacional diferenciam-se daqueles que avaliam as próprias condições econômicas; enquanto que os segundos são mais “Downsianos” (no sentido que procuram sempre maximizar a renda de utilidade), os primeiros, de acordo com Kinder e Kieweit (1981), são chamados de eleitores sociotrópico. O eleitor sociotrópico prototípico é influenciado na maioria das condições econômicas de toda a nação. Cidadãos puramente sociotrópico votam de acordo com o “bolso” do país, e não o seu.

No artigo desenvolvido por Ribeiro, Borba e Silva (2015), mostram que a avaliação econômica nacional e pessoal não impacta na participação eleitoral na América Latina. Segundo

os autores, a avaliação da economia nacional e pessoal apresenta efeito negativo sobre comparecimento, de modo que cada elevação na escala de avaliação provoca um declínio de mais de 5% nas chances de um cidadão latino-americano ter comparecido para votar. O voto parece estar ligeiramente associado a posturas descontentes com a dimensão econômica nacional e pessoal.

Por outro lado, Kuenzi e Lambright (2005), encontram também a relação negativa entre as avaliações das condições econômicas nacionais e a participação eleitoral em África. Por meio da variável avaliação das condições econômicas e o desempenho do governo, concluem que as percepções das condições econômicas nacionais são consistentemente negativas, o que sugere que os africanos que expressaram sentimento insatisfeito com o estado da economia também tiveram maior probabilidade de votar, assim como seus homólogos em outras partes do mundo em desenvolvimento.

Apesar dos resultados acima mostrarem uma relação negativa entre a avaliação das condições econômicas e participação eleitoral, é preciso notar que esses estudos são comparativos, o que sugere uma análise desagregada para mensurar o efeito da avaliação das condições econômicas e participação eleitoral. Em Moçambique, o estudo de Brito (2005), que avalia os problemas do país, a situação familiar e o desempenho do governo, mostra que os problemas apontados pelos cidadãos são de ordem econômica e esperava-se que se reflita na forma como avaliam a sua situação familiar econômica. Porém, existe um contraste entre a visão dos principais problemas que afetam o país e avaliação da situação pessoal¹².

Um Inquérito sobre abstenção em Moçambique, desenvolvido por Brito (2016), sugere que quanto pior é a avaliação do governo, maior é a abstenção eleitoral em Moçambique, isto é, em termos gerais, parece haver uma relação entre o nível de abstenção e a avaliação das condições de vida da família dos inquiridos. Assim, a percentagem de abstencionistas é maior entre os que dizem que as condições de vida da família são más (22%) do que entre os que consideram que a sua família dispõe de condições de vida boas, ou razoáveis (19%). Contudo, a luz dos pressupostos teóricos da escolha racional, espera-se que haja uma relação positiva

¹² Apenas 19% das pessoas inquiridas considera que o seu nível de vida e da sua família é mau (tendo 41% respondido que não era bom nem mau e 40% considerado que era bom), 14% disseram que tinha piorado ao longo do último ano (para 45% teria ficado na mesma e para 41% teria melhorado durante esse período) e só 12% manifestaram a opinião que a sua situação iria piorar no futuro.

daqueles indivíduos que avaliam positivamente as condições econômicas próprias e do seu país participem das eleições nacionais em Moçambique.

1.1.7 TEORIA DA MOBILIZAÇÃO

As teorias de mobilização atribuem a participação à influência de agências de mobilização, como partidos políticos, igrejas e redes sociais. Duas obras importantes foram particularmente influentes nesta escola de pensamento: *‘Mobilization, Participation and Democracy in America’s*, de Rosenstone e Hansen (1993), e *‘Bowling Alone’*, de Robert Putnam (2000). Rosenstone e Hansen argumentam que o declínio da participação é resultado de mudanças na intensidade dos esforços das agências de mobilização e, especificamente, das decisões estratégicas dos partidos políticos de não mobilizar grandes setores da população. Os efeitos da diminuição dos esforços dos partidos políticos nos últimos anos para mobilizar eleitores, superam os ganhos nos níveis educacionais e reduzem as barreiras legais à participação desde a década de 1960, que de outra forma deveriam ter impulsionado a participação eleitoral (ROSENSTONE; HANSEN, 1993, apud SHEERIN, 2007, p.19).

Em *“Bowling Alone”*, Putnam (2000), observa que a participação em organizações sociais como igrejas, sindicatos e grupos comunitários promove valores de tolerância, confiança e reciprocidade. De igual modo, a participação em organizações cívicas inculca habilidades de cooperação, bem como um senso de responsabilidade compartilhada para empreendimentos coletivos – como por exemplo, a participação eleitoral. Além disso, quando os indivíduos pertencem a grupos “transversais” com objetivos e membros diversos, suas atitudes tenderão a moderar-se como resultado da interação do grupo e pressões cruzadas (PUTNAM; LEONARDI; NANETTI, 1993).

Na mesma linha de raciocínio, Brady, Schlozman e Verba (2018), notam que frequentemente, os indivíduos tornam-se politicamente ativos mais ou menos espontaneamente quando estão entusiasmados com as questões, conectam a política aos seus compromissos básicos e preocupações, ou envolvem-se por um senso de dever cívico. Frequentemente, porém, eles se tornam ativos “porque alguém pediu”. Essas solicitações surgem de uma variedade de fontes - por exemplo, de uma campanha que envia por e-mail uma solicitação para apoiar um candidato, do pastor durante um sermão na igreja ou dos oficiais de uma organização da qual um é membro, ou diretamente de um vizinho ou colega de trabalho. Para testar os pressupostos da teoria da mobilização e o impacto desta na participação eleitoral no contexto africano,

Kuenzi e Lambright (2005), no seu artigo intitulado “*who votes in África*” incluíram um conjunto de diferentes tipos de organizações como partido político e organizações voluntárias – organizações religiosas, associação de desenvolvimento, organizações empresariais e sindicatos, e chamaram-nas de agências de mobilização¹³.

As agências de mobilização desempenham um papel importante na determinação de quem vota em África. Isto é, a participação eleitoral em África também parece ser influenciada pela participação em organizações voluntárias. Assim como o interesse político, nossa medida de filiação em associações voluntárias está consistente e positivamente relacionada ao voto nesses dez países africanos. Ou seja, indivíduos que relatam ser membros de associações voluntárias também têm maior probabilidade de votar. Isso não é surpreendente, dado que nossas medidas de filiação em associações voluntárias e interesses políticos são altamente correlacionadas para esses dez países da Sub-Saharan African (ASS). Na verdade, na África, como em muitas outras partes do mundo, as pessoas mais politicamente interessadas também são mais propensas a serem membros de associações voluntárias, relatam se sentir próximas a um partido político e relatam votação em eleições nacionais (KUENZI; LAMBRIGHT, 2005, p.15).

Posto isso, Pereira et al., (2003), concluem que, os moçambicanos ainda não parecem ter tirado vantagem da liberdade de associação para criar ou aderir a associações cívicas em grande número. Com exceção da filiação em grupos religiosos, a filiação organizacional em grupos da sociedade civil é relativamente baixa em Moçambique. Embora seja verdade que dois terços (66 por cento) são membros ativos ou inativos de uma organização religiosa, menos de um em cada cinco (17 por cento) pertence a um sindicato ou grupo de agricultores, e menos de um em dez pertence a uma associação profissional ou comercial ou associação de desenvolvimento local (8% cada). Embora haja poucas diferenças importantes entre os cidadãos urbanos e os rurais, os rurais têm duas vezes mais chances de pertencer a um grupo agrícola (22%) do que os urbanos a um sindicato (11%). Embora a afiliação a grupos religiosos seja mais baixa nas províncias do Norte, a afiliação em todos os outros grupos é mais alta naquela região.

Essas conclusões são confirmadas também por Brito (2005). Segundo o autor, a região norte tinha nível mais elevado de pertença partidária. A desagregação dos dados por província, permite verificar que o resultado acima da média na região Norte é fundamentalmente devido à importância da pertença partidária registada em Nampula (36%), muito acima da média nacional (23%). As províncias de Cabo Delgado e Niassa registam valores de pertença

¹³ Kuenzi e Lambright (2005), usam a questão do Afrobarômetro, a qual procura saber o papel do indivíduo na comunidade. O Afrobarômetro apresenta uma lista de grupos nos quais as pessoas se juntam ou participam. Para cada um, o indivíduo diz se é um líder oficial, um membro ativo, um membro inativo ou não é membro.

partidária de 20% e 19%, respectivamente. Se considerarmos os dados obtidos, podem-se identificar mais alguns aspectos que merecem atenção. Em primeiro lugar, é de sublinhar o alto nível de engajamento partidário não só em Nampula (36%), mas também em Manica (34%) e na província de Maputo (32%). Em segundo lugar, é interessante notar a predominância muito forte da adesão partidária nos meios urbanos de Niassa (30%). Finalmente, deve-se também de referir as províncias em que se observam os valores mais reduzidos de pertença a um partido, nomeadamente Gaza (14%), Zambézia (17%) e, muito particularmente, a cidade de Maputo (12%).

Uma conclusão parece impor-se: uma boa parte dos moçambicanos que se dizem interessados pela política e afirmam pertencer a um partido não dispõem de conhecimentos políticos básicos, uma condição essencial para o exercício efetivo da cidadania (BRITO, 2005). Segundo Perreira et al., (2003), nota-se também que, embora poucos moçambicanos pertençam a associações de orientação política em algumas províncias, grandes proporções (68 por cento) assistiam uma reunião da comunidade, possivelmente organizada por uma igreja, um partido político ou o governo. Mas, indo além da mera presença em tais reuniões, para ações que requeriam algum grau de iniciativa pessoal, os níveis de participação política caíam drasticamente.

Em síntese, o presente capítulo buscou através da revisão da literatura, pressupostos teóricos e empíricos da participação eleitoral. Combinamos achados de pesquisas clássicas a contemporâneas, precisamente porque os fatores ou os condicionantes da participação eleitoral são mutáveis e, variam de contexto para contexto. Tomando em consideração a questão contextual, procuramos agregar na revisão da literatura mais ampla, achados teóricos e empíricos sobre a participação eleitoral no contexto moçambicano. Em relação ao contexto moçambicano, constatou-se que poucas pesquisas de surveys ou de inquéritos nacional foram realizadas e, das poucas pesquisas de inquérito nacional feitas analisaram a abstenção eleitoral. A limitação estende-se também para pesquisas de nível agregado que analisam os fatores da participação eleitoral. Contudo, o presente estudo visa suprir as lacunas teóricas e empíricas da participação eleitoral em Moçambique, analisando a participação eleitoral a partir de informações de nível individual recolhidas e sistematizada através de surveys nacionais feita pelo Afrobarômetro em Moçambique.

CAPÍTULO 2

FATORES HISTÓRICOS, INSTITUCIONAIS E A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE

A complexidade que envolve a análise dos fatores e as razões da participação eleitoral em Moçambique, exige que a interpretação da informação recolhida integre elementos de conhecimento sobre a história política do país, sem os quais dados de inquérito ou surveys dificilmente podem ser compreendidos (BRITO, 2016). Seguindo a sugestão do sociólogo Luís Brito, neste capítulo, sem pretensão de ser exaustivo, apresentamos alguns aspectos históricos-políticos, institucionais, associando à participação eleitoral no contexto moçambicano.

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES NACIONAIS EM MOÇAMBIQUE

Na sequência de uma luta de libertação de dez anos liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Moçambique conquistou a independência do jugo colonial português no dia 25 de junho de 1975. O facto de a FRELIMO ter conduzido a luta de libertação resultou no facto de a organização se apresentar como representante legítimo do povo moçambicano, sem qualquer necessidade de realização de eleições. Foi estabelecido um estado monopartidário sob a liderança de Samora Machel, o primeiro presidente da República Popular de Moçambique (Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África – EISA, 2016). A história política e eleitoral de Moçambique foi instituída por eleições em um contexto de partido único. Por conta disto, em 1977 e em 1986, foram realizadas as primeiras e as segundas eleições no contexto do sistema de partido único, com objetivo de escolher os representantes do povo. No período que prevaleceu o Partido-Estado com ideologia Marxista, atravessou-se um período de crise e subsequente transição e mudanças ocasionais do modelo socialista de governo, (NUVUNGA, 2007; TERCENIANO; SOCORRO; SOUZA, 2016).

Moçambique não desfrutou de um longo período de paz após a independência, uma vez que a decisão da FRELIMO de seguir uma abordagem marxista-leninista para a construção do Estado rapidamente criou resistência liderada por uma nova organização, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Com o apoio do governo da Rodésia e do governo do apartheid na África do Sul, bem como o apoio tácito dos governos de Daniel Arap Moi no Quênia e Hastings Kamuzu Banda, no Malawi, a RENAMO embarcou numa guerra civil contra

a FRELIMO, com duração de dezesseis anos, ou seja, começou em 1976 e terminou em 1992 (EISA, 2016).

Baloi (2001), observa que o processo de transição nos casos como o de Moçambique significa a simultaneidade de dois processos distintos nem sempre convergentes – o processo de paz e o processo democrático. Pacificação e democratização representam, em certo sentido, forças centrífugas. Enquanto a pacificação requer reconciliação e intensa solidariedade, democratização implica confrontação e competição política. Estas dinâmicas centrífugas desempenham um grande papel no complexo relacionamentos em curso em Moçambique. Desde a independência, Moçambique conheceu várias alterações constitucionais. No entanto, a mais profunda foi sem dúvida a Constituição de 1990 que consagrou princípio da liberdade de associação e organização política dos cidadãos no quadro de um sistema multipartidário, o princípio da separação dos poderes legislativo, executivo e judiciário, e a realização de eleições livres, que assegurou campo para a conclusão do Acordo Geral de Paz (AGP) de 1992. A assinatura do AGP em Roma a 4 de outubro de 1992 pôs fim à guerra devastadora que opôs o governo da FRELIMO e a RENAMO.

Segundo Brito (2008), em termos práticos, o AGP de 1992, negociado entre o governo da FRELIMO e a RENAMO, reservou a estas duas forças o papel central do processo de transição política para o sistema multipartidário. A RENAMO reconheceu o governo e as suas instituições em troca de um processo conducente à realização de eleições nacionais, supervisionado por uma série de comissões mistas, com participação das Nações Unidas, que passou pela formação de um exército único com militares provenientes das duas forças. À luz do acordo, a RENAMO pôde designar administradores para alguns distritos sobre os quais tinha adquirido o controle total durante a guerra. Uma análise cuidada do acordo de paz permite concluir que este foi essencialmente concebido para obter o termo da guerra civil e acomodar a RENAMO na nova ordem política, mais do que para promover a abertura do espaço político a uma democracia pluralista.

Portanto, foi num contexto dominado pelos dois ex-contendores que a legislação eleitoral destinada a reger as primeiras eleições multipartidárias foi desenvolvida. Como base, ela contava com alguns princípios estabelecidos no AGP, nomeadamente que o sistema eleitoral seria de representação proporcional de lista fechada e, que haveria uma cláusula de barreira

(entre 5% e 20%) à constituição de mandatos parlamentares¹⁴. É evidente que, se por um lado a RENAMO não parecia muito confortável com o princípio de um sistema maioritário, inscrito na Constituição de 1990 pela FRELIMO, e advogou a sua substituição pela representação proporcional, por outro lado, a sua proposta de inclusão de uma barreira muito elevada só podia corresponder a uma intenção de tentar reduzir a eventual influência dos pequenos partidos que iam aparecendo. Estes eram vistos como criações oportunistas, favorecidas pela FRELIMO para enfraquecer a RENAMO. Assim, os restantes partidos foram praticamente excluídos do processo de elaboração da legislação eleitoral, tendo apenas sido consultados na fase final e sem carácter vinculativo, embora tenham obtido o direito de indicar três membros para a Comissão Nacional de Eleições (BRITO, 2008).

2.2 ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS, LEGISLATIVAS E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE

O enquadramento jurídico das eleições em Moçambique está consagrado no n° 1 e 4, do artigo 135/2004, da Constituição da República que estabelece:

“O sufrágio universal, direto, igual, secreto, pessoal e periódico constitui a regra geral para designação do Presidente da República, dos deputados da Assembleia da República, dos membros da Assembleia provincial, dos governadores de Província, das assembleias distritais, dos administradores de Distritos, dos membros das assembleias autárquicas, e dos presidentes do conselho autárquico”. “O processo eleitoral é regulado por lei”.

Deste modo, existe uma lei específica que regula cada eleição seja nacional ou subnacional. A título de exemplo, as últimas eleições nacionais de 2019 - para eleição do Presidente da República, membros da Assembleia da República, membros da Assembleia provincial e Governadores provinciais, foram realizadas simultaneamente, porém com leis de processos eleitorais distintos¹⁵. Embora, as eleições nacionais aconteçam em diferentes níveis e simultaneamente (como acima colocados), que conseqüentemente as taxas de participação eleitoral nestes níveis podem variar, para o presente estudo designamos de eleições nacionais somente a eleição do Presidente da República e membros da Assembleia da República.

¹⁴ Segundo Novunga (2007, p.60), “a cláusula de barreira foi eliminada pela AR em 2007, pelo que [...], a Lei Eleitoral – 8/2007 de 26 de fevereiro – não estabelece nenhuma barreira para a eleição de deputados à AR”. Este cenário continua prevalecendo, pelo que as leis eleitorais n° 2/2019 e n° 3/2019 de 31 de maio, não estabelecem a cláusula de barreira para eleição de membros da Assembleia da República, membros da Assembleia Provincial e Governadores provinciais.

¹⁵As leis que regulam essas eleições foram citadas no rodapé da página anterior.

Teoricamente, as eleições presidenciais são consideradas de primeira ordem e as eleições legislativas de segunda ordem (Rief, Schmitt, 1980)¹⁶. Na mesma linha de raciocínio, Rief, (1997, p.117) argumenta que “todas as eleições (exceto aquela que ocupa o cargo político mais importante de todo o sistema e, portanto, é a eleição de primeira ordem) são eleições nacionais de segunda ordem, independentemente de ocorrerem em todo ou apenas em parte do país. Todavia, no que tange ao “caractere decisivo das eleições” nos sistemas presidencialistas, parlamentarista e semi-presidencialista, e a “ordem” que é atribuída as eleições nestes sistemas, a explicação de Freire (2005) parece-nos mais elucidativa:

As eleições de primeira ordem são aquelas em que está em jogo algo de muito importante, designadamente o controlo do poder executivo nacional. Isto significa que, nos sistemas parlamentares, as eleições legislativas são de primeira ordem, tal como o são as eleições do chefe de Estado nos regimes presidencialistas. As eleições de segunda ordem, pelo contrário, não têm um impacto direto no controlo do poder executivo nacional. A relação entre as eleições parlamentares e presidenciais nos sistemas semipresidencialistas é mais problemática. Por exemplo, ao descrever a V República Francesa, Reif considera que as eleições presidenciais e legislativas são ambas de primeira ordem, exceto em determinadas circunstâncias. No entanto, os sistemas semipresidencialistas são efetivamente muito diversos (FREIRE, 2005, p.816)¹⁷.

Portanto, podemos apontar alguns indicadores que são usados para a classificação das eleições em primeira ou segunda ordem. Carreras (2018), argumenta que existe algumas evidencias que torna as eleições presidenciais de primeira ordem como - maior participação eleitoral nas eleições presidenciais quando comparada com as eleições legislativas; a natureza das eleições presidenciais dependendo da forma como o governo é constituído; o fato de eleições presidenciais receberem mais atenção da mídia e da elite política. Por outro lado, Rief e Schmitt (1980), consideram que as eleições legislativas são de segunda ordem porque apresentam: baixo nível de participação eleitoral; perspectivas favoráveis para novos e pequenos partidos; alta percentagem de votos inválidos e, por último, o partido incumbente perde as eleições. Em relação a perda de mandatos do partido incumbente é uma questão

¹⁶ Na França, as eleições presidenciais são as eleições mais decisivas. Elas são eleições de primeira ordem. Se as eleições para a Assembleia Nacional são de segunda ordem ou de primeira ordem também pode ser polêmica, devido à construção institucional da Quinta República (p.40).

¹⁷Em alguns deles — França, Finlândia, Polónia e Lituânia —, o presidente desempenha um papel muito importante, tendo, nomeadamente, o poder de propor legislação, promover referendos e presidir ao Conselho de Ministros (neste caso, o presidente é chefe do governo, pelo menos em algumas circunstâncias, nomeadamente quando não há uma situação de coabitação). Ao passo que noutros sistemas — Áustria, Bulgária, Islândia, Irlanda, Eslovénia, Roménia e Portugal a partir da revisão constitucional de 1982 — o presidente apenas exerce um controlo muito restrito sobre o poder executivo (Freire e Magalhães, 2002, pp. 71- -91 e apêndice C). Por conseguinte, no caso destes últimos países, não podemos dizer que os resultados das eleições presidenciais e legislativas tenham a mesma importância no que se refere ao funcionamento do sistema político, porque não têm. As eleições parlamentares são nitidamente mais importantes (FREIRE, 2005, p.816).

discutível, pois existe uma literatura destacando as vantagens dos incumbentes na disputa eleitoral.

Não obstante, o problema teórico reaparece quando se analisa contextos onde as eleições presidenciais e legislativas são realizadas simultaneamente (isto é, quando as eleições presidenciais e legislativas ocorrem no mesmo dia). De acordo com Carreras (2018, p.543), “quando eleições de primeira e segunda ordem ocorrem simultaneamente, fatores de primeira ordem e instituições de primeira ordem têm mais influência na participação eleitoral do que instituições de segunda ordem”. Neste caso, Carreras (2018), traz um elemento importante – *instituições de primeira ordem*. Neste ponto, é relevante destacar que as instituições de primeira ordem são: duração do mandato do presidente, poder do presidente e eleições presidenciais de segundo turno.

Segundo Carreras (2018), a participação eleitoral aumenta em sistemas majoritário de dois turnos por dois motivos. Primeiro, os eleitores que apoiam partidos menores ou médios e percebem que seu voto será “perdido” podem preferir se abster em sistemas de pluralidade. Em segundo lugar, em sistemas de segundo turno, os partidos menores têm mais incentivos para ativar suas bases de forma a obter uma grande parcela de votos que poderia ser usada como valor de troca no segundo turno. A segunda característica institucional de eleições de primeira ordem que pode estar relacionada à participação eleitoral é a duração do mandato. A participação eleitoral provavelmente aumentará com o aumento da duração do mandato presidencial. Por último, as prerrogativas do presidente também podem estar relacionadas à participação eleitoral. Quando os presidentes são mais poderosos, eles são mais prováveis do que suas contrapartes fracas em outros países para influenciar a direção da formulação de políticas e evitar um impasse executivo-legislativo.

Uma breve síntese sobre eleição de primeira e segunda ordem, assim como instituições de primeira ordem, comparando-as a realidade moçambicana, nota-se que desde o regime multipartidário as eleições nacionais são realizadas simultaneamente. Uma observação não crítica na tabela 2.2 (p.24), sugere que não há tanta diferença nas taxas de participação nas eleições presidenciais e legislativas. Enquanto que, uma análise crítica levando em consideração as instituições de primeira ordem (e não os indicadores de classificação das eleições), classificaria as eleições presidenciais moçambicanas de primeira ordem e as eleições legislativas de segunda ordem. Essa classificação justifica-se pelo fato de a constituição

consagrar maior atribuições e prerrogativas ao Presidente da República¹⁸, com cinco anos de mandatos e, por último, a eleição presidencial tende a ter maior taxa de participação quando comparada com as eleições legislativas.

Relativamente ao comportamento eleitoral, Baloi (2001), observou que este fenómeno em Moçambique reflete uma combinação de fatores conjunturais e fatores históricos, estes últimos, mais estruturantes. Apelando para o peso de fatores conjunturais tem se argumentado que alguns eleitores optaram pela RENAMO como uma medida destinada a manter o partido dentro do circuito do sistema democrático e assim, evitar qualquer possível retorno à guerra e à destruição. Na mesma linha de interpretação tem sido notado que importantes grupos na sociedade, por exemplo grupos religiosos, mobilizaram ativamente eleitores a usarem estrategicamente o seu voto, precisamente na linha da política da bipolarização como garantia para a paz e a reconciliação. Outro fator que tem sido mencionado neste âmbito tem sido a falta de estabilidade institucional, a presença territorial, capacidade organizacional material e financeira limitadas de todos os outros partidos fora os dois principais concorrentes. Além disso, menciona-se a cultura do medo e a extrema deferência perante autoridades – fortalecida pelos modos de exercício político tanto pré-coloniais como do colonial-fascismo – pode ajudar a explicar porque a batalha eleitoral restringe-se basicamente à FRELIMO e à RENAMO. Também, pode-se acrescentar questões ligadas a configuração do sistema eleitoral.

As primeiras eleições nacionais multipartidárias em Moçambique foram realizadas entre os dias 27 e 29 de outubro de 1994 e desde então, cinco atos eleitorais adicionais ocorreram, em 1999, 2004, 2009, 2014 e 2019. Nestas duas últimas, em particular, para além de elegerem os deputados e o Presidente da República, os cidadãos puderam ainda escolher os membros das Assembleias Provinciais e Governadores provinciais. De acordo com Brito (2008), a análise dos resultados eleitorais de 1994, que deram uma maioria absoluta no parlamento à FRELIMO e a vitória na primeira volta ao seu candidato presidencial, mostrou que, não obstante a representação proporcional, o sistema político moçambicano se estabelecia como um bipartidarismo de facto, assente nos dois atores principais da guerra: a FRELIMO e a RENAMO em conjunto obtiveram mais de 80% dos votos (44% para a FRELIMO e 38% para a RENAMO). Para além da FRELIMO, que obteve 129 dos 250 mandatos, e da RENAMO, com

¹⁸ Para atribuições e prerrogativas do Presidente da República ver: <http://www.cconstitucional.org.mz/Legislacao/Constituicao-da-Republica>.

112 mandatos, houve uma pequena coligação, a União Democrática, cuja votação ultrapassou ligeiramente a barreira dos 5% e obteve 9 mandatos.

No que tange a dinâmica da competição política ou a geografia eleitoral, Brito (2008), observou que a partir das eleições nacionais de 1994, estabeleceu-se uma distribuição espacial do voto, que se manteve praticamente inalterada nas eleições subsequentes. Com efeito, observa-se uma clara polarização regional do voto nos dois grandes partidos, com a FRELIMO dominando nas três províncias do Sul e em algumas zonas do extremo Norte, nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, e a RENAMO dominando áreas importantes das províncias do centro (Sofala, Manica e Tete) e centro norte (Zambézia e Nampula).

Dados agregados sobre as taxas de participação eleitoral oficial (percentagem de votos válidos, brancos e nulos) e participação eleitoral em idade de voto (indivíduos com igual ou superior a 18 anos de idade) em Moçambique, mostram que as eleições nacionais de 1994 tiveram maior taxas de afluência às urnas – 88,03% e o contrário verifica-se nas eleições gerais de 2004 com uma taxa de participação de 35,63%, e as restantes eleições as taxas de participação eleitoral variam como ilustra a tabela abaixo.

Tabela 2.2 - Percentagens da Participação Eleitoral nas Eleições Presidenciais e Legislativas em Moçambique (1994-2019)

Ano	Eleições Presidenciais		Eleições Legislativas	
	Participação Eleitoral Oficial	Participação Eleitoral em Idade de Voto	Participação Eleitoral Oficial	Participação Eleitoral em Idade de Voto
1994	88,03%	66,49%	87,89%	66,38%
1999	69,51%	59,42%	68,09%	58,21%
2004	36,42%	35,63%	36,34%	35,56%
2009	44,63%	42,68%	44,44%	42,50%
2014	48,64%	45,01%	48,84%	44,87%
2019	51,84%	50,34%	51,41%	49,92%

Fonte: elaborado pelo autor a partir da base de dados do IDEA (2020).

Destacando apenas as razões das altas e baixas taxas da participação eleitoral, parece-nos convincente o argumento segundo o qual a afluência nas urnas nas eleições nacionais de 1994 está associado ao sentimento de reconciliação nacional, ou seja, a consciência da necessidade de participar nas primeiras eleições multipartidárias envolvendo os ex-beligerantes de guerra, a FRELIMO e a RENAMO, com intuito de amenizar a possibilidade do retorno ao conflito e a necessidade de estabilidade social, política e econômica¹⁹. Embora, na segunda eleição haja uma taxa relativamente alta comparando com as eleições subsequentes, justifica-se pelo fato desta ter ocorrido no contexto da consolidação dos processos eleitorais no país. Não obstante, a baixa participação eleitoral nas eleições nacionais de 2004, é uma questão que levantou discussão no meio de pesquisadores e da comunidade científica no geral. Um dos aspectos levantados é a ausência da atualização dos cadernos eleitorais, assim como aponta-se o fato de terem usado o censo populacional das eleições de 1999 superestimando deste modo o número total da população recenseadas para votar e a população em idade de voto nas eleições nacionais de 2004.

Outro argumento associado as taxas de participação nas eleições de 2004, colocava ênfase na ideia de sofisticação política no seio dos cidadãos, isto é, alguns atores da sociedade civil atribuíam à capacidade individual de processamento de informação política, de posicionamento no espectro partidário que fez com que os indivíduos não comparecessem nas eleições. Porém, comparando o percentual de votos nulos e brancos nas três eleições (1994, 1999, e 2004), Novunga (2007), concluiu que, o não comparecimento nas assembleias de voto não significava, necessariamente, uma sofisticação política, mas sim, outros fatores teriam influenciado para este fenômeno.

2.3 FATORES INSTITUCIONAIS E A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE

Estudos prévios sobre a participação eleitoral em Moçambique dificilmente mostram a relação entre o sistema eleitoral e partidário e o comparecimento nas urnas. Mas o fato é que a relação e a influência dessas variáveis institucionais já foram relatadas em diversas pesquisas nas democracias consolidadas. Um dos estudos clássicos, se não um dos pioneiros, que encontra a relação entre variáveis institucionais e participação eleitoral tem autoria de Powell (1980).

¹⁹ Há quem não concorde com esta teoria: se fosse pelo votar pelo fim da guerra, como se justificava que a província de Gaza (bastião da FRELIMO) votasse toda ela na FRELIMO e a província de Sofala (bastião da RENAMO) votasse toda ela na RENAMO? Há quem argumente que as pessoas foram também e, sobretudo, movidas pela vontade de votar pela primeira vez e pelo forte trabalho de educação cívica desenvolvido no País. O mesmo se pode dizer em relação às eleições gerais de 1999 quer em termos de participação eleitoral quer em termos de comportamento eleitoral dos eleitores perante os principais partidos políticos (Novunga, 2007, p.71).

Nesse estudo o autor analisa 30 democracias, e conclui que as leis de voto obrigatório e o registro automático como os fatores institucionais que mais influenciavam a participação eleitoral. Esses achados foram encontrados em seus estudos subsequentes. No artigo de Powell (1986), *American Voter Turnout in comparative perspective*, observa que apesar das atitudes relativamente favoráveis dos cidadãos, diferentes tipos de análise da participação eleitoral sugerem a influência dos fatores institucionais sobre a decisão de votar. Configurações institucionais - particularmente o sistema eleitoral, sistema partidário, e as leis de registro – inibem ou incentivam a participação dos eleitores e provavelmente também explica o grau incomum em que a educação e outros recursos socioeconômicos estão diretamente ligados à participação no voto (POWELL, 1986). Portanto, nesta seção, apoiamos-nos de tais pesquisas para compreender a partir das variáveis institucionais a participação eleitoral nas eleições nacionais em Moçambique.

2.3.1 DO SISTEMA ELEITORAL À PARTICIPAÇÃO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE

Segundo Nicolau (2012, p.11), “o sistema eleitoral é o conjunto de normas que define como o eleitor poderá fazer suas escolhas e como os votos serão contabilizados para ser transformado em mandato”. Gallagher e Mitchell (2005a, p.4), destacam os efeitos do sistema eleitoral, afirmando que “sistemas eleitorais fazem uma grande diferença para configurar o sistema partidário, para a natureza do governo [...], para o tipo de escolha que os eleitores podem fazer em uma eleição, para como os eleitores podem controlar os seus representantes [...], para qualidade do governo e dos cidadãos governados”.

De acordo com Novunga (2007), a primeira constituição multipartidária de 1990, em Moçambique, definia o sistema majoritário como o mecanismo para o apuramento dos resultados eleitorais. Nas discussões de Roma, com vista ao AGP, a RENAMO recusou o sistema majoritário e defendeu a aplicação do sistema proporcional aparentemente porque a estratégia da RENAMO nas negociações de Roma era de rejeitar tudo o que fosse proposto pelo governo da FRELIMO. Assim, ficou definido no protocolo III do AGP, no capítulo sobre os procedimentos eleitorais, alínea b) que “...para a eleição dos deputados da Assembleia da República, a lei eleitoral estabelecerá um sistema eleitoral baseado no princípio de representação proporcional (RP)”.

Para Novunga (2007, p.59-60), “os sistemas eleitorais não são meros instrumentos neutros para a conversão de votos em mandatos; eles têm uma quota-parte nos resultados eleitorais”. Através de um exemplo, o autor argumenta que, se a RENAMO tivesse escolhido o sistema majoritário, teria ganho as eleições legislativas de 1994 com 152 deputados contra 98 do partido FRELIMO, porque apesar de ter ganho (a RENAMO) em menor número de círculos eleitorais em relação ao partido FRELIMO, a sua vitória incidiu sobre aqueles círculos eleitorais que elegem maior número de deputados devido à densidade populacional (critério usado para a determinação do número de assentos por círculo eleitoral).

Atualmente, os membros da AR são eleitos num sistema RP assente em círculos eleitorais correspondentes à atual divisão territorial do país em províncias (aos 10 círculos eleitorais formados pelas províncias se soma a cidade de Maputo, resultando em 11 círculos eleitorais), sendo a cada círculo eleitoral atribuído um número de assentos parlamentares proporcional ao número de eleitores recenseados. Os eleitores votam em uma lista fechada proposta e ordenada pelos partidos políticos. Nas eleições legislativas nacionais, portanto, não são permitidas candidaturas independentes de filiação partidária. Para a atribuição de mandatos legislativos é usado o método d'Hondt (art. 165 e 170, lei nº 2/2019 de 31 de maio).

Não obstante, desde a década 80, estudos sobre participação eleitoral nas democracias norte-americanas passaram a analisar a influência das configurações institucionais na predição do comparecimento às urnas. Na verdade, estudos anteriores a década 80 (RAE, 1971a), analisaram a proporcionalidade/desproporcionalidade como sendo variáveis institucionais. Segundo o autor, alguns sistemas eleitorais aumentam a potencial decisão do voto marginal. O grau de proporcionalidade na tradução de votos em cadeiras na câmara baixa é importante nesse sentido. A maioria dos sistemas eleitorais produz um grau de desproporcionalidade em favor dos maiores partidos, mas alguns sistemas geram muito mais do que outros. Sistemas altamente desproporcionais exigem que os partidos menores acumulem muitos mais votos para obter um determinado grau de representação legislativa, o que diminui os benefícios de votar nos apoiadores desses partidos. Quanto maior a desproporcionalidade, maior será a probabilidade de desperdício dos votos dos apoiadores dos partidos menores.

Jackman (1987), segue o mesmo raciocínio, argumentando que a desproporcionalidade eleitoral influencia as estratégias dos partidos e de seus candidatos. Mas notavelmente, seria de esperar que os apelos de campanha dos partidos menores refletissem suas chances de alcançar

uma medida de representação legislativa. Portanto, a desproporcionalidade na tradução de votos em cadeiras deve diminuir a participação dos eleitores.

Ora, comparando as taxas de desproporcionalidade eleitoral e a participação eleitoral em Moçambique, não se verifica uma possível associação entre as duas variáveis. As eleições legislativas apresentam maiores taxas de desproporcionalidade (D) 1994 (D= 7,9), 1999 (D= 6,3) e 2004 (D= 4,8) comparativamente as eleições de 2009 (D= 2,6) e 2014 (D= 2,1)²⁰ e, as taxas de participação eleitoral foram altas nas eleições de 1994 (87,89%) e 1999 (68,09%) e mais baixas nas eleições de 2004 (36,34%). Reconhecemos que, por uma limitação de trabalhos empíricos, a comparação acima feita não é suficiente para compreender realmente o possível impacto da desproporcionalidade e a participação eleitoral nas eleições nacionais em Moçambique.

Entretanto, Novunga (2007) e Brito (2005b), por meio de uma análise profunda sobre o sistema eleitoral moçambicano sugerem que a eliminação da cláusula de barreira para a eleição de membros da AR não é suficiente para devolver maior proporcionalidade à AR. Usando como exemplo as eleições legislativas de 2004, os cálculos mostraram que a eliminação da cláusula de barreira de 5%, sem alteração no método de conversão de método da conversão de votos em mandatos não traria mudanças significativas na proporcionalidade eleitoral. Por isso, Sanchez (2015, p.75), “conclui que no contexto moçambicano onde os dispositivos eleitorais são combinados – RP menos proporcional (D’Hondt), listas fechadas, com um sistema partidário fortemente estruturado com um único partido limitam a participação e a representação de outros partidos políticos”.

Todavia, outro fator institucional associado a participação eleitoral é o contexto político, isto é a *competividade político-eleitoral*. Para Powell (1986, p.21), “intuitivamente parece que nas eleições em que se espera que o resultado se aproxime, os cidadãos se sentiriam mais propensos a participar e, mais importante ainda, a organização partidária e os ativistas do partido se sentiriam mais incentivados para levar seus eleitores às urnas”. No mesmo fio de pensamento, Jackman (1987), afirma que quando há incentivos para candidatos e partidos mobilizarem mais eleitores, eles o farão, e isso aumentará a participação. Ao mesmo tempo, presume que os arranjos institucionais influenciam o grau em que os potenciais eleitores acham

²⁰ Sobre níveis de desproporcionalidade nas eleições legislativas em Moçambique desde as eleições de 1990-2014, ver Sanchez (2015).

que seu voto fará diferença tanto no resultado da eleição em si quanto na subsequente formação de um governo.

Segundo Powell (1986), a competitividade pode ser mensurável a partir da frequência do controle do chefe executivo nacional, por um partido ou coalizão de partidos. Também diz respeito à possível influência dos círculos eleitorais na competição em diferentes partes de um país. A ideia é simplesmente que os ciclos eleitorais ajudam a determinar se os partidos e eleitores têm incentivo igual para levar os eleitores às urnas em todas as partes do país, ou se pode haver motivos para negligenciar regiões menos equilibradas em termos de ambiente ao votar. Onde o chefe do executivo é escolhido por maioria simples ou por pluralidade de votos, todas as regiões devem ser igualmente importantes. Em países onde o chefe executivo é escolhido pela legislatura, como nos vários sistemas parlamentares, a questão passa a ser a natureza dos círculos eleitorais que elegem os legisladores.

A competição político-eleitoral nos círculos eleitorais em Moçambique não é homogeneia, isto é, em distritos eleitorais como Nampula, Zambezia e Sofala, onde a magnitude eleitoral é maior comparativamente aos outros ciclos eleitorais, tende haver maior disputa eleitoral, porém não se pode de antemão deduzir-se que é nestes contextos onde há maior participação eleitoral. Por exemplo, Victorino et al., (2017), comparando a variação percentual do comparecimento às urnas *versus* abstenção nas eleições de 1999 e 2009, constataram que os distritos eleitorais com maior magnitude apresentaram maiores variações da participação eleitoral, sendo que, Zambezia de 1999 (85.3%) e 2009 (33.4%) variação de participação eleitoral foi de (- 60.8%), Nampula de 1999 (90.2) e 2009 (38.8) foi de (- 56%) e por último Sofala de 1999 (87.1) e (2009) foi de (- 48.4%).

Victorino et al., (2017), apoiam-se a teoria econômica do voto de Antony Downs (1999), para concluir que a racionalidade do voto, concretamente a renda de utilidade, seja um dos fatores que impactou nessas variações coadjuvado aos problemas de desatualização dos cadernos eleitorais que possivelmente superestimaram os números reais da participação eleitoral. Mas também podemos nos apoiar a outras perspectivas que observam que as variações como consequência da dinâmica da competição eleitoral e o predomínio da abstenção eleitoral nestes ciclos eleitorais com maior magnitude. Pela geografia eleitoral em Moçambique, os distritos com maior magnitude eleitoral inicialmente foram de influência da RENAMO, na medida que as eleições foram avançando a RENAMO foi perdendo apoio nesses ciclos eleitorais.

De acordo com Terenciano (2016), há uma tendência de redução do apoio eleitoral do partido RENAMO, entre 2004 a 2009, entretanto, há uma espécie de revés nas legislativas de 2014, onde se nota um aumento substancial do apoio eleitoral da RENAMO, ao mesmo tempo em que a FRELIMO perdeu consideravelmente a larga vantagem que conseguiu nas eleições de 2009. Assim, os resultados eleitorais indicam que a RENAMO mantém certa estabilidade, apesar de ligeira queda no transcurso das três primeiras eleições, com exceção da eleição 2004 e 2009 onde sua votação realmente decresce de forma acentuada, mas o partido recupera sua posição em 2014. No caso da FRELIMO o partido cresceu e capturou algumas regiões historicamente de dominância da RENAMO, como o caso dos círculos eleitorais de Tete, Nampula e Manica, cuja plenitude foi nas eleições de 2009, ano que obteve uma votação muito expressiva. Outra possível explicação da perda de apoio eleitoral da RENAMO é o fenômeno abstenção. Em tempos, a explicação para a perda de apoio eleitoral da RENAMO estava no fato que nos distritos eleitorais onde o partido era dominante, havia aumento significativo dos níveis de abstenção eleitoral, ao mesmo tempo em que as investidas do partido FRELIMO aumentaram, o que permitiu que a FRELIMO vencesse nas eleições de 2004 e 2009.

Retomando o contexto geral, Blais e Carty (1990), são críticos a ideia de se considerar a desproporcionalidade e o contexto competitivo como variáveis institucionais, pois, segundo os autores, os estudos pioneiros de Powell (1980; 1986) e Jackman (1987), não fazem distinção entre o papel das instituições formais (como o sistema eleitoral) *per se*, e das variáveis intervenientes, que dependem, em grau considerável da desproporcionalidade. Por exemplo, Jackman (1987), considera que a desproporcionalidade e o multipartidarismo influenciam a participação. No entanto, essas duas variáveis não são realmente instituições; são, em parte, consequências dos sistemas eleitorais que, por sua vez, afetam a participação; segundo, esses estudos não permitem estimar de maneira direta o impacto preciso das variáveis dos sistemas eleitorais; e por último, ambos, empregam uma variável chamada distritos nacionais competitivos para identificar os sistemas eleitorais e o sistema de notas de um a quatro, dependendo da fórmula e do número de membros eleitos em círculos eleitorais

Essa crítica parece-nos convincente porque a comparação inicial entre a desproporcionalidade e participação eleitoral não mostra uma possível associação em Moçambique, não obstante, a relação entre competição política e participação eleitoral a nível agregado pouco explica o comportamento eleitoral dos cidadãos no dia da votação. Todavia, quando levada em consideração a abstenção eleitoral nos distritos eleitorais com maior

magnitude eleitoral parece-nos que o impacto da abstenção eleitoral se sobrepõe a causalidade, ou seja, se nestes distritos eleitorais competitivos e com maior magnitude eleitoral tivesse menor abstenção eleitoral provavelmente teria maior taxa de participação eleitoral em Moçambique. Nossas conclusões iniciais comungam com os achados de Fornos, Power e Garand, (2004), que por meio de um estudo comparativo concluem que não há suporte empírico de que os distritos nacionalmente competitivos aumentam a participação presidencial na América Latina, aliás, segundo os autores, a participação é realmente menor nos casos com distritos nacionalmente competitivos. Essa descoberta é fortemente contrária à expectativa teórica, e bastante surpreendente sugere que a América Latina as eleições geram maior afluência à medida que avançam em direção a *single-member district* (SMDs) e se afastam de RP nacional assim como a desproporcionalidade eleitoral tem pouco efeito sistemático sobre a participação.

Por último, podemos sintetizar duas (2) configurações institucionais associadas também a participação eleitoral, nomeadamente: i. a configuração do legislativo (unicameralismo vs bicameralismo) e, ii. tipo de voto (compulsório ou facultativo). Relativamente ao primeiro ponto, Jackman (1987), observa que sistemas eleitorais unicameralistas são importantes na produção de governos estáveis, diferentemente, onde há um bicameralismo forte onde pode somente produzir compromisso com membros das duas casas. Isso significa que as eleições para câmara baixa têm menos importância decisiva na produção de leis onde o bicameralismo é forte. Assim unicameralismo deveria promover a participação. No mesmo fio de pensamento, Fornos, Power e Garand (2004), pressupõem que o unicameralismo aumenta o impacto individual do eleitor na distribuição do poder político, enquanto o bicameralismo (em que a segunda câmara é frequentemente altamente desproporcional e pode impedir ou obstruir a primeira) dilui esse impacto. Uma única câmara maximiza a identificabilidade popular de governar coalizões e resultados legislativos. Quanto mais legislativo estrutura se aproxima do unicameralismo, o maior comparecimento deve ser.

O segundo ponto – voto obrigatório ou facultativo, tende haver um “consenso” teórico de que a participação eleitoral aumenta em contextos onde o voto é obrigatório; aliás, estimam que as taxas da participação eleitoral aumentam 13%, quando voto é obrigatório mantendo outras variáveis constantes (POWELL, 1986; JACKMAN, 1987; FORNOS, POWER, GARAND, 2004; BLAIS, 2006), ao passo que, em contextos onde o voto é facultativo, os eleitores podem optar por se abster de votar, além de escolher se deseja ou não adquirir informações sobre a afiliação partidária dos candidatos. Quando a votação é opcional, a escolha

de se informar depende do custo de obtenção de informações, bem como o custo da votação (MEYER, 2020).

Ora, analisando as duas configurações institucionais em Moçambique, a configuração do legislativo é unicameralista, com voto facultativo. Todavia, no que se refere a relação entre ao voto facultativo e a participação eleitoral, concordamos com o argumento de Meyer (2020) ligada ao custo de obtenção da informação e o custo da votação. Brito (2005), estimando o acesso à informação político-eleitoral em Moçambique concluiu que é muito reduzido, e por mais uma parcela da população tivesse acesso a rádio, assistisse televisão ou lê-se jornais, não significava automaticamente que tinham um acompanhamento da atualidade e do debate político. Deste modo, esperamos que mesmo os indivíduos com acesso à informação não participem das eleições nacionais.

2.3.2 DO SISTEMA PARTIDÁRIO À PARTICIPAÇÃO ELEITORAL MOÇAMBIQUE

Os sistemas eleitorais não têm só consequências na forma como se representa a vontade dos eleitores. As opções que se tomem têm também consequências na organização dos partidos e na arquitetura global do sistema político (Costa, 2002). A constituição de 1990 consagrou o quadro institucional do multipartidarismo em Moçambique. Por sua vez, Novunga (2007, p.54), observa que “as eleições fundadoras da democracia em outubro de 1994 cristalizaram a tendência bipartidária no xadrez político moçambicano. A partir das eleições gerais de 1999, registra-se um movimento ascendente da FRELIMO que foi reocupando os seus espaços no meio rural, onde também vivera durante os 10 anos da guerra de libertação”. De perspectiva analítica semelhante, porém em perspectiva longitudinal, Sanchez (2016, p.49), observa que “os resultados eleitorais [de 1994 a 2014] têm demonstrado um crescente domínio da FRELIMO e um enfraquecimento da RENAMO em termos de votos e de mandatos quer a nível nacional quer sub-nacional”. Para além da RENAMO, apenas um terceiro partido político conseguiu eleger deputados: o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) em 2009 e 2014.

A questão teórica do fundo, para alguns autores pressupõem que o multipartidarismo tende a diminuir a participação eleitoral e para outros o multipartidarismo tendem a aumentar a participação eleitoral e por último, uns acreditam que nem uma nem outra relação impacta na participação eleitoral. Os achados de Jackman (1987) mostram que sistemas multipartidários diminuem a participação eleitoral. Essa hipótese mostrou-se consistente no estudo de Blais e

Carty, (1990). Ambos estudos, analisam o efeito do sistema partidário em duas dimensões: o número efetivo de partidos e a competitividade. Todavia, pode-se prever que “quanto maior o número de partidos, mais opções eleitores são oferecidos, e maior é a participação. Contra-argumentos, no entanto, deve ser considerado: quanto maior o número de partidos, mais complexo o sistema e mais difícil pode ser para os eleitores se decidirem” (Blais; Dobrzynska, 1998, p.248-249). Além disso, quanto maior o número de partidos, menor a probabilidade de haver um partido de governo majoritário.

O Effective Number of Parties (ENP), foi uma medida criada por Laakso e Taagepera (1979), para medir o impacto do número efetivo de partidos nas eleições e a estabilidade do sistema político da Europa ocidental pós-1944. Essa medida também é conhecida como o índice de Laakso e Taagepera de número efetivo de partidos (NEP) e tem sido usada para diferentes análises como o nível de institucionalização partidária assim como em estudos de participação eleitoral que analisam o impacto do multipartidarismo nas eleições. Esse último, a título de exemplo, no contexto das democracias da terceira onda, concretamente na América Latina, Fornos, Power, Garand, (2004), concluem que o multipartidarismo tem pouco efeito sistemático sobre a participação eleitoral. De igual modo, Kuenzi e Lambright (2007, p.679), “o multipartidarismo não tem um efeito forte na participação eleitoral na África”. Dada a proximidade entre o número efetivo de partidos e outras medidas de competição política, a relação fraca entre multipartidarismo e participação eleitoral pode indicar que a competitividade de disputas eleitorais exerce menos influência sobre a participação eleitoral na África do que se pode esperar da literatura sobre participação nos países industrializados (KUENZI; LAMBRIGHT (2007).

Para o caso moçambicano, para além da limitação de referências teóricas que analisam essa relação, Sanchez (2016), usa o NEPP para mensurar a fragmentação partidária. Segundo autora, a fragmentação partidária, “reflete o aumento da relevância da FRELIMO no sistema partidário, entre 1999 e 2009, e um ligeiro declínio, em 2014” (p.73). Em outras palavras, a evolução da fragmentação partidária em Moçambique tem sido de 2,1; 2,0; 1,9; 1,6; 2,2; para eleições de 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014 respetivamente. “Estes resultados são pouco convencionais uma vez que as fórmulas de RP encorajam a representação parlamentar de vários grupos sociais; isto é, níveis mais elevados de fragmentação, enquanto as fórmulas maioritárias são conhecidas por limitar a representação parlamentar particularmente dos partidos mais pequenos” (Idem).

Em forma de conclusão, o presente capítulo analisou alguns pressupostos teóricos gerais e específicos relacionadas com a história política, as instituições moçambicanas e a participação eleitoral. Entretanto, a intenção não constitui testar as variáveis institucionais no nosso estudo, mas sim, usa-las como um pano de fundo para explicar as possíveis influências destas na participação eleitoral nas eleições nacionais. Desta revisão teórica relacionadas aos impactos das instituições na participação eleitoral, encontramos limitações teóricas e empíricas relacionadas a pesquisa que usam variáveis institucionais para análise da participação eleitoral em Moçambique. Por isso, o presente capítulo sugere algumas diretrizes para futuras pesquisas em Moçambique: as futuras pesquisas podem analisar a participação eleitoral em perspectiva comparada precisamente para testar o impacto das variáveis institucionais, dado que, normalmente são nesse tipo de pesquisas que se tende a usar variáveis institucionais. Ou, por outra, essas pesquisas podem mesclar fundamentos teóricos de nível individual e nível macro, assim como, dados de nível individual e dados agregados sobre a participação eleitoral nas eleições nacionais em Moçambique.

CAPÍTULO 3

DESENHO DE PESQUISA

3.1 DESCRIÇÃO E CONSTRUÇÃO DA BASE DE DADOS

Nos capítulos anteriores, fizemos menção à base de dados Afrobarômetro sem antes ter apresentado-a. Deste modo, nesta seção apresentamos a base de dados e os procedimentos usados para a seleção das eleições de referência e os seus respectivos surveys. Também se reserva nessa seção a forma como selecionamos a nossa variável dependente, a operacionalização das variáveis independentes de interesse e os controles, e os procedimentos técnicos da pesquisa.

3.1.1 AFROBARÔMETRO

O Afrobarômetro é uma instituição de pesquisa pan-africana não partidária que realiza pesquisas de atitude do público sobre democracia, governança, economia e sociedade em mais de 30 países, repetidas em um ciclo regular. Para fazer isso, conduzem pesquisas de opinião pública que mede a atmosfera social, política e econômica. Deste modo, para garantir a coleta de dados de boa qualidade, o Afrobarômetro trabalha com parceiros nacionais em cada um dos países da pesquisa. Os parceiros nacionais são responsáveis por treinar entrevistadores antes de coletar dados para o Afrobarômetro. Eles garantem que os entrevistadores tenham as habilidades e qualificações certas para realizar uma pesquisa do Afrobarômetro (geralmente, recrutam estudantes do primeiro ano no curso de ciências sociais). Em Moçambique, o Afrobarômetro trabalha com algumas instituições como por exemplo, o Centre for Policy Analysis (CAP), Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Mozambique, Centre for Research on Governance and Development (CPGD)²¹.

a) princípio da amostragem e ponderação do Afrobarômetro

Afrobarômetro usa amostras de probabilidade nacionais concebidas para cumprir os seguintes critérios. As amostras são projetadas para gerar uma amostra representativa de todos os cidadãos com idade para votar em um determinado país. O objetivo é dar a cada cidadão adulto uma chance igual e conhecida de ser selecionado para uma entrevista. Conseguem isso por meio de: *métodos de seleção aleatória* em todas as fases da amostragem e amostragem em todos os estágios com *probabilidade proporcional ao tamanho da população*, sempre que

²¹ Fonte: <https://www.afrobarometer.org/>.

possível, para garantir que unidades geográficas maiores (isto é, mais populosas) tenham uma probabilidade proporcionalmente maior de serem escolhidas para a amostra.

Assim, o universo de amostragem normalmente inclui todos os cidadãos com 18 anos ou mais. Como prática padrão, excluem pessoas que vivem em ambientes institucionalizados, como estudantes em dormitórios, pacientes em hospitais e pessoas em prisões ou casas de repouso. Ocasionalmente, excluem também pessoas que moram em áreas consideradas inacessíveis devido a conflitos ou insegurança. Qualquer exclusão desse tipo é observada no relatório de informações técnicas (TIR) que acompanha cada conjunto de dados.

b) tamanho e desenho da amostra do Afrobarômetro

Relativamente as amostras, geralmente incluem *1.200 ou 2.400 casos*. Uma amostra selecionada aleatoriamente de $n = 1200$ casos permitem inferências para populações nacionais de adultos *com uma margem de erro de amostragem de não mais do que $\pm 2,8\%$* com um nível de confiança de 95 %. Com um tamanho de amostra de $n = 2.400$, a margem de erro diminui para $\pm 2,0\%$ com um nível de confiança de 95 %. O desenho da amostra é uma *amostra de probabilidade de área agrupada, estratificada, de múltiplos estágios*. Especificamente, primeiro estratificam a amostra de acordo com a principal unidade subnacional de governo (estado, província, região, etc.) e por localização urbana ou rural. A estratificação da área reduz a probabilidade de grupos étnicos ou linguísticos distintos serem deixados de fora da amostra. O Afrobarômetro ocasionalmente sobrepõe de propósito certas populações que são politicamente significativas dentro de um país para assegurar que o tamanho da subamostra seja grande o suficiente para ser analisado. Qualquer excesso de amostra é anotado no TIR²².

3.2 ELEIÇÕES DE REFERÊNCIA E OS SURVEYS

Em Moçambique, as eleições são realizadas em dois níveis: nacional e sub-nacional (municipais). Como foi colocado do no capítulo 2, o presente estudo analisa as eleições nacionais (presidenciais e legislativas). Não obstante, importa frisar que a base de dados do Afrobarômetro não tem como foco analisar as eleições nacionais em Moçambique. Na verdade, o Afrobarômetro vem desenvolvendo rodadas de surveys nos países africanos desde 1999 e, Moçambique foi incluído a partir da segunda rodada de survey em 2002. As questões que fazem parte dos questionários do Afrobarômetro são mantidas, alteradas ou incluídas em cada rodada

²² Fonte: <https://www.afrobarometer.org/surveys-and-methods>

de survey em função do contexto de cada país. Na segunda rodada de surveys (que corresponde a primeira para o contexto moçambicano) não incluíram a pergunta relacionada a participação nas eleições nacionais. Sendo assim, as eleições nacionais de 1994 e 1999, não são analisadas não só por falta de dados, mas também porque o questionário referente a primeira rodada em Moçambique não tinha a variável que mensurava a participação eleitoral nas eleições nacionais. Outra eleição nacional que não faz parte da nossa análise é a de 2019, por uma razão simples, até então, o Afrobarômetro não dispõe uma rodada de surveys correspondente a esta eleição.

Portanto, a base de dados utilizada no presente estudo é uma compilação de rodadas de 2005 a 2015, disponibilizadas no *site* do Afrobarômetro. Neste caso, a seleção das rodadas levou em consideração o critério da disponibilidade de variáveis, em pelo menos duas (2) bases das três (3) rodadas em análise. O critério de seleção das variáveis seguiu a seguinte sequência: primeiro, em função da revisão da literatura, observamos se as variáveis constavam nas bases de dados e, depois disso, selecionamos. Existem também na base de dados do Afrobarômetro, rodadas que constam a pergunta relacionada a variável dependente, mas não foram incluídas na análise, isto é, para o interesse da pesquisa, mantivemos as rodadas próximas as eleições de referência e excluímos outras rodadas distantes das eleições de referência mesmo contendo a pergunta que mensura variável dependente. Neste caso, analisamos as eleições nacionais de 2004, 2009 e 2014, através de rodadas de surveys de 2005, 2011, 2015, respectivamente. E excluímos rodadas de surveys de 2008, 2012 e 2018. A exclusão dessas rodadas, justifica-se pela intenção de mitigar o risco da “amnésia eleitoral”²³ e evitar possivelmente a superestimação das respostas dadas pelos indivíduos.

Tabela 3.2 - Eleições de Referência, Rodadas/Surveys Selecionadas e Excluídas

Ano de Eleição	Ano da Rodada / Survey Selecionada	Ano do Rodada/ Survey Excluídos
2004	2005 (Rodada III)	2002 (Rodada II)
2009	2012 (Rodada V)	2008 (Rodada IV)
2014	2015 (Rodada VI)	2018 (Rodada VII)

²³ Termo usado para fazer menção aos eleitores que não lembram em quem votou na última eleição.

Fonte: elaborado pelo autor (2020), com base nos questionários e rodadas de surveys para Moçambique: <https://www.afrobarometer.org/countries/mozambique-0>

3.3 OPERACIONALIZAÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE E DE CONTROLE

I. VARIÁVEL DEPENDENTE

A variável dependente do nosso estudo é a *participação eleitoral nas últimas eleições nacionais*. Essa variável nos questionários baseia-se em uma única pergunta sobre o indivíduo, se ele votou na eleição nacional mais recente: a pergunta sobre participação eleitoral é formulada da seguinte maneira: “Com relação às eleições nacionais mais recentes de (o ano da eleição), que afirmação é verdadeira para você? As opções de resposta desta pergunta seguem do seguinte modo: “não estava registado”; “votou na eleição”; “decidiu não votar”; “você não conseguiu encontrar a mesa do voto”; “você foi impedido de votar”; “você não teve tempo para votar”; não votou por outro motivo”; você não conseguiu encontrar a mesa de voto; você não votou porque não conseguiu encontrar o seu nome no caderno de eleitores; “era menor de idade”; “não sabe /não se lembra”; “recusou-se a responder”.

Para fins deste estudo, recodificamos as respostas para criar uma medida dicotômica de quem votou na população em idade de votar. Essa recodificação baseou-se na Distribuição de Bernoulli que consiste numa distribuição discreta de espaço amostral $\{0, 1\}$, onde o valor um (1) tem a probabilidade de sucesso (votou) e valor zero (0) com a probabilidade de falha (não votou) nas últimas eleições nacionais em Moçambique. Assim, seguimos a abordagem de Kuenzi e Lambright (2005), e agruparemos sete (7) categorias: (“decidiu não votar”; “você não conseguiu encontrar a mesa do voto”; “você foi impedido de votar”; “você não teve tempo para votar”; “não votou por outro motivo”. você não conseguiu encontrar a mesa de voto; você não votou porque não conseguiu encontrar o seu nome no caderno de eleitores), em uma única categoria - daqueles indivíduos que responderam que *não votaram nas últimas eleições*. Por último, os indivíduos que disseram que: “era menor de idade”; “não sabe /não se lembra”; ou “recusou-se a responder”, as respostas foram recodificadas como *Missings*.

Portanto, a recodificação da variável dependente ficou da seguinte forma: “0 = não votou”; “1 = votou”. Embora as últimas sete (7) respostas agrupadas como (*não votou*) signifiquem não comparecimento nas eleições, as razões e contexto que os indivíduos moram podem explicar mais para além da simples dedução do não comparecimento. Por exemplo, indivíduos que impedidos de votar, ou, que não encontraram o seu nome nos cadernos eleitorais,

para o contexto moçambicano, pode estar associado a problemas logísticos no dia da eleição ou talvez como resultado de intimidação ou de violência, dado que, esses acontecimentos, têm sido reportados através das mídias nos dias de eleições. Todavia, a decisão de agrupar as sete categorias numa só, justifica-se pelo tamanho (n) menor destas categorias, quando tomadas separadamente ou quando agrupadas em uma variável escalar.

II. VARIÁVEIS INDEPENDENTES E DE CONTROLE

Tomando em consideração, o fato de a participação eleitoral ser um fenômeno multifatorial, para além das variáveis de interesse apresentadas nas hipóteses (organizações não partidárias, eficácia política, interesse por política e identificação partidária), apresentamos em função da revisão da literatura, um conjunto de variáveis independentes (idade, sexo, urbano versus rural, escolaridade, informação política,) que visam controlar os efeitos das variáveis de interesse. Portanto, a seguir, apresentamos a variável, a forma como foi operacionalizada e expectativa teórica fundamentada na revisão da literatura.

Variáveis Sociodemográficas

Em relação a variável Idade, o questionário do Afrobarômetro apresenta a seguinte pergunta: *quantos anos tens?* Como a idade são números discretos, transformamos a variável idade em uma variável escalar “Faixa Etária”, assim sendo, *indivíduos com 18 a 24 anos são considerados “jovens”, indivíduos com 25 a 59 anos são considerados “adultos” e indivíduos com acima de 60 anos são considerados “idosos”*. Com base na revisão da literatura e estudos prévios em Moçambique, espera-se que indivíduos adultos participem mais nas eleições nacionais do que os jovens e os idosos.

Para testar pressupostos ligados as diferenças de gênero na participação eleitoral nas eleições nacionais em Moçambique, a variável *Gender of Respondent*, no questionário do Afrobarômetro, recodificamos como “*Sexo*”, com os seguintes valores: *zero (0) = “Mulher”; e um (1) = “Homem”*. Embora as pesquisas prévias de participação eleitoral em Moçambique, não mostre com clareza as diferenças do gênero, espera-se que não haja diferenças discrepantes na participação eleitoral entre homens e mulheres nas eleições nacionais. Para mensurar as clivagens urbano versus rural na participação eleitoral nas eleições nacionais, selecionamos na base dados a variável *urban or rural primary sampling unit*. Recodificamos esta variável como “*Localidade*”, com os seguintes valores: *0= rural; 1= urbano*; apoiando-se as pesquisas

prévias em Moçambique, espera-se que indivíduos localizados nas zonas rurais participem mais nas eleições nacionais do que indivíduos que localizados em zonas urbanas.

A luz dos pressupostos da teoria da escolha racional pretendemos testar o impacto da avaliação econômica na participação eleitoral. Para testar, selecionamos a variável avaliação econômica própria (isto é, do indivíduo). Essa variável no questionário do Afrobarômetro é formulada do seguinte modo: *em geral, como você descreveria suas próprias condições de vida atuais?* Mantivemos as respostas originais desta pergunta, onde os indivíduos respondem se as suas condições são: “*muito má*”; “*razoavelmente más*”; “*nem boas, nem más*”; “*razoavelmente más*”; e “*muito boas*”; portanto, espera-se que indivíduos que avaliam as suas condições econômicas muito boas participem mais nas eleições nacionais em Moçambique, do que os outros indivíduos com avaliações diferentes.

No que tange a variável Educação, a associação entre indivíduos com altos níveis de educação e participação político-eleitoral, é uma associação quase “unânime” entre os teóricos. Com a intenção de associar essas variáveis, selecionamos a variável *Education of Respondent* nos questionários e recodificamos como *Nível Educacional*. A pergunta nos questionários é formulada do seguinte modo: *qual é o nível mais alto de educação que você concluiu?* As respostas para esta pergunta incluem diferentes níveis de escolaridade, tanto que optamos em agrupar e recodificar as respostas²⁴.

Deste modo, transformamos a variável escolaridade em uma variável escalar, como segue: 0 = “*Sem Educação formal*” (indivíduos com escolaridade informal incluindo escolaridade do Alcorão); 1 = “*Ensino Primário*” (indivíduos com escola primária concluída ou alguns anos escolaridade primária); 2 = “*Ensino Secundário*” (indivíduos com escola secundária concluída ou alguns anos escolaridade secundária); 3 = “*Ensino Técnico ou Superior*” (indivíduos com qualificações pós-secundárias; Universidade concluída ou alguns anos de escolaridade universitária; Pós-graduação). Igualmente aos achados de Brito (2016), que mostravam que abstenção eleitoral em Moçambique se concentrava nos indivíduos sem educação formal, para o presente estudo, espera-se que indivíduos com nível de ensino técnico ou superior participem mais nas eleições nacionais em Moçambique, do que as contrapartes.

²⁴ As respostas originais são: escolaridade informal incluindo escolaridade do Alcorão; alguma escolaridade primária; Escola primária concluída; alguma escola secundária / escola secundária; Escola secundária concluído/ ensino médio; qualificações pós-secundárias, exceto universidade, por exemplo um diploma ou grau de um técnico / politécnico / faculdade; alguma faculdade; Universidade concluída; Pós-graduação.

Variáveis atitudinais

A participação eleitoral também “exige” o mínimo de conhecimento dos candidatos ou dos partidos em disputa, porém, nem sempre o acesso à informação é igual para os indivíduos. Para medir a relação entre a informação política e participação eleitoral nas eleições nacionais, selecionamos a seguinte pergunta: *com que frequência você recebe notícias das seguintes fontes: Rádio; Televisão; Jornal; ou Internet?* Para mitigar possíveis problemas de multicorrelação das fontes de acesso à informação, escolhemos a Rádio como a fonte de informação. Essa escolha justifica-se por ser um o meio de informação com mais abrangência no contexto moçambicano. As respostas para essa pergunta são: *“todos os dias”*; *“algumas vezes por semana”*; *“algumas vezes por mês”*; *“menos de uma vez por mês”*; *“nunca”*. Mantivemos as respostas e a codificação original.

Não obstante, reconhecemos que embora haja diferença entre acesso à informação e informação política, partimos do pressuposto de que indivíduos expostos aos mídia tendem a se informar politicamente. Deste modo, levando em consideração que a Rádio é o meio de comunicação com mais abrangência no contexto moçambicano, espera-se que indivíduos que recebem notícias todos os dias na Rádio se informem politicamente e conseqüentemente, participem mais nas eleições nacionais do aqueles que nunca recebem notícias, ou que recebem algumas vezes por mês ou por semana.

Tabela 3.3 - Síntese das Variáveis Analisadas

Nível	Classificação	Variáveis	
INDIVIDUAL	Sociodemográficas	Idade	
		Sexo	
		Localidade	
		Nível Educacional	
		Interesse por política (Discussão política)	
	Atitudes políticas	Identificação partidária	
		Informação política	
		Avaliação econômica pessoal	
		Integração	Organizações não partidárias: Associações Voluntárias ou de Desenvolvimento Comunitário; Grupos religiosos

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

3.4 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA

A presente pesquisa combina pressupostos de uma pesquisa qualitativa e quantitativa²⁵. Quanto a tipologia e objetivos, combinamos fundamentos de uma pesquisa empírico descritiva e empírico explicativa. Segundo Perea, Martinez e Lago (2009, p.11), “[...] objetivos, como descrição e explicação, requerem observação da realidade, com o objetivo de conhecê-la e

²⁵ Segundo Silveira e Córdova (2009, p.32), “métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens”. Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa (FONSECA, 2002, apud, SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.33).

compreendê-la melhor. A descrição precede a explicação”. Deste modo, reserva-se no capítulo IV, a descrição e explicação dos condicionantes da participação eleitoral nas eleições nacionais.

Todavia, para os primeiros três capítulos a técnica de pesquisa consistiu numa exaustiva pesquisa bibliográfica – através de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites – sobre a participação eleitoral no geral e especificamente no contexto moçambicano. Assim sendo, a fase seguinte consistiu na organização de dados, tabulação de dados, apresentação dos gráficos. A organização dos dados assim como a tabulação, foram realizados no *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), e os gráficos foram elaborados no aplicativo *Microsoft Excel*.

A técnica de pesquisa utilizada para análise dos dados foi a Regressão Logística. Segundo Rocha (2014), a regressão logística é um modelo estatístico usado quando se deseja explicar uma variável resposta categórica em função de variáveis explicativas quantitativas ou qualitativas. No caso da variável dependente Y assumir dois possíveis estados (1 ou 0), e haver um conjunto de p variáveis independentes $X_1, X_2 \dots, X_p$, o modelo de regressão pode ser descrito da seguinte forma:

$$P(Y = 1) = \frac{1}{1 + e^{-g(x)}}$$

Onde:

$$g(x) = B_0 + B_1 X_1 + \dots + B_p X_p$$

Para o presente estudo, a nossa variável dependente - participação eleitoral foi recodificada para uma variável binária com os seguintes valores: zero (0) para indivíduos que afirmaram que não participaram nas eleições nacionais e um (1) para indivíduos que afirmaram que participaram nas eleições nacionais em Moçambique. Não obstante, desenvolvemos quatro modelos de regressão logística para eleições nacionais de 2004 e 2014, e três modelos para eleições nacionais de 2009. Os modelos desenvolvidos correspondem as nossas variáveis independentes de interesse, nomeadamente: *modelo de organizações não partidárias, modelo de eficácia política, modelo de interesse por política e modelo de identificação partidária*. Em cada ano de eleições nacionais são analisadas com ênfase os modelos que correspondem as variáveis independentes de interesse e os seus controles.

CAPITULO 4

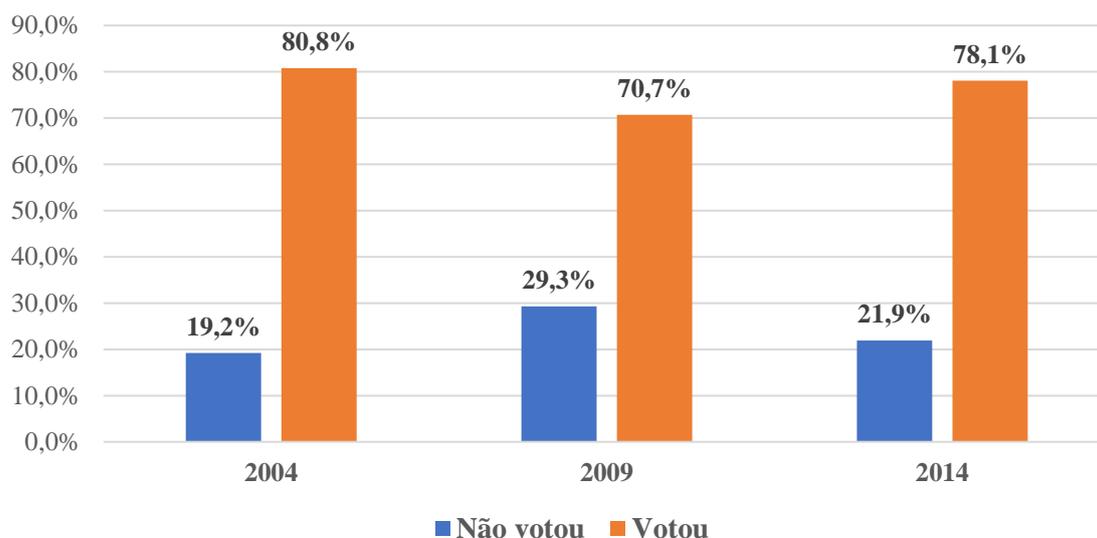
DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O presente capítulo visa analisar a participação eleitoral nas eleições nacionais por meio da descrição e análise de dados provenientes dos surveys do Afrobarômetro. Assim sendo, o capítulo subdivide-se em quatro seções: a primeira seção aborda os resultados da série histórica referente à participação eleitoral nas eleições nacionais em Moçambique, de 2004 a 2014, além das variações das variáveis independentes das hipóteses do trabalho – Interesse por Política, Identificação partidária, Eficácia política e Participação em Organizações não partidárias. Na segunda seção, apresentamos os percentuais de comparecimento eleitoral entre as categorias das variáveis independentes. Na terceira seção, apresentamos os modelos de Regressão Logística e, por último, na quarta seção, elaboramos comentários e interpretações sobre os resultados, tendo em vista as hipóteses lançadas e a comparação com a literatura.

4.1 PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES NACIONAIS EM MOÇAMBIE

Antes de mais, a participação eleitoral aqui analisada corresponde aos autorrelatos dos indivíduos em relação a participação eleitoral nas últimas eleições nacionais em referência captados pelos questionamentos elaborados pelas pesquisas de Afrobarômetro quanto ao comparecimento aqueles pleitos. Assim sendo, o gráfico abaixo mostra que as taxas de participação eleitoral autorrelatadas nas eleições nacionais em Moçambique, 80,8% dos indivíduos dos afirmam que votaram nas eleições nacionais de 2004; ao passo que, nas eleições nacionais de 2009, 70,7% dos indivíduos disseram ter votado, e por fim, 78,1% disseram o mesmo em relação ao pleito de 2004. Comparando com a eleição de 2004, houve um declínio de 9,1% pontos percentuais nas taxas de participação eleitoral, em 2009, e, subsequentemente, um aumento de 4 pontos percentuais nas eleições nacionais de 2014.

Gráfico 4.1 - Percentual da participação eleitoral autorrelatada nas eleições nacionais em Moçambique, 2004 a 2014



Nota-se também, que existem diferenças nas taxas de participação eleitoral nas três eleições nacionais quando comparadas com as taxas de participação eleitoral oficial publicados pelo Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE). Enquanto dados oficiais mostram que a taxa de participação eleitoral mais baixa se regista nas eleições nacionais de 2004 com 36,42%, dados de nível individual, mostram que nesta eleição a taxa de participação eleitoral foi de 80,8%. A mesma tendência se verifica nas outras eleições, em relação aos resultados oficiais de 2009 (44,63%) e 2014 (48,64%) em comparação com dados de nível individual, 2009 (70,7%) e 2014 (78,1%)²⁶. Ao contrário da nota de rodapé, os dados supernotificados da participação eleitoral podem ser devido ao viés de desejabilidade social; por isso, a pesquisa centrou-se na participação eleitoral autorrelatada, antes do que exatamente ocorreu.

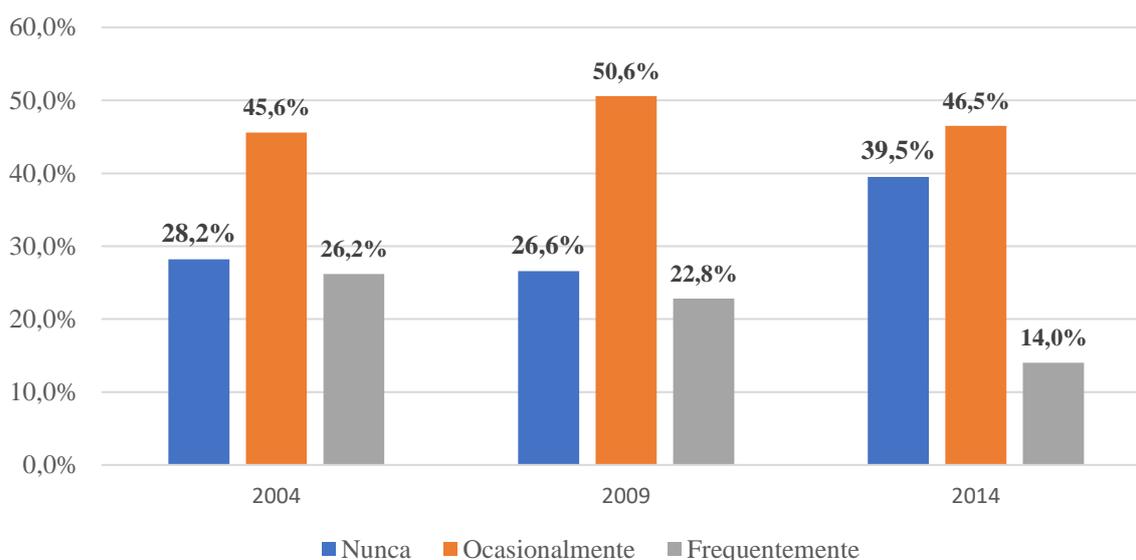
4.1.1 INTERESSE POR POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE

O interesse por política foi operacionalizado como proxy da variável discussão política presente no questionário do Afrobarômetro. A discussão política mede a frequência que os indivíduos discutem assuntos políticos com seus amigos ou família. Analisando o gráfico abaixo, nota-se que o percentual de interesse por política em Moçambique tende a diminuir para indivíduos que discutiam assuntos políticos “frequentemente”, de (26,2%) em 2004 para 14,0%

²⁶ Em relação as diferenças das taxas de participação eleitoral de dados agregados e de nível individual, podemos recorrer como possível explicação, o argumento de Brito (2005), de que, os dados oficiais estavam inflacionados, nomeadamente porque existiam um grande número de inscrições múltiplas nas listas eleitorais e também porque desde que o recenseamento de base foi feito, em 1999, não tinham eliminados os nomes dos eleitores, entretanto falecidos.

em 2014; ao passo que, indivíduos que disseram que “nunca” discutiam assuntos políticos tende aumentar de (28,2%) em 2004 para (39,5%) em 2014. E por último, indivíduos que discutiam assuntos políticos “ocasionalmente” mostram -se com percentuais mais altos em todos os anos, 2004 (45,6%), 2009 (50,6%) e 2014 (46,5%), em comparação com outros indivíduos que discutiam frequentemente ou nunca discutiam assuntos políticos.

Gráfico 4.1.1- Percentual de indivíduos que discutem assuntos políticos em Moçambique, 2004 a 2014

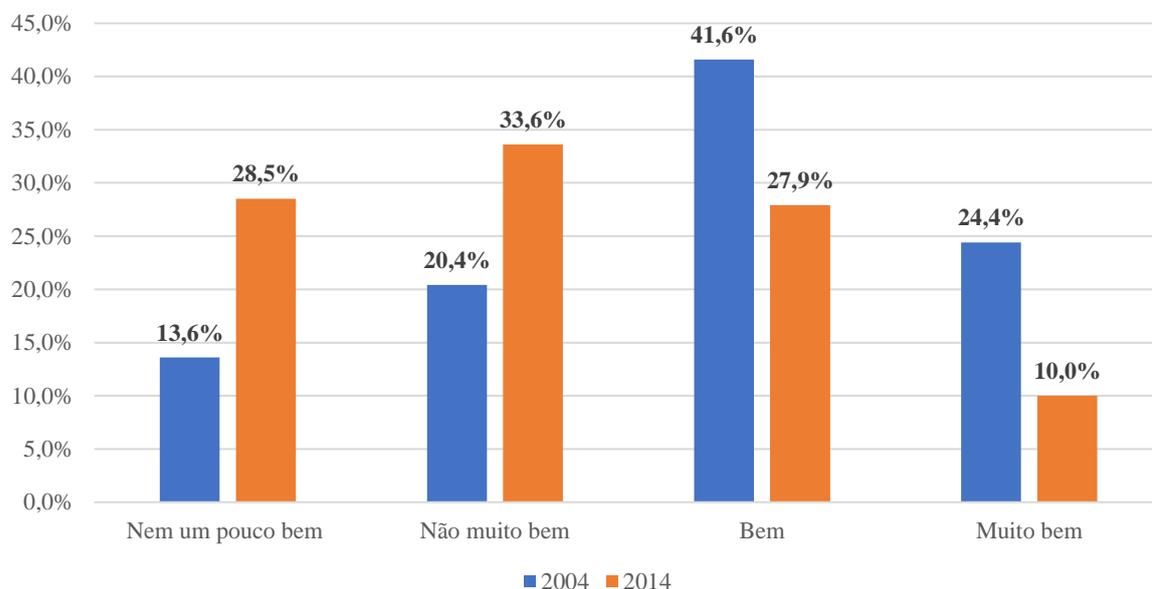


4.1.2 EFICÁCIA POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE

A eficácia política analisada neste estudo centra-se no papel que o voto nas eleições nacionais tem para remover os governantes nos seus postos. Em termos gerais, há um decréscimo de percentuais para indivíduos que firmaram que o voto tinha o papel de remover os governantes dos seus postos. A partir do gráfico a baixo, é possível observar que eficácia política dos moçambicanos, isto é, a percepção de que, através do voto, indivíduos são capazes de remover os governantes nos seus postos, varia no seio dos indivíduos comparando as eleições nacionais de 2004 e 2014. Em 2004, 13,6% dos indivíduos afirmavam que a eleição servia “nem um pouco bem” para a remoção dos governantes, 20,4% afirmava que a eleição servia “não muito bem”, 41,6% afirmavam que a eleição servia “bem” e, por último, 24,4% afirmavam que a eleição servia “muito bem” para a remoção dos governantes nos seus postos. Ao passo que, em 2014, 28,5% afirmavam que a eleição servia “nem um pouco bem”, 33,6% afirmavam que

a eleição servia “não muito bem”, 27,9% afirmavam que funcionava “bem” e, por fim, 10,0% afirmavam que a eleição servia “muito bem” para a remoção dos governantes nos seus postos.²⁷

Gráfico 4.1.2 - Percentual de indivíduos com eficácia política em Moçambique, 2004 e 2014

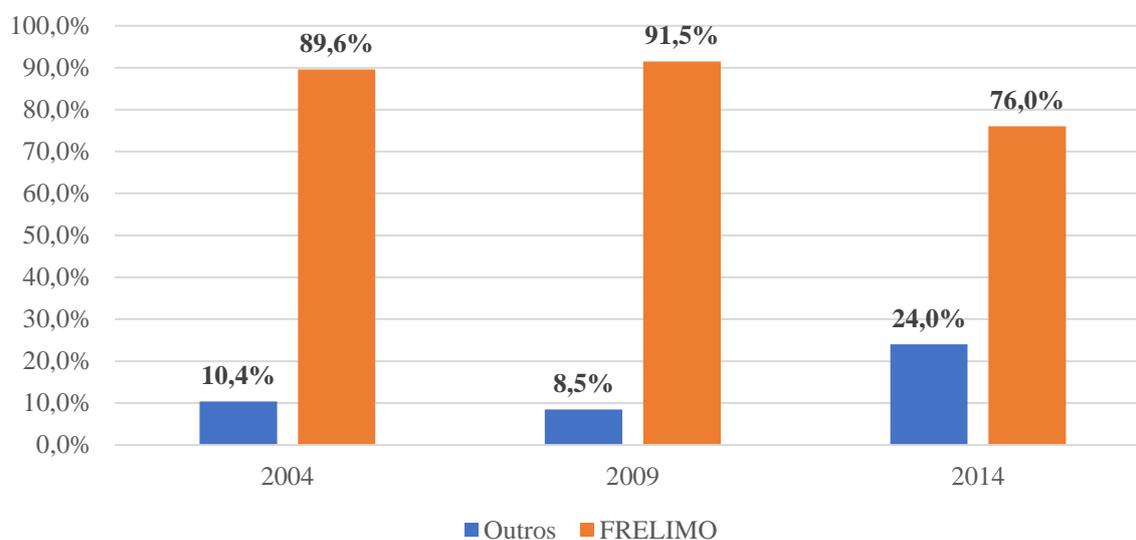


4.1.3 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA EM MOÇAMBIQUE

A identificação partidária foi operacionalizada como uma variável binária, onde um (1) representa indivíduos com identificação partidária pela FRELIMO e zero (0) indivíduos com identificação por outros partidos políticos. Notar que a identificação partidária aqui, limitou-se em duas opções: pela “FRELIMO ou por “Outros” partidos políticos, e não incluímos aqueles indivíduos que disseram que não têm identificação partidária. O gráfico abaixo mostra que a identificação pela FRELIMO tende a diminuir entre 2009 e 2014, e identificação por outros partidos políticos tende a aumentar ao longo do tempo. Em 2004, 89,6% indivíduos se identificavam com a FRELIMO; esse número aumenta para 91,5% em 2009 e diminui para 76,0% em 2014. Ao contrário, se verifica um aumento linear de indivíduos com identificação partidária por outros partidos políticos, de 10% em 2004 para 24% em 2014.

²⁷ Não incluímos o ano 2009, porque a pergunta que mede a eficácia política não constava dos questionários do Afrobarômetro.

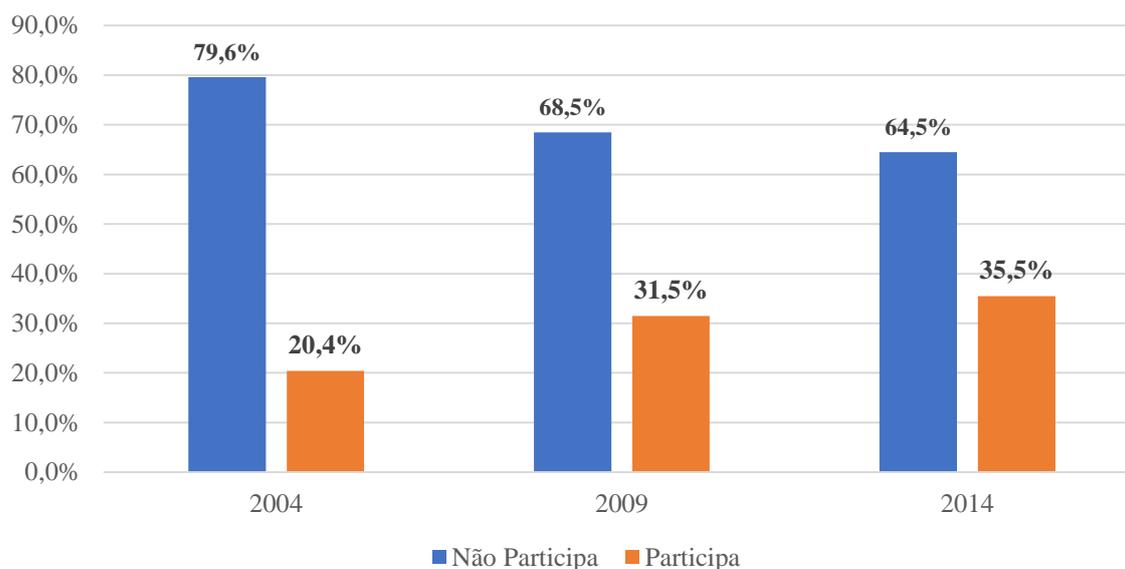
Gráfico 4.1.3 - Percentual de indivíduos com identificação partidária pela FRELIMO e por Outros partidos políticos em Moçambique, 2004 a 2014



4.1.4 ORGANIZAÇÕES NÃO PARTIDÁRIAS EM MOÇAMBIQUE

O gráfico a baixo ilustra a participação de indivíduos de associações voluntárias ou de desenvolvimento comunitário em Moçambique designadas para o presente estudo como “organizações não partidárias”. Nota-se que a participação em associações voluntárias ou de desenvolvimento comunitário tende a aumentar de 2004 a 2014. Em 2004, 20,4% dos indivíduos participavam destas organizações, tendo aumentado no ano de 2009, para 31,5% e 35,5% no ano de 2014. Inversamente, a não participação destas organizações tende a diminuir, isto é, em 2004, 79,6% dos indivíduos não participavam destas organizações, e em 2009, apenas 68,5% dos indivíduos participavam e por fim, 64,5% dos indivíduos não participavam destas organizações no ano de 2014.

Gráficos 4.1.4 - Percentual de indivíduos que participam e não participam de Associações Voluntárias ou de Desenvolvimento Comunitário em Moçambique, 2004 a 2014



4.2 PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL ENTRE AS CATEGORIAS DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Nesta subsecção, o propósito consiste na apresentação de resultados dos cruzamentos entre a variável dependente (participação eleitoral) e independentes (Interesse por política, Eficácia política, Identificação partidária, e Organizações não partidárias), principalmente buscando explicação para indivíduos que participam nas eleições nacionais em Moçambique. Para o efeito, são apresentados gráficos com uma série histórica com percentual de indivíduos que afirmaram que participaram nas eleições nacionais, com intuito de verificar as possíveis variações daqueles que participam nas eleições nacionais ao longo do tempo.

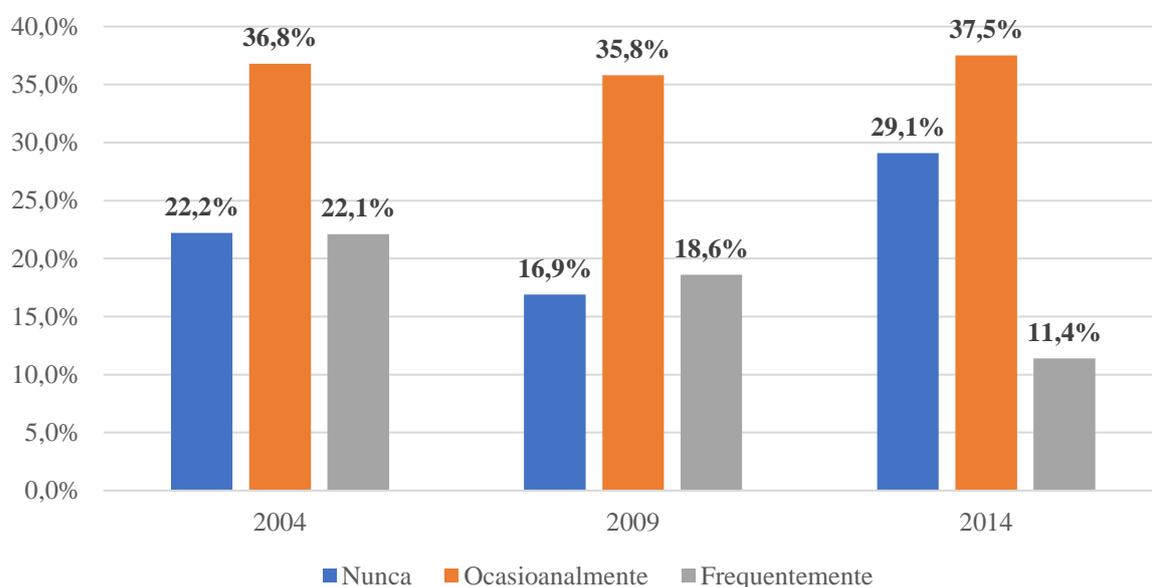
4.2.1 INDIVÍDUOS COM INTERESSE POR POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES NACIONAIS

Interesse por política é um dos determinantes consistentes da participação eleitoral. Eleitores com maior interesse por política apresentam taxas de participação mais elevadas (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). Para o contexto moçambicano, o gráfico a baixo mostra uma tendência diferente, isto é, indivíduos que afirmaram que discutiam assuntos políticos ocasionalmente tiveram chances a mais de ter participado nas eleições nacionais do que aqueles que discutiam assuntos políticos frequentemente. Entre os indivíduos que afirmaram que discutiam assuntos políticos “ocasionalmente”, 36,8% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2004, 35,8% afirmaram ter participado nas eleições nacionais de 2009 e 37,5% afirmaram ter participado nas eleições nacionais em 2014. Ao passo que, entre indivíduos que afirmaram que nunca discutiam assuntos políticos, 22,2% afirmaram

que participaram nas eleições nacionais de 2004, 16,9% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2009, e 29,1% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2014. Por último, entre indivíduos que discutiam assuntos políticos frequentemente, 22,1% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2004, 18,6% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2009 e 11,4% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2014.

Nota-se uma variação entre os indivíduos que afirmaram que “nunca” discutiam assuntos políticos e os indivíduos que afirmaram que discutiam assuntos políticos “frequentemente”. Nas duas primeiras eleições de 2004 e 2009, houve uma queda na participação eleitoral dos indivíduos que afirmaram que “nunca” discutiam assuntos políticos, de 22,2% em 2004 para 16,9% em 2009, porém, o percentual aumenta em 12,2% para eleições nacionais de 2014. Ao contrário, indivíduos que afirma que discutiam assuntos políticos “frequentemente”, observou um declínio linear de 22,1% em 2004 para 11,4% em 2014.

Gráfico 4.2.1 - Percentual de indivíduos que afirmaram participar das eleições nacionais entre os que discutem assuntos políticos em Moçambique, 2004 a 2014



4.2.2 INDIVÍDUOS COM EFICÁCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES NACIONAIS EM MOÇAMBIQUE

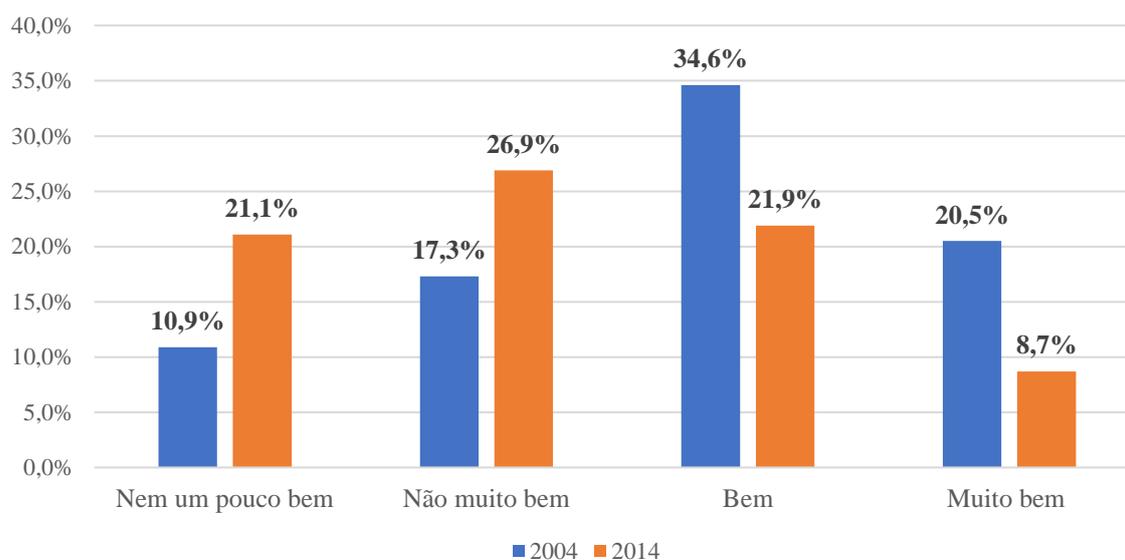
Segundo Isbell (2017), um número decrescente de moçambicanos sentia-se confiante de que as suas eleições nacionais eram livres e justas. Embora a confiança tivesse aumentado vertiginosamente entre 2005 e 2008, a proporção de cidadãos que diziam que suas eleições

nacionais mais recentes eram “completamente livres e justas” ou “livres e justas, mas com pequenos problemas” diminuiu continuamente na última década, de 68% em 2008 a 52% a 2015.

O gráfico abaixo ilustra as percepções dos indivíduos em relação a eficácia que eleição tem para remoção dos governantes nos seus postos e as chances de os indivíduos participarem nas eleições nacionais. Assim podemos notar que, entre indivíduos que afirmaram a eleição serviam “nem um pouco bem” para remover os governantes, 10,9% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2004 e 21,1% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2014. Entre indivíduos que afirmaram que a eleição servia “não muito bem”, 17,3% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2004 e 26,9% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2014. Entre indivíduos que afirmaram que a eleição servia “bem”, 34,6% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2004 e 21,9 afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2014. Por último, entre indivíduos que afirmaram que o voto servia “muito bem”, 20,5% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2014 e 8,7% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2014.

Esses dados alinham na mesma direção com os achados de Isbell (2017), que a despeito das avaliações cada vez mais negativas dos moçambicanos sobre as suas eleições, a participação eleitoral autorrelatada em 2005 foi de 80%, e aumentou de 60% em 2008 para 76% na eleição nacional de 2014. O artigo de Isbell (2017), inclui rodadas de surveys do Afrobarômetro anteriores e distantes das eleições de referência, diferentemente do critério adoptado no presente estudo - que foi escolha surveys mais próximas das eleições de referência. Notar que, mesmo com a diferença no critério de seleção dos surveys do estudo Isbell comparando com o presente estudo, as taxas de participação eleitoral nas eleições nacionais achados variam ligeiramente.

Gráfico 4.2.2 - Percentual de indivíduos que afirmaram que participaram nas eleições nacionais entre os que percebem a eficácia da eleição em Moçambique, 2004 e 2014



4.2.3 INDIVÍDUOS COM IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA PELA FRELIMO E POR OUTROS PARTIDOS POLÍTICOS E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES NACIONAIS

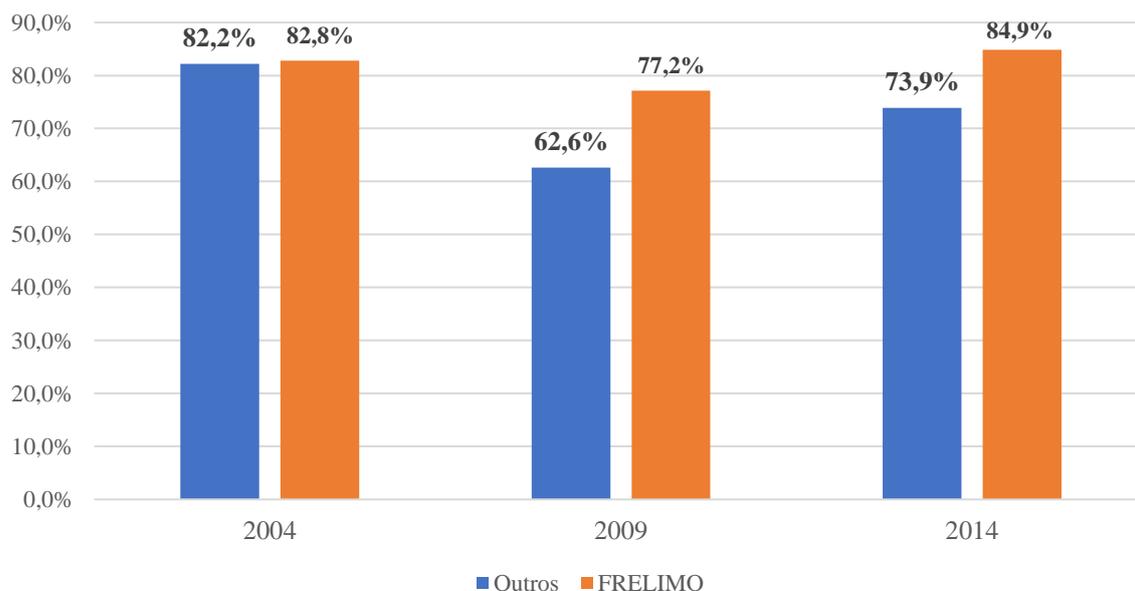
O estudo de Brito (2005), mostrava que havia uma diferença incongruente entre a identificação partidária entre FRELIMO (82%), a RENAMO (8%), e 10% de não respostas, nas eleições nacionais em Moçambique, principalmente quando se toma em consideração a geografia eleitoral moçambicana. O gráfico a baixo mostra uma tendência de indivíduos que participam nas eleições nacionais em Moçambique terem maior preferência partidária pela “FRELIMO” do que pelos “Outros” partidos políticos.

Entre indivíduos que afirmaram que se identificava pela FRELIMO, 82,8% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2004, 77,2% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2009 e 84,9% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2014. Ao passo que, entre indivíduos que afirmaram que se sentiam identificados por outros partidos políticos, 82,2% afirmaram que votaram nas eleições nacionais de 2004, 62,6% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2009 e 73,9% afirmaram que participaram nas eleições nacionais.

A preferência pela FRELIMO não é uma mera coincidência dos indivíduos moçambicanos e, entre várias explicações associada a preferência pela FRELIMO, uma delas

está ligada a ideia generalizada, porém, diferente da realidade histórica²⁸, de que a FRELIMO foi o partido político que lutou e conquistou a independência nacional, e por esta razão, haveria “um sentimento de gratidão”, por parte dos indivíduos pela FRELIMO.

Gráfico 4.2.3 - Percentual de indivíduos que afirmaram que participaram nas eleições nacionais entre indivíduos com identificação partidária pela FRELIMO e por Outros partidos políticos em Moçambique, 2004 a 2014



4.2.4 INDIVÍDUOS QUE PARTICIPAM E NÃO PARTICIPAM DE ORGANIZAÇÕES NÃO PARTIDÁRIAS E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES NACIONAIS

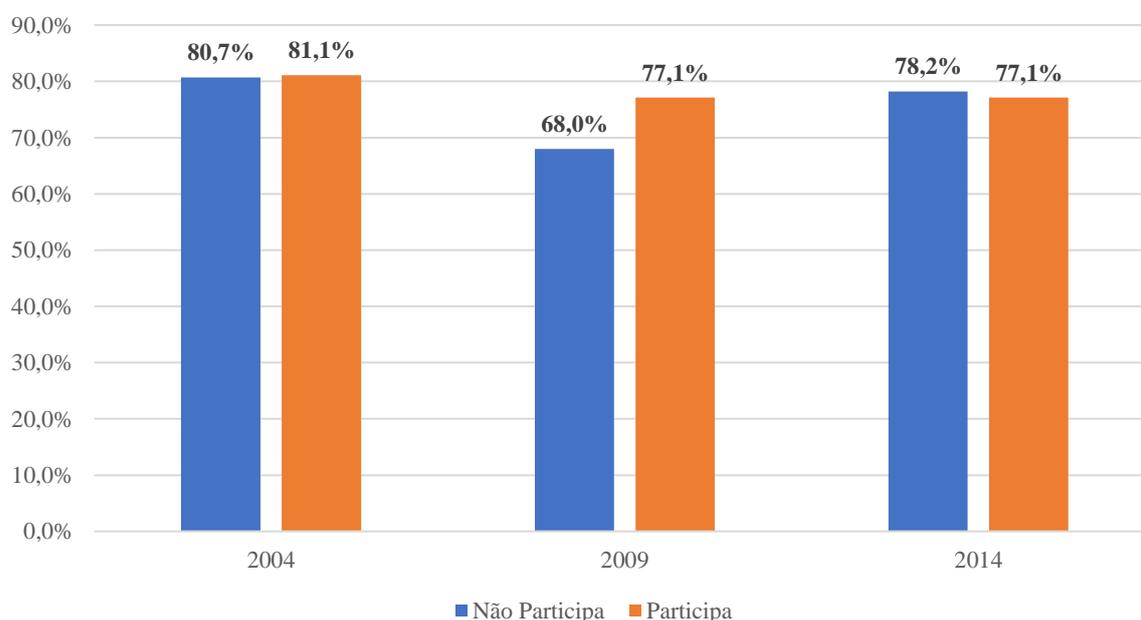
Segundo Pequenino (2006), a legislação moçambicana é aberta e os cidadãos podem, querendo, associar-se para constituírem uma organização da sociedade civil ou participar nelas, desde que os objectivos que enunciem sejam lícitos e possíveis. A visão geral do gráfico a baixo, mostra que indivíduos que participam de organizações não partidárias tem as mesmas chances que os indivíduos que participam nas organizações não partidárias de participar nas eleições nacionais em Moçambique.

Uma análise geral indica que as chances entre os indivíduos que participam em organizações não partidárias e os indivíduos que não participam destas organizações, são semelhantes. Analisando cada eleição, nota-se que, entre indivíduos que afirmaram que

²⁸ Afirmamos diferente da realidade histórica porque a FRELIMO em quanto um partido político passou por processo de transformação. Antes da independência não era considerado um partido político, mas sim um movimento de libertação nacional que integravam vários grupos da sociedade, que alguns destes grupos são partidos políticos da oposição atualmente.

“participam” de organizações não partidárias, 81,1% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2004, 77,1% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2009 e 77,1% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2014. Ao passo que, entre indivíduos que afirmaram que “não participa”, 80,7% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2004, 68,0% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2009 e 78,2% afirmaram que participaram nas eleições nacionais de 2014.

Gráfico 4.2.4 - Percentual de indivíduos que afirmaram que participaram nas eleições nacionais, entre indivíduos que participam e não participam de organizações não partidárias em Moçambique, 2004 a 2014



4.3 MODELOS DE REGRESSÃO LOGÍSTICA

Nesta subsecção apresentamos alguma parte dos resultados pesquisa. Assim sendo, elaboramos quatro (4) modelos de regressão logística, exceto na eleição de 2009, que são três (3) associadas as nossas variáveis independentes de interesse. Neste caso, o modelo 1 (M1) - corresponde ao modelo de Participação em Organizações não Partidárias; Modelo 2 (M2) - corresponde ao modelo de Eficácia Política; Modelo 3 (M3) - corresponde ao modelo de Interesse por política e Modelo 4 (M4) corresponde ao modelo de Identificação Partidária. Em cada eleições nacionais, para além das variáveis independentes/modelos, analisa-se o efeito das variáveis controle: faixa etária, sexo, localidade, nível educacional, avaliação das condições econômicas pessoais, acesso a notícia pela rádio utilizada como proxy informação política, e participação em grupos religiosos.

4.3.1 ELEIÇÕES NACIONAIS DE 2004

Os modelos de regressão logística para eleições nacionais de 2004, mostram que as variáveis independentes de interesse- interesse por política; eficácia política; identificação partidária e Organizações não partidárias não estão significativamente associadas com a participação eleitoral nas eleições nacionais. Ademais, algumas variáveis de controle sociodemográficas (idade e sexo), atitudinais (informação política), e de integração (participação em grupos religiosos), mostram associação estatisticamente significativa com a participação eleitoral nas eleições nacionais em Moçambique. A variável “Sexo”, no M1, mostra que ser do sexo masculino aumenta em 60,8% de chances de ter comparecido nas últimas eleições nacionais, em comparação como sexo feminino; assim como nos M2, M3, e M4, as chances de indivíduo do sexo masculino ter afirmado que participou nas últimas eleições nacionais, aumenta em mais do que duas vezes de chance a mais, em comparação com o sexo feminino.

A associação entre idade e participação eleitoral é estatisticamente significativa, em todos os modelos, para indivíduos na faixa etária de “Adultos”. Indivíduos “adultos” tem mais de três chances de participar nas eleições nacionais do que indivíduos “jovens”. Igualmente, as chances de participar aumentam para indivíduos “idosos”, ou seja, a chances destes de participar aumenta mais de sete vezes comparando com indivíduos “jovens”. Nota-se que, indivíduos que participam de grupos religiosos, as chances de terem participado nas últimas eleições nacionais aumentam em 53,0% em comparação com indivíduos que não participam destes grupos religiosos.

Tabela 4.3.1– Regressão Logística dos Condicionantes da Participação Eleitoral nas Eleições Nacionais de 2004

VARIÁVEIS	M1	M2	M3	M4
<i>Org. N-Partidárias</i>				
Não Participa				
Participa	1.002 (0.213)			
<i>Eficácia Política</i>				
Nem um pouco				
Não Muito Bem		1.162		

(Continuação)

		(0.407)		
Bem		0.981		
		(0.304)		
Muito Bem		0.968		
		(0.324)		
<i>Interesse Política</i>				
Nunca				
Ocasionalmente			0.987	
			(0.199)	
Frequentemente			1.058	
			(0.256)	
<i>Identificação Partidária</i>				
				0.920
Outros				
FRELIMO				(0.308)
<i>Sexo</i>				
<i>Feminino</i>				
Masculino	1.608***	1.612**	1.568**	1.856***
	(0.282)	(0.336)	(0.278)	(0.366)
<i>Nível Educacional</i>				
<i>Sem Educação Formal</i>				
Ensino Primário	0.955	1.062	0.941	0.927
	(0.205)	(0.276)	(0.203)	(0.226)
Ensino Secundário	1.516	1.539	1.463	1.416
	(0.424)	(0.504)	(0.409)	(0.448)
Ensino Técnico ou Superior	0.853	0.915	0.721	0.563
	(0.436)	(0.517)	(0.356)	(0.303)
<i>Faixa Etária</i>				
<i>Jovem</i>				
Adulto	4.245***	4.367***	4.320***	3.834***
	(0.758)	(0.927)	(0.780)	(0.779)
Idoso	8.737***	7.299***	9.336***	7.543***
	(4.780)	(4.640)	(5.114)	(4.783)
<i>Localidade</i>				

(Continuação)

Rural				
Urbano	0.821 (0.147)	0.803 (0.171)	0.813 (0.146)	0.766 (0.154)
<i>Part. Grupo Religioso</i>				
Não Participa				
Participa	1.530** (0.317)	1.418 (0.363)	1.472 (0.311)	1.245 (0.301)
<i>Cond. Econom. Pessoais</i>				
Muito Más				
Raz Más	0.791 (0.261)	0.698 (0.285)	0.857 (0.286)	0.836 (0.307)
Nem Boas Nem Más	1.163 (0.382)	1.201 (0.494)	1.214 (0.402)	1.342 (0.492)
Raz. Boas	1.063 (0.350)	1.011 (0.412)	1.125 (0.374)	1.321 (0.490)
Muito Boas	0.672 (0.385)	0.384 (0.254)	0.501 (0.267)	0.379* (0.216)
<i>Info. Política. Rádio</i>				
Nunca				
Menos uma vez p mês	1.123 (0.569)	1.592 -1.023	1.470 (0.739)	2.398 -1.485
Algumas vezes p mês	1.544 (0.527)	1.759 (0.764)	1.778 (0.620)	3.200*** -1.425
Algumas vezes p semana	1.265 (0.344)	1.310 (0.438)	1.524 (0.418)	1.200 (0.354)
Todos os dias	1.418 (0.342)	1.500 (0.451)	1.591 (0.382)	1.433 (0.381)
Constante	0.710 (0.294)	0.805 (0.452)	0.625 (0.269)	0.906 (0.487)
Observações	1,02	793	1,016	876

Se Eform in parentheses

*** p<0.01, ** p<0.05

4.3.2 ELEIÇÕES NACIONAIS DE 2009

Os resultados da regressão logística para a eleição nacional de 2009, mostram que as variáveis independentes de interesse – interesse por política, identificação partidária e

organizações não partidárias²⁹, resultaram associadas a participação eleitoral. No M1, indivíduos que participam de organizações não partidárias tem 33,4% de chances a mais de participar nas eleições nacionais do que aqueles que não participam destas organizações. No M2, indivíduos que afirmaram que discutiam assuntos políticos ocasionalmente tiveram 60,1% a mais de chances de participar nas eleições nacionais do que aqueles que nunca discutiam assuntos políticos. Ainda no M2, indivíduos que afirmaram que discutiam assuntos políticos frequentemente tinham mais do que de duas vezes a mais de chances de ter participado nas eleições nacionais em comparação com aqueles que nunca discutiam assuntos políticos.

Por outro lado, indivíduos que se sentem identificados pela FRELIMO, aumentavam em mais do que duas vezes de chances de participar nas eleições nacionais em comparação aos indivíduos que se sentiam identificados por outros partidos políticos. As chances de os indivíduos adultos e idosos afirmarem que participaram nas últimas eleições nacionais são significativamente maiores do que as dos jovens em todos os modelos. Um resultado contraintuitivo no M2, mostra que indivíduos com moradia nas zonas urbanas diminuem em 26,3% de chances de participar nas eleições nacionais comparando com indivíduos com moradia nas zonas rurais. Não obstante, indivíduos que participam em grupos religiosos as chances de participar aumenta em todos os modelos, em comparação com aqueles que não participam destes grupos. No M1 e M2, indivíduos que avaliaram as suas condições econômicas razoavelmente más e razoavelmente boas, se mostram associados a participação nas eleições nacionais. Por último, indivíduos que afirmaram que recebem notícias pela Rádio, aumentam as chances de participar nas eleições nacionais do que aqueles que nunca recebem ou recebem algumas vezes notícias pela Rádio.

Tabela 4.3.2 **Regressão Logística dos Condicionantes da Participação Eleitoral nas Eleições Nacionais de 2009**

VARIÁVEIS	M1	M3	M4
<i>Org. N-Partidárias</i>			
Não Participa			
Participa	1.334**		
<i>Interesse Política</i>			
Nunca	(0.184)		

²⁹ Neste modelo, não apresentamos a variável eficácia política porque na rodada deste ano, a base de dados do Afrobarômetro não tinha a variável do nosso interesse que mensurava a eficácia política.

(Continuação)

Ocasionalmente		1.601***	
		(0.233)	
Frequentemente		2.788***	
		(0.554)	
<i>Identificação Partidária</i>			
Outros			
FRELIMO			2.969***
<i>Sexo</i>			
Feminino			
Masculino	1.240	1.200	1.295
	(0.158)	(0.159)	(0.227)
<i>Nível Educacional</i>			
Sem Educação Formal			
Ensino Primário	1.041	1.104	0.969
	(0.218)	(0.242)	(0.274)
Ensino Secundário	0.948	0.886	0.955
	(0.209)	(0.205)	(0.287)
Ensino Técnico ou Superior	0.697	0.620	0.817
	(0.205)	(0.188)	(0.349)
<i>Faixa Etária</i>			
Jovem			
Adulto	3.026***	2.922***	4.304***
	(0.430)	(0.426)	(0.836)
Idoso	4.569***	4.080***	3.942***
	(1.680)	(1.520)	(1.693)
<i>Localidade</i>			
Rural			
Urbano	0.810	0.737**	1.003
	(0.108)	(0.101)	(0.192)
<i>Part. Grupo Religioso</i>			
Não Participa			
Participa	1.621***	1.669***	1.656**
	(0.275)	(0.289)	(0.409)
<i>Cond. Econom. Pessoais</i>			
Muito Más			

	(Continuação)		
Raz Más	1.579** (0.358)	1.624** (0.380)	1.499 (0.535)
Nem Boas Nem Más	2.242*** (0.497)	2.326*** (0.528)	1.113 (0.377)
Raz Boas	2.541*** (0.628)	2.594*** (0.656)	1.520 (0.556)
Muito Boas	1.252 (0.583)	1.299 (0.614)	0.510 (0.306)
<i>Info. Política. Rádio</i>			
Nunca			
Menos uma vez p mês	1.258 (0.360)	1.526 (0.475)	1.238 (0.524)
Algumas vezes p mês	0.864 (0.189)	0.894 (0.205)	1.017 (0.328)
Algumas vezes p semana	1.157 (0.203)	1.093 (0.198)	1.367 (0.338)
Todos os dias	1.510** (0.256)	1.349* (0.235)	1.592** (0.361)
Constantes	0.476** (0.162)	0.378*** (0.133)	0.287** (0.155)
Observações	1,88	1,841	1,283

Se Eform in parentheses
*** p<0.01, ** p<0.05

4.3.3 ELEIÇÕES NACIONAIS DE 2014

Os modelos de regressão logística para eleições nacionais de 2014, mostram que as variáveis independentes de interesse estão associadas a participação eleitoral, exceto a variável organizações não partidárias no M1. O M2, mostra que, indivíduos que percebem que as eleições servem “muito bem” para remover os governantes nos seus postos, aumentam em mais do que duas vezes as chances de afirmar ter ido votar em comparação aos que percebem que as eleições não servem para esse propósito. Já, o M3 ilustra que indivíduos que afirmaram que discutiam assuntos políticos ocasionalmente tinham 38,9 % de chances a mais de participar nas eleições nacionais do que aqueles que nunca discutiam assuntos políticos. No M4 é possível observar que indivíduos que afirmaram que se sentiam identificados pela FRELIMO tinham

97,0% de chances a mais de participar nas eleições nacionais em comparação com indivíduos com identificação partidária por outros partidos políticos.

Algumas variáveis de controle mostram associação positiva com a participação eleitoral. As chances de os indivíduos do sexo masculino afirmarem que participaram nas eleições nacionais aumentavam em 30,9% a mais em comparação com sexo feminino. Em todos modelos, exceto o M4, as chances de indivíduos com nível de escolaridade ensino primário, ensino secundário, ensino técnico ou superior terem participado nas eleições aumentava em mais do que duas vezes a mais de chance em comparação com indivíduos sem educação formal. De igual modo, em todos os modelos, as chances de os indivíduos adultos e idosos participarem nas eleições aumentava em mais do que duas vezes a mais em comparação com indivíduos jovens.

Em todos os modelos, indivíduos com moradia nas zonas urbanas aumentam em mais do que duas vezes a mais de chances de participar nas eleições nacionais em comparação com indivíduos localizados nas zonas rurais. Assim como indivíduos que participam de grupos religiosos, em todos modelos, tiveram mais do duas vezes a mais de chances de participar nas eleições nacionais em comparação com aqueles que não participam destes grupos. Também se nota que indivíduos que recebem notícias pela Rádio, menos de uma vez por mês no M1 e M4, e recebem notícias algumas vezes por mês, em todos os modelos, as chances de participar nas eleições nacionais são maiores do que indivíduos que nunca recebem notícias pela Rádio.

Tabela 4.3.3 – **Regressão Logística dos Condicionantes da Participação Eleitoral nas Eleições Nacionais de 2014**

VARIÁVEIS	M1	M2	M3	M4
<i>Org. N-Partidárias</i>				
Não Participa				
Participa	0.796			
<i>Eficácia Política</i>	(0.100)			
Nem um pouco				
Não Muito Bem		1.319		
		(0.198)		
Bem		1.173		
		(0.182)		

(Continuação)

Muito Bem		2.325***		
		(0.580)		
<i>Interesse Política</i>				
Nunca				
Ocasionalmente			1.389***	
			(0.168)	
Frequentemente			1.304	
			(0.231)	
<i>Identificação Partidária</i>				
Outros				
FRELIMO				1.970***
<i>Sexo</i>				
Feminino				
Masculino	1.208	1.309**	1.185	1.274
	(0.135)	(0.159)	(0.134)	(0.211)
<i>Nível Educacional</i>				
Sem Educação Formal				
Ensino Primário	2.003***	1.795***	1.939***	1.485
	(0.301)	(0.304)	(0.296)	(0.339)
Ensino Secundário	1.646***	1.438**	1.628***	1.139
	(0.279)	(0.265)	(0.279)	(0.288)
Ensino Técnico ou Superior	1.724**	1.715**	1.746**	1.358
	(0.403)	(0.432)	(0.415)	(0.554)
<i>Faixa Etária</i>				
Jovem				
Adulto	2.011***	2.047***	2.004***	2.496***
	(0.251)	(0.275)	(0.251)	(0.448)
Idoso	2.313***	3.044***	2.440***	3.419***
	(0.593)	(0.917)	(0.640)	-1.429
<i>Localidade</i>				

(Continuação)

Rural				
Urbano	1.423*** (0.178)	1.465*** (0.197)	1.369** (0.171)	1.596** (0.305)
<i>Part. Grupo Religioso</i>				
Não Participa				
Participa	1.637*** (0.202)	1.475*** (0.181)	1.502*** (0.170)	1.578*** (0.268)
<i>Cond. Econom. Pessoais</i>				
Muito Más				
Raz. Más	0.819 (0.163)	1.028 (0.228)	0.757 (0.154)	1.128 (0.347)
Nem Boas Nem Más	1.003 (0.184)	1.081 (0.216)	0.909 (0.172)	1.127 (0.315)
Raz. Boas	1.026 (0.201)	1.052 (0.224)	0.894 (0.180)	1.061 (0.314)
Muito Boas	0.817 (0.305)	0.967 (0.389)	0.677 (0.249)	0.833 (0.470)
<i>Info. Política. Rádio</i>				
Nunca				
Menos uma vez /mês	0.491** (0.171)	0.500* (0.197)	0.376*** (0.135)	0.582 (0.332)
Algumas vezes / mês	0.568** (0.138)	0.450*** (0.119)	0.519*** (0.127)	0.383*** (0.130)
Algumas vezes /semana	0.850 (0.138)	0.722 (0.129)	0.774 (0.128)	0.847 (0.201)
Todos os dias	0.954 (0.135)	0.837 (0.133)	0.858 (0.124)	1.092 (0.229)
Constantes	0.990 (0.235)	0.852 (0.232)	0.987 (0.240)	0.667 (0.242)
Observações	2,072	1,803	2,056	1,149

Se Eform in parentheses
*** p<0.01, ** p<0.05

4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados descritos mostram que as nossas variáveis independentes têm alguma associação positiva com a participação eleitoral partir das eleições nacionais de 2009 e 2014. Ter interesse por política; se sentir identificado pela FRELIMO; ter a percepção de que a eleição não é eficaz para remover os governantes dos seus postos e participar de organizações não partidárias não estavam associados a participação eleitoral em Moçambique nas eleições nacionais de 2004. Esses resultados sugerem a análise das nossas hipóteses, que são apresentadas juntamente com os as variáveis que compõe cada modelos em análise.

Modelo de Organizações não partidárias (M1)

As variáveis que compõem este modelo estão centradas no impacto das associações voluntárias ou associações de desenvolvimento comunitário na mobilização dos eleitores a participarem das eleições nacionais. Assim sendo, a hipótese 1 pressupunha que:

“Indivíduos que pertencem ou participam de organizações não partidárias tem mais chances de participar em eleições nacionais, do que aqueles que não participam destas organizações”.

Esta hipótese é válida para eleições nacionais de 2009. Como foi mostrado, participar de organizações não partidárias aumentava em 33,4% a mais as chances de participar nas eleições nacionais. Esses achados alinham na direção dos resultados da pesquisa de Kuenzi e Lambright (2005), que argumentavam que indivíduos que participavam em organizações desta natureza, eram susceptíveis a votar no contexto africano. Todavia, quando tomamos em consideração a variável de controle (grupos religiosos) como uma organização não partidária nas eleições nacionais, mostrou-se estatisticamente significativa com (31,7%) nas eleições nacionais de 2004 e aumentava em mais do que duas vezes as chances de indivíduo participar destas organizações e nas eleições nacionais em 2014. A significância estatística dos grupos religiosos também se nota noutras eleições. Esses resultados levam-nos a inferir que indivíduos que participam de grupos religiosos são mais susceptíveis de participar nas eleições nacionais em Moçambique. A pesquisa de surveys realizado em Moçambique, por Mattes e Shenga (2007), mostrava que mais 81% dos moçambicanos eram afiliados de alguma forma de associações religiosas.

Modelo de Eficácia Política (M2)

Dado que as eleições, são consideradas uma das principais formas de participação política no contexto africano, incluindo país como Moçambique, este modelo centrou-se na importância das eleições para remoção dos governantes nos seus postos. Assim sendo, a hipótese 2 pressupunha que:

“A probabilidade de participar nas eleições nacionais em Moçambique tendem a ser mais para indivíduos que percebem que o seu voto é eficaz, do que aqueles que percebem que o seu voto é menos eficaz para remoção dos governantes nos seus postos”

Esta hipótese é válida somente para eleição de 2014, e a variável mostrou significância estatística de ($p < 0.01$), ou seja, indivíduos que afirmavam que as eleições funcionavam muito bem para remover os governantes dos seus postos, aumentava em 32,5% a mais de chance de participar nas eleições em comparação com indivíduos que percebem que as eleições funcionam “nem um pouco bem”, para a remoção dos governantes. Esses resultados, alinham na mesma direção com os achados de Isbell (2017). Segundo autor, a percepção de que as eleições funcionam “bem” ou “muito bem” para que pessoas ordinárias removam os governantes com baixo desempenho nos seus postos diminuiu na última década, de 48% no ano 2005 para 32%, no 2015. Notar que queda da eficácia política que autor se refere, também foi constatada no (gráfico 4.11.1.2), comparando eleições de 2004 e 2014.

Ainda no M2, ser homem, adulto ou idoso, com nível educacional ensino primário, secundário, técnico ou superior, avaliação econômica pessoal, morar em zonas urbanas mostraram-se positivamente associadas a participação eleitoral. Supreendentemente, na eleição 2009, morar na zona urbana diminuía em 26,7% as chances de participar nas eleições nacionais.

Modelo de Interesse Por Política (Discussão Política) (M3)

Esse modelo buscou analisar a frequência que os indivíduos discutem assuntos políticos com seus familiares ou amigos e o efeito na participação eleitoral. Assim sendo, formulou-se a hipótese 3 pressupunha que:

“Indivíduos que discutem assuntos políticos frequentemente, tem mais chances de participar nas eleições nacionais em Moçambique, do que aqueles que nunca discutem ou discutem assuntos políticos ocasionalmente”

Essa hipótese foi validada nas eleições nacionais de 2009. Nas eleições nacionais de 2009, as chances de participar nas eleições nacionais para indivíduos que discutiam assuntos políticos era 78,8% a mais em comparação com aqueles que nunca discutiam assuntos políticos. No mesmo ano, indivíduos que discutiam ocasionalmente assuntos políticos tinha mais de 60,1% de chances de participar nas eleições nacionais em comparação com indivíduos que nunca discutiam assuntos políticos. Nas eleições nacionais de 2014, apenas indivíduos que discutiam assuntos políticos ocasionalmente tiveram as chances de 38,9% a mais em comparação com indivíduos que nunca discutiam assuntos políticos.

Esses achados não alinham com os resultados de Mattes e Shenga (2007), o qual reconheciam que no contexto moçambicano, indivíduos que afirmavam que tinham interesse por política reduziam as probabilidades de opinar criticamente a qualidade da democracia; portanto, ao contrário, indivíduos que afirmaram que discutiam assuntos políticos frequentemente ou ocasionalmente, tinham mais chances de ter participado nas eleições nacionais em 2009 e 2014.

Tomando em consideração as variáveis de controle, neste modelo, ter nível primário, secundário, técnico ou superior, participar de grupos religiosos, ter acesso à informação pela rádio, moradia na zona urbana mostraram-se estatisticamente significantes. Brito (2005), mostrou que a média de indivíduos que discutiam assuntos políticos com familiares e amigos, faixa etária de adultos e idosos era de 50,5%.

Modelo de Identificação Partidária (M4)

Esse modelo compõe concretamente a identificação por um determinado partido político. Para tal, escolheu-se a FRELIMO por ser o partido que desde as eleições multipartidárias ainda não perdeu as eleições nacionais. deste modo, para verificar se existem associação entre se sentir identificado pela FRELIMO e participar nas eleições nacionais, a hipótese 4 pressupunha que:

“Indivíduos que se sentem identificados pela FRELIMO, tem mais chances de participar nas eleições nacionais, do que aqueles que se sentem identificados por outros partidos políticos”

Essa hipótese foi validada nas eleições nacionais de 2009 e 2014; a variável identificação partidária mostrou-se estatisticamente significativa. Nas eleições nacionais indivíduos que se identificavam pela FRELIMO aumentavam duas vezes as chances de

participar nas eleições nacionais no M3 (96,9%) do que indivíduos que se sentem identificados por outros partidos políticos. Nas eleições nacionais de 2014, no M4 as chances aumentam 97,0% do indivíduo se sentir identificado pela FRELIMO e participar nas eleições nacionais em comparação com indivíduos que se sentem identificados por outros partidos políticos. Nas eleições nacionais de 2004, a variável identificação partidária não estava associada a participação eleitoral e nem é estatisticamente significativa. Os achados das eleições nacionais de 2004, alinham na direção contrária com o estudo feito por Brito (2005), que mostra que a identificação pela FRELIMO era maior nas eleições nacionais de 2004. Talvez, a possível explicação seja o fato de a pesquisa de Brito, ter se limitado numa análise descritiva do voto declarado por partidos políticos nas eleições nacionais em Moçambique.

As variáveis de controle para este modelo, mostraram que ser indivíduo na faixa etária de adulto e idoso, morar em zona urbana, receber notícia pela rádio, participar de grupos religiosos estão estatisticamente associadas a participação eleitoral nas eleições nacionais de 2004 e 2009.

4.5 IMPLICAÇÕES DOS RESULTADOS

Quem participa nas eleições nacionais em Moçambique? O estudo analisou os condicionantes da participação eleitoral nas eleições nacionais de 2004, 2009, e 2014. Os resultados mostram que indivíduos que pertencem em organizações não partidárias, discutem política frequentemente, percebem que o seu voto serve muito bem para remover os governantes dos seus postos e com identificação política pela FRELIMO tem mais chances de participar nas eleições nacionais.

Constamos que algumas variáveis sociodemográficas estão associadas e estatisticamente significantes a participação eleitoral nas eleições nacionais, especificamente, indivíduos de sexo masculino, na faixa etária de adultos e idosos, localizados nas zonas urbanas, com nível de escolaridade que variam desde o ensino primário, ensino secundário, técnico ou superior. No nível atitudinal, notamos que indivíduos que recebem notícias algumas vezes por mês ou todos os dias pela Rádio, tem mais chances de participar nas eleições nacionais. No nível de integração, indivíduos que participam de grupos religiosos tem mais chances de participar nas eleições nacionais. Avaliação econômica pessoal não parece ser um condicionante forte para prever a participação eleitoral no contexto moçambicano, dado que a significância estatística verificou nas eleições nacionais de 2009, para indivíduos que avaliaram as suas condições econômicas razoavelmente boas e razoavelmente más.

Esses resultados sugerem uma atenção nas diferenças entre homens e mulheres, contexto urbano e rural na participação eleitoral, dado que em nenhum modelo a mulher teve mais chances de participar que os homens nas eleições nacionais, e apenas no modelo M2 do ano de 2009, indivíduos com moradia em zonas rurais mostrou-se estatisticamente significativo em participar nas eleições nacionais em comparação com indivíduos com moradia nas zonas urbanas.

O Neoinstitucionalismo pressupõe a importância das instituições políticas no comportamento dos indivíduos e dos atores políticos. Os fatores históricos institucionais apontados no capítulo 2, não foram associados a participação eleitoral nas eleições nacionais, dado que, não foi o nosso escopo de análise. Todavia, a importância das instituições políticas no comportamento eleitoral tem sido mostrada em pesquisas comparadas de participação eleitoral. Assim, o estudo sugere, que as próximas pesquisas de comportamento eleitoral pudessem analisar o impacto das instituições, fatores históricos-contextuais nas eleições nacionais em Moçambique.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escassez de pesquisas de comportamento eleitoral por meio de dados de inquérito ou surveys em Moçambique, tornava enigmático os condicionantes de participação eleitoral nas eleições no nível individual. A pesquisa procurou suprir essa lacuna teoricamente e empiricamente através da revisão da literatura sobre fundamentos da participação no nível individual e coadjuvada com dados de surveys do Afrobarômetro no período de 2005 a 2015. Desenvolvemos quatro modelos correspondentes as nossas hipóteses e variáveis independentes de interesse. Quando testadas, os resultados da pesquisa mostram que indivíduos que participam de organizações não partidárias e discutem assuntos políticos frequentemente ou ocasionalmente com amigos ou familiares, tem mais chances de participar nas eleições nacionais. As chances de participar nas eleições nacionais aumentavam também para indivíduos que afirmaram que se sentiam identificados pela FRELIMO nas eleições nacionais de 2009 e 2014. Notamos que indivíduos que afirmaram que as eleições serviam bem para remover os governantes dos seus postos, afirmaram ter participado nas eleições nacionais de 2014.

Não obstante, tomando em consideração as variáveis de controle, descobrimos que ser indivíduo de sexo masculino aumenta em mais do que duas vezes a mais as chances de participar nas eleições nacionais em comparação com indivíduo do sexo feminino. Indivíduos adultos e jovens aumentam duas vezes a mais de chances de participar nas eleições nacionais em comparação com indivíduos jovens. A variável educação mostrou-se associada a participação eleitoral, isto é, indivíduos que afirmavam que o nível de escolaridade era primário, técnico ou superior aumentavam em mais de duas vezes a mais de chances de terem participado nas eleições nacionais em 2014. Ainda nesta eleição, constatamos que indivíduos que participaram nas eleições, foram aqueles que afirmaram que recebiam notícias pela rádio menos de uma vez por mês e algumas vezes por mês.

Pressupostos ligados a teoria da escolha racional, concretamente, o sentido racionalidade, mostrou-se associado a participação eleitoral nas eleições nacionais de 2009. Indivíduos que avaliavam as suas condições econômicas razoavelmente más e razoavelmente boas, afirmaram ter participado nas eleições nacionais. Um dos achados interessantes, porém, não surpreendente, mostra que indivíduos que afirmam que participam de grupos religiosos, participam mais nas eleições nacionais do que aqueles que não participam destes grupos. Participar de grupos religiosos mostrou-se associada e estatisticamente significativa a participação eleitoral nas eleições nacionais em todas as eleições nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, G.V; VERBA, S. **The Civic Culture**: political attitudes and democracy in Five Nation, Princeton university press, 1963, London, England;

ARROW, K, J. **Social Choice and Individual Values, second edition**, Cowles Foundation, 1963, Unite State of America;

BAHATI, Y; HASAN, K, M; WASS, H. **The relationship between age and turnout**: a roller-coaster ride, electoral studies, 2012, vol.32, p.588-593;

BECKER, H. **Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos**. 2015, Zahar, Rio de Janeiro;

BLAIS, A DOBRZYNSKA, A. **Turnout in Electoral Democracies**, European Journal of Political Research 1998, vol.33: p.239–261, Montreal-Canada;

BLAIS, A. **To vote or not vote: the merits and limits of Rational Choice**, university of pittsburg press, 2000, Unite State of America.

BLAIS, A. What Affect **Voter Turnout**, Annu. Rev. Polit. Sci. 2006. 9:111–25;

BLAIS, A; CARTY, R, K. **Does proportional representation foster voter turnout?** European Journal of Political Research, 1990, vol.18, p.167-181;

BLAIS, A; MASSICOTE, L. **Electoral Systems**; in LeDuc, L; Noemi, R, G; Norris, p. Comparing Democracies 2: new challenges in the study of election and voting, Sage Publication, first publication, 2002, London;

BRADY, H.E. **An Analytical Perspective on Participatory Inequality and Income Inequality** January 28, 2003, University of California, Berkeley;

BRATTON, M, **The Second Election in Africa**; Journal of democracy, 1998, vol.9, nº 3, July, Johns Hopkins University Press;

BRATTON, M; Mattes R; Gyiamah-Boadi, E. **Public opinion, Democracy, and Market Reform in Africa** Cambrigde University Press, 2005, New York;

BRITO, L. **Democracia à Prova de Urnas**: Elementos para um programa de pesquisa sobre a abstenção eleitoral em Moçambique, 2007, IESE – Maputo;

BRITO, L. **Formação do Voto e o Comportamento eleitoral dos Moçambicanos em 2004**; 2005, Maputo;

BRUDEN, B. **The dinamic effects of education on voter turnout**, Electoral Studies, 2009, vol.28, p.540-549;

CAMPBELL, A, et al. **The American Voter**, University of Chicago Press, London, 1976;

CAMPBELL, R, **Gender and Voting**, in: Arzheimer, K, Evans,J, Lewis-Beck, M,S, the sage book of electoral behavior, volume 1, Sage, Washington DC.

CARERAS, M; CASTAÑEDA-ANGARITA, “**Who votes in Latine American: A Test of Three Theoretical Perspectives**” 2014, *Comparative Political Studies*, Vol. 47(8) 1079– 1104;

CARERAS, M; **Presidential Institutions and Electoral Participation in Concurrent Elections in Latin America**. *Political Studies* 2018, Vol. 66 (3) 541– 559;

CHICHAVA, S. **Uma província “Rebelde”**: O significado do voto zambezião a favor da Renamo, Conference paper, nº8, 2007, Maputo;

DAHL, R, A. **Poliarquia**, 1ª edição, 1997, 3ª reimpressão, 2015, São Paulo;

DALTON, R.J; Klingemann, H, D. **Citizens and Political behavior**; Oxford handbook Online, *Comparative Politics*, 2007;

DE BRITO, **Uma nota sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique**, discussion paper nº 4/2008, Maputo;

DENNY, K; DOYLE, O. **Political Interest, Cognitive Ability and Personality: Determinants of Voter Turnout in Britain**, Article in *British Journal of Political Science* · April 2008

DIAMOND, L, et al. **Consolidating the third wave democracies, 1997**, Johns Hopkins University press, London;

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. Harper e Row Publishers, 1957, New York;

FIGUIEREDO, M., **A decisão do Voto: Democracia e Racionalidade**, 2ª edição, editora UFMG, 2008, Belo-Horizonte;

FIORINA, M, P. **Retrospective Voting in American National Elections: A micro analisys**, *American Journal of Political Science*, Vol. 22, No. 2 (May, 1978), pp. 426-443;

FORNOS, C, A; POWER, T, J; GARAND, J, C, **Explaining Voter Turnout in Latin America, 1980 to 2000**, *Comparative Political Studies* · Vol. 37 No. 8, 2004, 909-940;

FRANKLIN, M, N. **Voter turnout and the dynamic of electoral competition in established democracies since 1945**, Cambridge University Press, 2004, New York.

FRANKLIN, M.N. **Electoral participation, in *Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective***, ed. Laurence Leduc, Richard Niemi and Pippa Norris. Thousand Oaks CA: Sage 1996.

FREIRE, A. **Modelos de Comportamento Eleitoral: uma breve introdução crítica**, 1ª edição, Celta Editora, 2001, Oeiras, Portugal;

FREIRE, A; MAGALHAES, P. **Abstenção eleitoral em Portugal**, Instituto de ciências sociais, 2002, Lisboa;

GALBRAITH, J, K; HALE, J, T. **State Income Inequality and Presidential electoral turnout and outcomes**, *social science quarterly*, December 2008, Vol. 89, N ° 4, p.887-901;

GANDIN, A. **A prática do planejamento participativo**, 8ª edição, Petrópolis, Rio de janeiro: editora vozes, 2000.

GEYS, B. **Explaining Voter Turnout**: A review of aggregate-level reaserach. *Electoral Studies* 25 (2006) 637-663.

GREEN, D. P; SCHWAM-BAIRD, M. **Mobilization, participation, and American democracy**: A retrospective and postscript. *Party Politics*, 1-7, 2015;

HIGHTON, B. **Easy Registration and Voter Turnout**, *The Journal of Politics*, Vol. 59, No. 2 (May, 1997), pp. 565-575

HIGHTON, B. **Residential Mobility, Community mobility, and Electoral participation**, *Political Behavior*, Vol. 22, N °. 2, 2000, California;

HUNTINGTON, S.P. **A terceira Onda**: Democratização no final do século XX, 1994, Ática;

IKEDA, K; KOBAYASHI, T; HOSHIMOTO.M. **Does political participation make a difference?** The relationship between political choice, civic engagement and political efficacy

INGLEHART, R; NORRIS, P. **The Developmental Theory of the Gender Gap: Women's and Men's Voting Behavior in Global Perspective**. *International Political Science Review* (2000), Vol 21, No. 4, 441–463;

INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE (IDEA), **Youth voter participation**. 1999, Sweden;

ISBELL, T. **A no-confidence vote? Mozambicans still vote, but a faith in democracy is slipping**, *Afrobarometer Dispatch*, no 139, April, 2017

JACKMAN, R, W. **Political Institutions and Voter Turnout in the Industrial Democracies**, *The American Political Science Review*, Vol. 81, No. 2 (jun., 1987), pp. 405-424

KETTILSON, M, C; ANDERSON, C.J, **Electoral Supply and voter turnout**; in Dalton, R; Anderson, C.J, *Citizens, Context and Choice*, 1ª ed, 2011, Oxford University Press;

KIEWEIT, D. R, Rivers, D. **A retrospective on retrospective voting**; *california institute of tecnology*, 1984, vol.6, n°4, p. 369-393;

KINDER, D, R; KIEWEIT, D. R, **Sociotropic Politics**: The American Case; *British Journal of Political Science*, Vol. 11, N°. 2 (Apr., 1981), pp. 129-161;

KRAMER, G, H. **Short-Term Fluctuations in U.S. Voting Behavior, 1896-1964**, *The American Political Science Review*, Vol. 65, No. 1 (Mar., 1971), pp. 131-143;

KUENZI, M; LAMBRIGHT, G, M, S. **Voter turnout in Africa's multiparty regimes**, volume 40, n° 6, 2007, p.665-690;

KUENZI, M; LAMBRIGHT, G; **Who votes in África? An examination of electoral turnout in 10 african countries**, Afrobarometer working paper nº 51; 2005, South Africa;

LASSEN, D.D. **The Effect of Information on Voter Turnout**: Evidence from a Natural Experiment. *American Journal of Political Science*, Jan., 2005, Vol. 49, No. 1 (Jan., 2005), pp. 103-118;

LAZARFELD, P, F; BERELSON, B; GAUDET, H. **The People's Choice**: how the voter make up his mind in presidential campaign, Columbia University Press, New York, 1944;

LEIGHLEY, J, E; NAGLER, j. **Individual and Systemic Influences on Turnout**: Who Votes? 1984, *The Journal of Politics*, Vol. 54, Nº. 3 (Aug., 1992), pp. 718-740

LINGBERG, S, I. **The democratic Qualities of Comparative Elections**: participation, Competition, and legitimacy in Africa, v.42:1, 2008, p.61-105;

LISBOA, R.S; SANTANA, D; **Guia de elaboração de trabalhos acadêmicos**. Nonato Lisboa (Rev.). -- Belém: Biblioteca UFPA, 2017.

MATTES, R; SHENGA, C. **“Uncritical citizenship” in a “low information” society: mozambicans in comparative perspective**, Afrobarometer Working Paper. No.91. 2007;

MAZULA et al. **Eleitorado incapturaável eleições municipais de 1998 em Manica, Chimoio, Beira, Dondo, Nampula e Angoche**, 1998, Maputo;

MAZULA, B. **Voto e Urnas de costas voltadas**: Abstenção Eleitoral 2004; 2006, Maputo;

MAZULA, B. **Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento**, 1ª ed., 1995;

NICOLAU, J. **Participação Eleitoral**: evidências sobre o caso brasileiro, VIII congresso Luso-Afro-brasileiro de ciências sociais, 2004, Coimbra;

NICOLETTI, A.S. **Participação política convencional e não convencional**: dois fenômenos contraditórios? *Pensamento Plural* | Pelotas [13]: julho/dezembro 2013, 51 – 64;

OLSON, M. **A Lógica da Ação Coletiva**, 1ª ed., 1965, Impressão de 2015, Edusp, São Paulo;

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Tradução de Luís Paulo Rouanet, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

POWELL, G, B. **American voter turnout in comparative perspective**. *The American Science Review*, 1986, vol.80, nº 1, Mar., p.17-43;

PUTNAM, R. D. **Bowling Alone**: The Collapse and Revival of American Community, (2000) New York, Simon & Schuster.

RIBEIRO, E, A. BORBA, J. SILVA, R. **Comparecimento eleitoral na América Latina**: uma análise multinível comparada, *Rev. Sociol. Polit.*, v. 23, nº. 54,2015, p.91-108;

RIBEIRO, G.M. **O Senso Comum e Política em Moçambique, 2010**, *Voices do Universo Rural*. reescrevendo o estado em África, 178-205.

RIEF, H. SCHMITT, H. **Nine Second-Order National Elections – a Conceptual Framework for the Analysis of European Election Results**. European Journal of Political Research, 8 (1980) 3-44

ROCHA, A.L.M.M. **Regressão Logística Multinível**: uma aplicação de modelos lineares generalizados misto, dezembro, 2014, Brasília;

ROSENSTONE, S. J., AND HANSEN, J. M. **Mobilization, Participation, and Democracy in America**, New York, Macmillan. (1993)

SANCHES, E, “**Novo contexto, mas velhas práticas**”: evolução do sistema partidário entre 1994 e 2014, 2015, Lisboa;

SCHMITT, H. **Second-Order Elections to the European Parliament: Is E-Voting the Solution?** “E-Voting and European Parliament Elections”, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, European University Institute, May, 2002

SCHLOZMAN, K.L, BRADY, H.E., VERBA, S. **Unequal and Unrepresented**: Political Inequality and the people’s voice in the New Gilded Age; Princeton University Press, United Kingdom, 2018;

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961.

SHEERIN, C.A. **Political Efficacy and Youth Non-Voting**: A Qualitative Investigation into the Attitudes and Experiences of Young Voters and Non-Voters in New Zealand, Dissertação, 2007, university of Caterbury.

SILVA, R. **Comportamento Eleitoral na América Latina e no Brasil**: em busca dos determinantes das abstenções, votos brancos e votos nulos. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016

TERENCIANO, F. **Democracia eleitoral e o papel dos partidos políticos na estruturação do voto - um caso africano: Moçambique (1994-2014)**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal de São Carlos, 2020.

TERENCIANO, F., SOUZA, C. **Competição Política e Geografia Eleitoral em Moçambique (1994-2014)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), IFCH, UFPA, Belém, 2016.

TERENCIANO, F; SOUZA, C; SOCORRO, M. **Partidos e Competição Eleitoral nas Eleições de 2014 em Moçambique**. Em Tese, Sociologia política, 2016;

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, **Regressão Logística**, S/A.

VERBA, S; SCHLOZMAN, K, L; BRADY, H, E. **Voice and equality: civic voluntarism in American Politics**, Havard University Press, Cambridge, 1995.

VICTORINO et al. **Geografia da Alienação Eleitoral em Moçambique**; Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP), 2017, 26 a 28 de julho, Montevideu;

VITORINO, A; SOUZA, C. **Determinantes do comportamento eleitoral nas eleições legislativas em Moçambique 1994-2014**. Política, Globalidad y Ciudadanía, Vol 2. Núm 4. agosto-diciembre 2016, pp. 19-42;

YOUNG, D. **A Close-Up of Voter Turnout: Survey Data from Africa, 2004**; University of California at Los Angeles;

Sites e Páginas da Internet

Ribeiro, D. Dicionário online de português: Participação. <https://www.dicio.com.br/participacao/>, outubro de 2019, consultado em 17/12/2020.

Institut National de la Statitique et des Études Économiques-INSEE. Survey of electoral participation, <https://www.insee.fr/en/metadonnees/source/serie/s1255>, consultado em 17/12/2020.

Maxwell, Kay J. "Voting." *The New Book of Knowledge*. Grolier Online, <https://www.scholastic.com/teachers/articles/teaching-content/voting-united-states/> consultado em 17/12/2020.

MOSSES, M. As razões da Abstenção em Moçambique, julho de 1999, publicado em <https://www.publico.pt/1999/06/28/jornal/as-razoes-da-abstencao-em-mocambique-135516>, consultado em maio de 2020;

Pagina oficial do Afrobarometer, <https://www.afrobarometer.org/about>; <https://www.afrobarometer.org/surveys-and-methods> consultado, em junho de 2020;

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3769787/mod_resource/content/1/09_RegressaoLogistica.pdf - consultado no dia 15/01/2020, às 22:45

APÊNDICE

APÊNDICE A – TAMANHO E DESENHO DA AMOSTRA DA PESQUISA

Relativamente as amostras, geralmente incluem 1.200 ou 2.400 casos. Uma amostra selecionada aleatoriamente de $n = 1200$ casos permitem inferências para populações nacionais de adultos **com uma** margem de erro de amostragem de não mais do que $\pm 2,8\%$ com um nível de confiança de 95 %. Com um tamanho de amostra de $n = 2.400$, a margem de erro diminui para $\pm 2,0\%$ com um nível de confiança de 95 %. O desenho da amostra é uma amostra de probabilidade de área agrupada, estratificada, de múltiplos estágios. Especificamente, primeiro estratificam a amostra de acordo com a principal unidade subnacional de governo (estado, província, região, etc.) e por localização urbana ou rural. A estratificação da área reduz a probabilidade de grupos étnicos ou linguísticos distintos serem deixados de fora da amostra. O Afrobarômetro ocasionalmente sobrepõe de propósito certas populações que são politicamente significativas dentro de um país para assegurar que o tamanho da subamostra seja grande o suficiente para ser analisado. Qualquer excesso de amostra é anotado no TIR. A tabela abaixo ilustra em síntese, o tamanho da população, o tamanho e percentual do sexo e tamanho e percentual da localidade onde os surveys foram realizados em Moçambique nos anos de 2005, 2012 e 2015.

Tabela – Surveys, Tamanho da População, Tamanho e Percentual do Sexo e Localidade

		Sexo Masculino	Sexo Feminino	Urbano	Rural
SURVEYS DE 2005	(N) = 1198				678
		265	933	520	678
		22.1%	77.9%	43.4%	56.6%
SURVEYS DE 2012	(N) =2400	1201	1199	816	1584
		(50.0 %)	(50.0 %)	(34.0 %)	(66.0 %)
SURVEYS DE 2015	(N) =2400	1277	1123	840	1560
		(53.2 %)	(46.8 %)	(35.0 %)	(65.0 %)

Fonte: elaborado pelo autor (2021), com base nos livros de códigos dos das rodadas de surveys disponíveis no site do Afrobarometer: <https://www.afrobarometer.org/countries/mozambique-0>

ANEXOS

ANEXO A - SINTAXE DE RECODIFICAÇÕES DAS VARIÁVEIS

* ELEIÇÃO 2004

*Variável – LOCALIDADE. RECODE URBRUR (0=Rural; 1=Urbano) (INTO Localidade (1=1); (2=0). EXECUTE. VALUE LABELS

0 "Rural" 1 "Urbano"

*Variável - SEXO (0= Feminino; 1= Masculino) RECODE Q101 (1=1) (2=0) INTO sex.
EXECUTE. VALUE LABELS /ORDER=ANALYSIS.

0 "Feminino"; 1 "Masculino"

*Variável - CONDIÇÃO ECONÔMICA PESSOAL

RECODE Q4B (1=1) (2=2) (3=3) (4=4) (5=5) INTO condições econômicas _pessoais.
EXECUTE. VALUE LABELS condições econômicas _pessoais

1 "Muito Más"; 2 "Razoavelmente Más"; 3 "Nem Boas Nem Más"; 4 "Razoavelmente Boas";
5 "Muito Boas"

*Variável- INTERESSE POR POLÍTICA (0= Nunca; 1= Ocasionalmente; 2= Frequentemente)
RECODE Q17 (0=0) (1=1) (2=2) INTO discussão _política. EXECUTE. VALUE LABELS
discussão _política

0 "Nunca"; 1 "Ocasionalmente"; 2 "Frequentemente"

*Variável- PARTICIPAÇÃO ELEITORAL (0= não votou; 1= votou)

RECODE Q30 (1=1) (2 THRU 7=0) INTO participação Eleitoral. EXECUTE.

VALUE LABELS Participação Eleitoral

0 "Não Votou"; 1 "Votou"

*Variável - IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA (0 = outros e sem pref; 1 = FRELIMO)

RECODE Q86 (300=1) (301 THRU 306=0) INTO part_frelimo. EXECUTE. VALUE
LABELS part_frelimo

0 "Outros Parts"; 1 "FRELIMO"

*Variável - EFICÁCIA POLÍTICA (0= Nem um pouco; 1= Não muito bem; 2= Bem; 3= Muito
bem) RECODE Q77B (0=0) (1=1) (2=2) (3=3) INTO eficácia política EXECUTE. VALUE
LABELS eficácia política

0 "Nem um Pouco"; 1 "Não Muito Bem"; 2 "Bem"; 3 "Muito Bem".

*Variável - PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES NÃO PARTIDÁRIAS

RECODE Q28D (0=0) (1 THRU 3=1) INTO Organizações _não_ partidárias. EXECUTE.
VALUE LABELS Organizações _não_ partidárias

0 "Não Participa"

1 "Participa"

*Variável - PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS RELIGIOSOS

RECODE Q28A (0=0) (1 THRU 3=1) INTO part. Grupo religiosos. EXECUTE. VALUE
LABELS part. Grupo religiosos

0 "Não Participa" 1 "Participa"

*Variável - INFORMAÇÃO POLÍTICA

RECODE Q15A (0=0) (1=1) (2=2) (3=3) (4=4) INTO informação _política. Rádio

EXECUTE. VALUE LABELS informação _política. Rádio

0 "Nunca"; 1 "Menos que uma vez p mês"; 2 "Algumas vezes p mês"; 3 "Algumas vez p
semana"; 4 "Todos os dias"

*Variável – NÍVEL EDUCACIONAL

RECODE Q90 (0=0) (1=0) (2=1) (3=1) (4=2) (5=2) (6=3) (7=3) (8=3) (9=3) INTO Nível
Educacional. EXECUTE. VALUE LABELS Nível Educacional

0 "Sem Educação Formal"; 1 "Ensino Primário"; 2 "Ensino Secundário"; 3 "Ensino Técnico ou
Superior"

*Variável- FAIXA ETÁRIA

RECODE Q1 (18 thru 24=1) (25 thru 59=2) (60 thru 89=3) INTO faixa etária.

EXECUTE. VALUE LABELS faixa etária

1 "Jovem"; 2 "Adulto" 3 "Idoso".

ANEXO B - SINTAXE DE RECODIFICAÇÕES DAS VARIÁVEIS -2009

*Variável – LOCALIDADE. RECODE URBRUR (0=Rural; 1=Urbano) INTO Localidade (1=1); (2=0). EXECUTE. VALUE LABELS

0 "Rural" 1 "Urbano"

*Variável - SEXO (0= Feminino; 1= Masculino) RECODE Q101 (1=1) (2=0) INTO sex.
EXECUTE. VALUE LABELS /ORDER=ANALYSIS.

0 "Feminino"; 1 "Masculino"

*Variável - CONDIÇÃO ECONÔMICA PESSOAL

RECODE Q4B (1=1) (2=2) (3=3) (4=4) (5=5) INTO condições econômicas _pessoais.
EXECUTE. VALUE LABELS condições econômicas _pessoais

1 "Muito Más"; 2 "Razoavelmente Más"; 3 "Nem Boas Nem Más"; 4 "Razoavelmente Boas";
5 "Muito Boas"

*Variável- INTERESSE POR POLÍTICA (0= Nunca; 1= Ocasionalmente; 2= Frequentemente)
RECODE Q17 (0=0) (1=1) (2=2) INTO discussão _política. EXECUTE. VALUE LABELS
discussão _política

0 "Nunca"; 1 "Ocasionalmente"; 2 "Frequentemente"

*Variável- PARTICIPAÇÃO ELEITORAL (0= não votou; 1= votou)

RECODE Q30 (1=1) (2 THRU 7=0) INTO participação Eleitoral. EXECUTE.

VALUE LABELS Participação Eleitoral

0 "Não Votou"; 1 "Votou"

*Variável - IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA (0 = outros partidos políticos; 1 = FRELIMO)

RECODE Q86 (300=1) (301 THRU 306=0) INTO partido _FRELIMO. EXECUTE. VALUE
LABELS Part FRELIMO

0 "Outros Partidos"; 1 "FRELIMO"

*Variável - PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES NÃO PARTIDÁRIAS

RECODE Q28D (0=0) (1 THRU 3=1) INTO Organizações _não_ partidárias. EXECUTE.
VALUE LABELS Organizações _não_ partidárias

0 "Não Participa"

1 "Participa"

*Variável - PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS RELIGIOSOS

RECODE Q28A (0=0) (1 THRU 3=1) INTO part. grupos religiosos. EXECUTE. VALUE LABELS part. grupos religiosos

0 "Não Participa" 1 "Participa"

*Variável - INFORMAÇÃO POLÍTICA

RECODE Q15A (0=0) (1=1) (2=2) (3=3) (4=4) INTO informação política. Rádio

EXECUTE. VALUE LABELS informação política. Rádio

0 "Nunca"; 1 "Menos que uma vez p mês"; 2 "Algumas vezes p mês"; 3 "Algumas vez p semana"; 4 "Todos os dias"

*Variável – NÍVEL EDUCACIONAL

RECODE Q90 (0=0) (1=0) (2=1) (3=1) (4=2) (5=2) (6=3) (7=3) (8=3) (9=3) INTO Nível Educacional. EXECUTE. VALUE LABELS Nível Educacional

0 "Sem Educação Formal"; 1 "Ensino Primário"; 2 "Ensino Secundário"; 3 "Ensino Técnico ou Superior"

*Variável- FAIXA ETÁRIA

RECODE Q1 (18 thru 24=1) (25 thru 59=2) (60 thru 89=3) INTO faixa etária. EXECUTE. VALUE LABELS faixa etária

1 "Jovem"; 2 "Adulto" 3 "Idoso".

ANEXO C - SINTAXE DE RECODIFICAÇÕES DAS VARIÁVEIS -2014

Variável – LOCALIDADE. RECODE URBRUR (2=Rural; 1=Urbano) (INTO Localidade (1=1); (2=0). EXECUTE. VALUE LABELS

0 "Rural"; 1 "Urbano"

*Variável - SEXO (0= Feminino; 1= Masculino) RECODE Q101 (1=1) (2=0) INTO sex.

EXECUTE. VALUE LABELS /ORDER=ANALYSIS.

0 "Feminino"; 1 "Masculino"

*Variável - CONDIÇÃO ECONÔMICA PESSOAL

RECODE Q4B (1=1) (2=2) (3=3) (4=4) (5=5) INTO condições econômicas _pessoais.
EXECUTE. VALUE LABELS condições econômicas _pessoais

1 "Muito Más"; 2 "Razoavelmente Más"; 3 "Nem Boas Nem Más"; 4 "Razoavelmente Boas";
5 "Muito Boas"

*Variável- INTERESSE POR POLÍTICA (0= Nunca; 1= Ocasionalmente; 2= Frequentemente)
RECODE Q17 (0=0) (1=1) (2=2) INTO discussão _política. EXECUTE. VALUE LABELS
discussão _política

0 "Nunca"; 1 "Ocasionalmente"; 2 "Frequentemente"

*Variável- PARTICIPAÇÃO ELEITORAL (0= não votou; 1= votou)

RECODE Q30 (1=1) (2 THRU 7=0) INTO participação Eleitoral. EXECUTE.

VALUE LABELS Participação Eleitoral

0 "Não Votou"; 1 "Votou"

*Variável - IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA (0 = outros partidos políticos; 1 = FRELIMO)

RECODE Q86 (300=1) (301 THRU 306=0) INTO Part FRELIMO. EXECUTE. VALUE
LABELS Part FRELIMO

0 "Outros Partidos políticos "; 1 "FRELIMO"

*Variável - EFICÁCIA POLÍTICA (0= Nem um pouco; 1= Não muito bem; 2= Bem; 3= Muito bem) RECODE Q77B (0=0) (1=1) (2=2) (3=3) INTO eficácia política EXECUTE. VALUE LABELS eficácia política

0 "Nem um Pouco"; 1 "Não Muito Bem"; 2 "Bem"; 3 "Muito Bem".

*Variável - PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES NÃO PARTIDÁRIAS

RECODE Q28D (0=0) (1 THRU 3=1) INTO Organizações _não_ partidárias. EXECUTE. VALUE LABELS Organizações _não_ partidárias

0 "Não Participa"

1 "Participa"

*Variável - PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS RELIGIOSOS

RECODE Q28A (0=0) (1 THRU 3=1) INTO part. Grupo religiosos. EXECUTE. VALUE LABELS part. grupos religiosos

0 "Não Participa" 1 "Participa"

*Variável - INFORMAÇÃO POLÍTICA

RECODE Q15A (0=0) (1=1) (2=2) (3=3) (4=4) INTO informação _política. Rádio

EXECUTE. VALUE LABELS informação _política. Rádio

0 "Nunca"; 1 "Menos que uma vez p mês"; 2 "Algumas vezes p mês"; 3 "Algumas vez p semana"; 4 "Todos os dias"

*Variável – NÍVEL EDUCACIONAL

RECODE Q90 (0=0) (1=0) (2=1) (3=1) (4=2) (5=2) (6=3) (7=3) (8=3) (9=3) INTO Nível Educacional. EXECUTE. VALUE LABELS Nível Educacional

0 "Sem Educação Formal"; 1 "Ensino Primário"; 2 "Ensino Secundário"; 3 "Ensino Técnico ou Superior"

*Variável- FAIXA ETÁRIA

RECODE Q1 (18 thru 24=1) (25 thru 59=2) (60 thru 89=3) INTO faixa etária.

EXECUTE. VALUE LABELS faixa etária

1 "Jovem"; 2 "Adulto" 3 "Idoso".